O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Terça-feira 24 de JUNHO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48097 | estadao.com.br

Conflito no Oriente Médio __A11

Israel e Irã acertam cessar-fogo em guerra de 12 dias, diz Trump

__ Anúncio ocorreu após Teerã ter atacado base dos EUA com aviso prévio

Após 12 dias de guerra entre Israel e Irã, o presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou em suas redes sociais que os dois países haviam concordado com um cessar-fogo. A TV estatal iraniana confirmou um cessar-fogo e disse que ele foi "imposto ao inimigo". Até ontem à noite, Tel-Aviv não havia confirmado a trégua. "Foi plenamente acordado entre Israel e Irã que haverá um cessar-fogo completo e total, a partir de agora, quando Israel e Irã tiverem se acalmado e concluído suas missões finais em andamento", escreveu Trump. A mensagem foi publicada horas após o Irã ter lançado 14 mísseis contra uma base aérea americana no Catar, sem provocar estragos. O regime iraniano avisou com antecedência os governos de Catar e EUA sobre o ataque, num sinal de que estaria propenso a encerrar o conflito. Trump agradeceu o aviso e a base foi esvaziada.

Notas e Informações __A3

O Brasil no 'eixo dos hipócritas'

Análises

Thomas Friedman __C6 e C7
Ataque ao Irã é parte de luta global mais ampla

Karim Sadjadpour / *NYT* __A12
Uma população dinâmica contra um regime arcaico

Coluna do Estadão __A2
Brasil adianta posse de novo embaixador no Irã

Recorde de queimadas __A15

30 milhões de hectares de matas foram destruídos em 2024 no Brasil

Área consumida pelo fogo ficou 62% acima da média histórica, segundo o MapBiomas Fogo. Mais da metade dos incêndios foi registrada na Amazônia.

Advogados x juízes __A8

OAB-SP instala comissão para debater como 'conter' o Supremo

Iniciativa ocorre em contexto de embates entre representantes da advocacia e o Supremo Tribunal Federal.

E&N Previsão do governo __B1 e B2

Número de pessoas atendidas pelo BPC deve mais do que dobrar até 2060

Beneficiários passarão de 6,7 milhões para 14,1 milhões. Despesas vão crescer pelo menos 11 vezes.

Carlos Andreazza __A10
O scotch junino de Hugo Motta

Pedro Fernando Nery __B4
Que tragam os especialistas chineses

Sergio Martins __C3
Um mercado onde é tudo nosso e nada deles?

MEGAN BRIGGS / GETTY IMAGES NORTH AMERICA/AFP



Palmeiras reage, empata e enfrentará o Botafogo nas oitavas

No último jogo da fase de grupos do Mundial de Clubes, o Palmeiras saiu perdendo por 2 a 0 para o Inter Miami, de Messi (*à frente na foto*), empatou com gols de Paulinho e Maurício e terá o Botafogo pela frente nas oitavas. O jogo, eliminatório, será sábado, às 13h. __A19

C2



PIXAR

'Elio' __ C3

Uma história que envolve e comove

Animação da Disney-Pixar mostra a trajetória de um garoto órfão que é criado pela tia e conhece alienígenas.

C2 'Como Salvar a Amazônia' __C1

Interrompido pela violência, revivido pelos amigos

Colegas finalizam o livro que o jornalista britânico Dom Phillips escrevia quando foi assassinado na Amazônia.

Acidente na Indonésia __A16
Drone localiza brasileira, imóvel, em trilha de vulcão

Onda de frio __A17
SP deve ter temperatura mais baixa em nove anos

Estudo americano __A18
Necessidade de insulina cai com uso de células-tronco

JHSF SURPREENDENTE

FAZENDA SANTA HELENA

BRAGANÇA PAULISTA

A NOVA FAZENDA DA JHSF

COMING SOON

VEJA NA PÁG. A5.

Edição de hoje
3 CADERNOS – 44 páginas

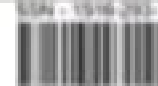


Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar... E&N. Destacar Economia & Negócios



C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
9° Mín. 12° Máx.



ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO, IANDER PORCELLA E VERA ROSA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Itamaraty adianta posse de novo embaixador do Brasil no Irã em meio ao conflito

O Itamaraty adiantou a ida do novo embaixador do Brasil no Irã, em meio ao conflito que envolve o país, Israel e também os Estados Unidos, segundo apurou a *Coluna*. André Veras Guimarães assumirá o posto até o fim desta semana. O diplomata ainda estava em solo brasileiro ontem, e o governo ajusta os detalhes de sua viagem. Ele precisará chegar a Teerã por terra, já que o espaço aéreo está fechado. A embaixada do Brasil no Irã está sem titular desde o início deste ano, quando Eduardo Gradilone se aposentou. Apesar da vacância, o Ministério das Relações Exteriores afirma que eventual operação de repatriação de brasileiros não está afetada. O Senado aprovou o nome do novo embaixador no final de maio. Formado em Direito, ele ingressou na diplomacia em 1996.

ROUPA... Os debates entre os quatro candidatos à presidência do PT têm escancarado queixas à política econômica do governo Lula e o medo de uma derrota em 2026. "Ou o governo muda ou o povo muda de governo", resumiu o secretário de Relações Internacionais do PT, **Romênio Pereira**.

...SUJA. As principais críticas são à "complacência" com o Centrão, à meta de déficit zero e ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. "Galípolo não é amigo. É inimigo", disse Valter Pomar, candidato da Articulação de Esquerda.

É A ECONOMIA. Com exceção do ex-prefeito Edinho Silva, os concorrentes atacam decisões do Planalto, pregam alianças à esquerda e cobram até a demissão de ministros, como José Múcio (Defesa). Rui Falcão, ex-presidente do PT, diz que Lula deveria ter ido à televisão defender as mudanças no IOF.

ATRASO. Três deputados federais apresentaram projetos de lei, ontem, para regulamentar os voos de balão no País. A atividade está num vácuo legal, reconhecida apenas como esportiva, sem fiscalização clara. A movimentação ocorre depois de oito pessoas morrerem em passeio turístico de balão em Santa Catarina.

SUGESTÕES. As propostas foram apresentadas pelos deputados Toninho Wandscheer (PP-PR), Fábio Teruel (MDB-SP) e Daniela do Waguinho (União-RJ), ex-ministra do Turismo do governo Lula. Os três defenderam que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) seja responsável por fiscalizar os voos.

INDENIZAÇÃO. Wandscheer pediu, ainda, que cada voo tenha seguros obrigatórios de pelo menos R$ 100 mil por tripulante. Hoje a Anac considera o balonismo uma atividade esportiva de "alto risco", praticada "por conta e risco dos envolvidos".

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Romênio Pereira, secretário de relações internacionais do PT

PASSO... O Brasil perdeu agilidade no registro de marcas nos últimos anos. A demora hoje é em média de 24 meses. No período da pandemia de covid-19, o prazo era de 9 meses. O levantamento é da ComoRegistrar, empresa de advogados especialistas em propriedade intelectual.

...ATRÁS. "Empreendedores precisam frear lançamento e busca de investimentos porque a marca ainda não foi aprovada", reclama o advogado Ticiano Gadêlha. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial diz que a meta é automatizar e reduzir o prazo para um mês até 2026.

PRONTO, FALEI!



Renato Ribeiro
Doutor em Direito de Estado

"No cenário atual, as acareações no STF são necessárias. É importante o confronto de versões, pois o processo penal busca a verdade dos fatos."

CLICK

INSTAGRAM @MARCOSPEREIRA1010



Marcos Pereira
Presidente do Republicanos

Como colega de partido e secretário municipal de Turismo de São Paulo, Rui Alves, durante festa do rodeio na Feira de Agropecuária de Jacupiranga (SP).

agro ESTADÃO
CONHEÇA O PORTAL AGRO
Conteúdo relevante para a gestão
de toda a cadeia de abastecimento
agro.estadao.com.br
Uma parceria:
ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

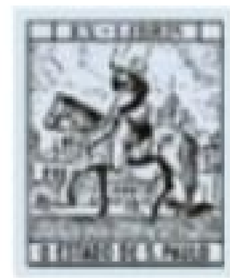
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O Brasil no 'eixo dos hipócritas'



Posicionamento do governo no conflito entre Israel e Irã repete o padrão de críticas seletivas e condescendência com autocracias que conspurca a credibilidade diplomática do Brasil

A nota do Itamaraty sobre a ofensiva dos EUA ao Irã, longe de defender princípios democráticos ou a estabilidade internacional, é mais uma demonstração de alinhamento do governo Lula da Silva ao bloco autocrático global. Essa posição, marcada por um duplo padrão diplomático, põe o Brasil em rota de colisão com a tradição histórica de equilíbrio e prudência que sempre orientou sua política externa.

No conflito entre Israel e Irã, o governo brasileiro formou com a Rússia o que se pode chamar de "eixo da hipocrisia". A Rússia, que viola a soberania da Ucrânia numa guerra de agressão, condenou "com veemência" os ataques a alvos militares e instalações nucleares iranianas, reprovando-os como violações da soberania e do Direito Internacional. O Brasil, que jamais condenou "com veemência" a agressão russa na Ucrânia nem repudiou o bombardeio russo a uma das usinas nucleares ucranianas, também condenou o ataque americano ao Irã "com veemência", salientando que "qualquer ataque armado a instalações nucleares representa flagrante transgressão da Carta das Nações Unidas".

Da Rússia, é claro, não se pode esperar nada, mas o Brasil deveria ao menos levar em conta o contexto real do ataque americano: o Irã é a maior fonte de instabilidade no Oriente Médio, um país cuja liderança teocrática prega abertamente a aniquilação de Israel e mantém uma guerra por procuração por meio de milícias como Hamas, Hezbollah e Houthis. Nessa guerra antiga e complexa, Israel não apenas tem o direito, mas o dever de se defender, assim como os EUA têm razões de sobra para apoiar a campanha israelense.

O governo Lula opta por um silêncio cúmplice sobre a agressividade iraniana, enquanto faz questão de condenar as ações preventivas de Israel e dos EUA. Essa inversão de valores não é uma falha pontual, mas parte de um duplo padrão que marca a diplomacia lulopetista: criticar aliados democráticos e alinhados ao Ocidente, enquanto contemporiza com regimes autoritários, repressivos e fundamentalistas.

O alinhamento com o Irã é só uma faceta desse quadro mais amplo. Do ponto de vista do Direito Internacional, o ataque americano é, de fato, controverso. Mas ao menos pode ser defendido com argumentos razoáveis, como o direito à autodefesa coletiva em face da ameaça nuclear iraniana. Já a invasão russa à Ucrânia não tem qualquer sombra de justificativa legítima. O governo brasileiro, contudo, opta pela ambiguidade e a condescendência com os crimes de Moscou.

A hipocrisia é mais evidente à luz do histórico diplomático dos governos petistas. Em 2010, sob o comando de Lula, a diplomacia brasileira protagonizou uma desastrada mediação com o Irã de um acordo nuclear, ignorando alertas e fragilizando a posição brasileira no cenário internacional. A tentativa de protagonismo desmedido e voluntarismo diplomático expôs o País ao ridículo e aos riscos de alinhamento com um regime que ameaça a paz mundial.

Hoje, ao repetir o mesmo alinhamento, o governo reforça sua afinidade ideológica com regimes autoritários – Irã, Rússia, China e outros –, rompendo com a tradição de equilíbrio e prudência que sempre pautou a política externa brasileira.

Após a ofensiva dos EUA contra o Irã, as democracias sérias fizeram um apelo à moderação e ao resgate das vias diplomáticas, mas evitaram condenar o ataque e nem de longe legitimaram um regime beligerante e delinquente como o iraniano. Ao contrário: reconhecem o perigo concreto representado pela teocracia xiita, responsável por fomentar o terrorismo, desestabilizar o Oriente Médio e perseguir sistematicamente a fabricação de armas nucleares – uma ameaça que transcende fronteiras e atinge a segurança global.

O que o Brasil ganha com essa adesão à aliança de autocracias? Quais benefícios estratégicos ou diplomáticos justificam associar o País a regimes que promovem a instabilidade internacional, violam direitos humanos e desafiam o multilateralismo baseado em regras? As respostas são óbvias: tudo isso só serve para satisfazer a rançosa ideologia antiamericana e antiocidental do lulopetismo. ●

Pregando no deserto

Em meio ao ativismo de toga, Fachin prega autocontenção, moderação e respeito às fronteiras entre Direito e política – e terá chance de aplicar esse princípio ao julgar o Marco Civil

No momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) se entrega cada vez mais ao protagonismo político, à retórica moralista e ao afã regulatório, é raro – e valioso – ouvir uma voz da própria Corte pregar contenção, sobriedade e respeito às fronteiras institucionais. Foi o que fez o vice-presidente da Corte, Edson Fachin, por ocasião da celebração dos dez anos de sua atuação no STF. Ao afirmar que "não nos é legítimo invadir a seara do legislador" e que "ao Direito o que é do Direito, à política o que é da política", o ministro reafirmou os fundamentos de uma magistratura republicana e deixou clara sua disposição de nadar contra a corrente dominante entre seus pares.

A fala, por seu tom, conteúdo e contexto, merece, mais que aplauso, acolhida como marco de uma possível inflexão. Fachin invoca a "razão jurídica objetiva" e adverte que juízes não devem se tornar "satélite da polarização" que corrói democracias mundo afora. Defende, em vez disso, uma "justiça silenciosa, efetiva, com autonomia e independência da magistratura", rechaçando a tentação de tornar o Judiciário um ator político informal, um corretor de vontades coletivas ou uma espécie de fórum ético da Nação. Num momento em que o STF parece tentado a ser tudo isso ao mesmo tempo – juiz, legislador, acusador, censor e guardião de causas –, essa lucidez é uma raridade.

O contraste entre esse ideal e a prática não poderia ser maior. O Supremo que Fachin apregoa é discreto, técnico, autocontido. O Supremo real não raro se apresenta como oráculo iluminista, intérprete moral da Constituição, fiador da governabilidade e espécie de Ministério da Verdade digital. O que se vê é um acúmulo de iniciativas que, à luz dos parâmetros defendidos por Fachin, configuram alarmante desvio institucional.

A lista é conhecida: a revisão monocrática de penas e multas a réus confessos da Lava Jato; a suspensão, por liminar, de dispositivos da Lei das Estatais, com impacto na nomeação de dirigentes partidários; a intromissão em políticas públicas; decisões monocráticas que se eternizam sem referendo do plenário; a promiscuidade simbólica entre ministros e grupos políticos ou empresariais em eventos privados; a censura a críticos a pretexto de combater "ataques à democracia" – e um longo etcétera.

Poucos episódios expõem com tamanha nitidez o risco do ativismo togado quanto o julgamento sobre o Marco Civil da Internet. A norma, aprovada após amplo debate, consagra um princípio elementar de segurança jurídica: plataformas digitais só podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros quando, notificadas por decisão judicial, se recusam a removê-los. É uma proteção à liberdade de expressão contra os abusos tanto do arbítrio corporativo quanto do voluntarismo estatal.

A substituição desse dispositivo por um regime de responsabilização proativa – no qual empresas seriam forçadas a filtrar conteúdos sob ameaça de sanção – representa, além de uma afronta ao Legislativo, uma renúncia ao liberalismo jurídico em favor de uma censura privatizada, opaca, sujeita a critérios vagos como "desinformação" ou "discursos de ódio". As plataformas, pressionadas por incerteza jurídica e instinto de autopreservação, removerão preventivamente qualquer conteúdo polêmico, instaurando a lógica do silêncio como defesa.

Para um tribunal que deve ser guardião da Constituição, substituir um marco equilibrado por uma colcha de retalhos jurisprudencial mal-ajambrada por 11 ministros não eleitos é mais do que imprudente: é antidemocrático. Fachin terá em breve uma oportunidade histórica de materializar sua prudência em um voto claro, técnico, consistente – e, se possível, influente –, que devolva ao Congresso o que é do Congresso e lembre ao Supremo que sua credibilidade decorre menos do poder que exerce do que do limite que se impõe.

Em tempos de juízes celebridades, togados moralistas e ministros legisladores, a lição de Fachin ressoa como pregação no deserto. Mas toda restauração institucional começa assim: com um princípio bem dito, mesmo que por poucos. Que seu exemplo frutifique. ●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Juventude protegida, mas despreparada

Marina Helou e Jonathan Haidt

Crianças não brincam mais na rua. Chegam à adolescência sem saber andar sozinhas pelo bairro. Vivem hiperconectadas e, ainda assim, solitárias. Dizem-se exaustas, desenvolvem ansiedade, depressão, automutilação. Vivem fortemente supervisionadas no mundo físico, mas vagam livremente pelo caos descontrolado do mundo digital. Muitas relatam sentir-se cada vez mais distantes da vida real.

A proibição dos celulares nas escolas brasileiras marca um passo significativo na proteção da atenção e do bem-estar dos alunos. Mas, mesmo limitando a influência dos dispositivos digitais nas salas de aula, uma questão mais profunda permanece: estamos preparando nossas crianças para enfrentar o mundo real com autonomia, confiança e resiliência?

O problema vai além da sala de aula, e, segundo a Unicef, crianças entre 8 e 12 anos passam, em média, quase cinco horas por dia em frente a telas fora da escola. O desafio, portanto, não é apenas pedagógico – é social, cultural e familiar.

Em *A Geração Ansiosa*, lançado no Brasil no final de 2024, uma das recomendações mais urgentes é a de dar às crianças independência no mundo físico. Isso significa permitir que elas assumam riscos, tomem decisões e interajam sem supervisão – habilidades que precisarão desesperadamente para a vida adulta. Infelizmente, muitas hoje vivem num estado de supervisão quase constante. Seus dias são planejados, seus movimentos são restritos e suas oportunidades de explorar o mundo em seus próprios termos são cada vez mais raras.

A superproteção costuma ser movida pelo medo – um medo com motivos reais, mas que nem sempre se sustenta em dados: a percepção de insegurança é, muitas vezes, maior do que a violência de fato. O problema é que, ao protegê-las demais no mundo real e negligenciá-las no ambiente virtual, estamos pagando um preço alto em relação a autoconfiança e saúde mental de crianças e adolescentes. Em vez disso, devemos investir em ambientes seguros que permitam a exploração, cooperação entre escolas e comunidades e políticas públicas que reivindiquem ruas e parques como espaços saudáveis e seguros.

Devemos construir uma cultura que crie crianças mais livres e fortes – não apesar dos desafios do nosso tempo, mas por causa deles

No Reino Unido, alguns bairros começaram a revezar a supervisão parental durante o horário extracurricular, uma forma de permitir que as crianças brinquem livremente em espaços públicos. No Brasil, algumas escolas se abrem às famílias e à comunidade aos fins de semana, um passo pequeno, mas importante na criação de um ecossistema compartilhado de confiança e responsabilidade. Projetos como o Escola Aberta, que já funciona em São Paulo e no Recife, estão ampliando o uso dos espaços escolares, criando centros de convivência e lazer que reforçam seu papel como espaço comunitário.

É hora de reformular a conversa. O problema não é apenas que as crianças passam muito tempo online. É também que elas não passam tempo suficiente offline em experiências significativas e independentes. A verdadeira liberdade ensina resolução de problemas, coragem e autorregulação, características que não podem ser aprendidas num quarto trancado e na frente de uma tela brilhante.

É preciso atentar para as regras que acabam reforçando o controle excessivo. Uma série de cidades brasileiras proíbe crianças de usarem elevadores desacompanhadas antes dos 10 ou 12 anos. Em São Paulo, há uma proibição expressa para que crianças subam em árvores nos parques municipais. Em vez de proibir, precisamos de condições estruturadas e seguras para o desenvolvimento das crianças e que encorajem sua autonomia progressiva.

O debate brasileiro ganhou uma dimensão prática nas últimas semanas, com a discussão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a necessidade de regulação mais clara das plataformas. Ao mesmo tempo, cresce a preocupação pública com os efeitos da dopamina digital – *likes*, notificações e vídeos em rolagem infinita – sobre nosso cérebro. A tecnologia não pode ser demonizada, mas é urgente encontrar formas de garantir que seu uso ocorra dentro de parâmetros saudáveis, especialmente para crianças e adolescentes.

A geração que cresce hoje não está apenas cercada por tecnologia – é moldada por ela. Ao mesmo tempo que o mundo digital se impõe como inevitável, devemos garantir que o mundo real continue acessível, estimulante e habitável para nossas crianças. Isso exige uma mudança cultural profunda, que valorize o brincar, o tempo livre, a convivência com outras idades e a confiança na autonomia progressiva das crianças.

É possível imaginar um futuro em que o digital conviva com o físico de forma mais equilibrada. Mas isso depende de decisões conscientes no presente, da parte das famílias, de educadores, governos e empresas de tecnologia.

À medida que navegamos por esta encruzilhada geracional, precisamos fazer mais do que restringir hábitos digitais que sejam prejudiciais. Devemos construir ativamente uma cultura que crie crianças mais livres e fortes – não apesar dos desafios do nosso tempo, mas precisamente por causa deles. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, DEPUTADA ESTADUAL EM SÃO PAULO PELA REDE SUSTENTABILIDADE; E DOUTOR EM PSICOLOGIA, PROFESSOR NA NYU E AUTOR DE UMA SÉRIE DE LIVROS, ENTRE OS QUAIS 'A GERAÇÃO ANSIOSA' (2024)

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● E-mail: forum@estadao.com

Guerra no Oriente Médio

Dias de incerteza

Os Estados Unidos informam que destruíram as instalações nucleares do Irã no ataque com bombas antibunker na noite de sábado. O programa iraniano de enriquecimento de urânio para fins bélicos está, assim, mais longe de ser concretizado. No entanto, fica uma dúvida: não estaríamos mais perto de um novo 11 de Setembro? Dias de incerteza pela frente.

Luiz Gonzaga Tressoldi Saraiva
Salvador

O perigo de não agir

Donald Trump e Binyamin Netanyahu mostraram que não se negocia com fanáticos que desejam te matar. Deve-se enfrentá-los. É o que verdadeiras lideranças fazem. Não fazem discursos elaborados. Não fazem ameaças vazias. Agem. Seus críticos estão perdendo a cabeça. Afirmam que foram imprudentes. Dizem que isso pode provocar o Irã. Na realidade, o Irã tem provocado o mundo há décadas. O regime em Teerã tem atacado petroleiros, lançado foguetes contra civis, enviado drones para atingir bases dos Estados Unidos e de Israel. O verdadeiro perigo não era a ação; o verdadeiro perigo era não fazer nada. Trump e Netanyahu não estavam dispostos a esperar para ver. Eles puxaram o freio de mão antes que o trem despencasse pelo penhasco. Nunca saberemos quantas vidas eles salvaram, quantas cidades eles protegeram, quantas guerras eles evitaram. Mas todos devemos saber disto: sem eles, estaríamos vivendo num mundo muito mais perigoso hoje. Eles mudaram as regras do jogo. E provaram que, ao enfrentar o mal, em vez de apaziguá-lo, pode-se realmente vencer. O mundo livre tem com eles uma dívida de gratidão.

Simão Korn
São Paulo

A lei do mais forte

Diante do atual cenário no Oriente Médio, o mundo constata aquilo que já se sabia: vivemos a era da perda da civilidade e da diplomacia, onde impera a lei do mais forte. Um notável e certo escritor brasileiro estava certo: "Ao vencedor, as batatas!"

Erivan Santana
Teixeira de Freitas (BA)

Lei Cidade Limpa

Indiferença

Projeto que afrouxa Cidade Limpa expõe debate sobre a face paulistana (**Estadão**, 22/6, A16 e A17). Quando a Lei Cidade Limpa foi implantada, a cidade de São Paulo, assim como tantas outras cidades brasileiras, estava entulhada de cartazes publicitários. O advento daquela norma foi um alívio para os olhos, para a preservação da paisagem urbana e, como consequência ao combate à poluição visual, trouxe imediatos benefícios à saúde da população. Como paulistano, arquiteto e urbanista, ex-diretor da seção paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), fiquei gratificado e esperançoso com a reação do IAB criticando a intenção de "flexibilizar" a lei. Não bastasse a sanha da especulação imobiliária que assola São Paulo, destruindo bairros inteiros, e o descaso com que parte das autoridades trata a cidade, dela fazendo gato e sapato, temos também a indiferença para com o patrimônio cultural da cidade. A cada dia, tudo vai se transformando num cemitério de memórias e de referências físicas e afetivas, soterradas por aqueles que não amam a cidade e são motivados pela ganância. Cabe a pergunta: desde quando a cidade precisa espelhar-se em modelos estrangeiros como a Times Square? E ainda assistimos à ausência de reação que seria de esperar ao menos de parte da população. Parece que falta a uma parcela dos paulistanos o amor pela cidade onde nasceram (ou para ela migraram), cresceram, estudaram, formaram família, onde trabalham e se divertem. Fica a sensação de que a cidade é apenas um local de passagem, onde se leva uma vida provisória à espera de algo ou de alguém que chegará para salvá-la. Sim, a cidade está doente, o diagnóstico é claro, mas qual o remédio? Amor e reação. Sabe-se que a maior parte dos governantes só reage sob pressão.

Luiz Loureiro
São José dos Campos

Não ao retrocesso

Nós, paulistanos, não podemos permitir qualquer flexibilização na Lei Cidade Limpa. Sabe-se que há interesses – comerciais, principalmente – que desconsideram os prejuízos no visual e até na segurança da cidade. Vereadores que de fato nos representam não podem se curvar a mudanças que desvalorizariam logradouros e o próprio município. A cidade de São Paulo, nesta questão, é exemplo para todo o Brasil e até o mundo. Paulistano, fique atento e não permita quaisquer mudanças nessa lei. Pressione seus vereadores para que não cometam tal erro.

Pedro Sassioto
São Paulo

JHSF
SURPREENDENTE



FAZENDA SANTA HELENA

BRAGANÇA PAULISTA

A NOVA FAZENDA DA JHSF

COMING SOON

SAIBA MAIS



FOTO REAL DA FAZENDA SANTA HELENA

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Hora da verdade

Rubens Barbosa

Apesar de indicadores positivos na economia (crescimento, inflação, desemprego, câmbio, reservas), o Brasil enfrenta uma situação interna de extrema complexidade sem uma liderança que expresse os anseios de todos por uma economia estável e um regime político funcional, que represente a maioria da população e que favoreça uma sociedade mais justa. O grau alarmante de corrupção e de violência, facilitadas pela interferência e ineficiência do Estado todo-poderoso, contamina a vida política e econômica do País e clama pelo fim da impunidade. Perdeu-se o sentido de autoridade e de garantia de segurança ao cidadão.

A ausência de liderança efetiva no Executivo, no Legislativo e no Judiciário agrava o quadro nacional e exige de todos os que se preocupam com o futuro do Brasil um esforço para promover um debate que chame a atenção para as mudanças que a sociedade brasileira terá de enfrentar e aceitar, e a necessidade de restaurar o crescimento e aumentar o emprego.

Os partidos políticos deixaram de representar os interesses de grande parte da sociedade e não entenderam sua posição numa sociedade dividida e radicalizada como a em que vivemos hoje. O Congresso Nacional está mais preocupado em defender seus interesses políticos e eleitorais do que discutir os reais problemas do País. O Judiciário, entre o Executivo e o Legislativo, em algumas decisões, aumenta a insegurança jurídica.

Estudos técnicos mostram que, se não houver uma mudança efetiva no tratamento da coisa pública, o Brasil enfrentará uma crise financeira provocada pelo colapso fiscal, sem precedentes, com impacto na ordem política e social. O País pode parar, com o choque entre o Executivo e o Legislativo e a paralisia no processo decisório.

Chegou o momento de enfrentar os problemas que, de fato, afetam a sociedade brasileira. Governo, empresários e trabalhadores, como parceiros, junto com os agentes políticos, em momentos cruciais no passado, souberam superar suas diferenças e atuar em conjunto em favor do crescimento e do emprego. Não resta alternativa senão confrontar essa ameaça para evitar uma crise mais profunda.

O cidadão comum tem de defender seus direitos e participar de forma democrática na solução dos problemas que se acumulam e que parecem sem solução. A população, anestesiada pela crise em todos os níveis, tem de despertar e exercer seus direitos de cidadania.

Os que defendem uma posição equidistante dos radicalismos ideológicos da esquerda e da direita têm uma palavra a oferecer no cenário político nacional

O preço do imobilismo será maior do que o custo das mudanças necessárias para restabelecer as condições de governabilidade do País. Em meio a incertezas globais, é fundamental um Estado eficiente, efetivo e comprometido com o interesse público e com menor grau de interferência na vida de todos nós e das empresas.

Não é mais possível aceitar passivamente uma situação insustentável. Sem participar da definição dos rumos do processo político e mostrando o interesse na formação de uma frente ampla, moderada, chegou a hora de todos os que preferem uma alternativa à polarização se reunirem para buscar uma candidatura presidencial única, de centro, com uma clara visão de como enfrentar os desafios internos e externos.

Recente pesquisa de opinião pública mostrou que 65% dos que votaram em Lula e em Bolsonaro em 2022 preferem outros nomes na próxima eleição presidencial. A independência dos extremos, com uma visão clara dos problemas internos e do lugar do Brasil no mundo, deve ser buscada por todos os que não se conformam com a atuação (ou a ausência de atuação) da classe política nos dias de hoje.

Será importante a mobilização da sociedade, que recusa a polarização em torno de uma agenda mínima que passe, de um lado, por uma reforma política parcial, com a introdução do voto distrital com listas partidárias para dar mais representatividade às Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional, e por uma reforma administrativa que enxugue a máquina pública e acabe com os privilégios e penduricalhos inaceitáveis. Além disso, diante das grandes transformações que ocorrem no cenário global, deveria começar uma discussão objetiva, e não ideológica ou partidária, sobre o lugar do Brasil no mundo, como potência média regional, focado no desenvolvimento econômico e social e na segurança nacional, com ênfase na defesa da soberania e na dos cidadãos com o combate à violência e ao crime organizado e daquilo em que o Brasil tem uma voz qualificada: segurança alimentar, transição energética e mudança climática.

Pensando no Brasil em primeiro lugar, os que defendem uma posição equidistante dos radicalismos ideológicos da esquerda e da direita têm uma palavra a oferecer no cenário político nacional. Essa manifestação deveria ser no contexto de um amplo movimento que, neste quadro de incertezas e grandes riscos, faça a defesa do interesse nacional com a discussão de uma agenda renovada que venha a examinar medidas difíceis, mas realistas. Negligenciado até aqui, a sociedade civil deve dar início a esse debate.

O cenário global e o Brasil mudaram, sem que o governo entenda as transformações em curso e atue para melhor defender os interesses do País. A tarefa é urgente. O Brasil não pode esperar. O mundo não vai aguardar o Brasil superar a ausência de uma visão clara de seus objetivos e de seus interesses. ●

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE), É MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

TEMA DO DIA

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO - 13/6/2025



Rio

Bienal virou 'Disney' para novos leitores, mas brasileiro ainda lê pouco, diz curador

Pedro Pacífico, curador da Bienal do Livro do Rio, também falou sobre a febre dos livros de colorir. Para ele, essas publicações não deveriam entrar nas listas de best sellers: "Não substituem uma leitura, são coisas diferentes". ●

9.101 interações

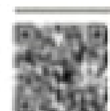
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Concordo com ele, livros para colorir não substituem narrativas como o romance literário."
ALÊ SANTOS

● "A literatura para mim é um lazer, meu refúgio nesta vida corrida."
MARIELLY PARELLA

● "Está certíssimo, mas opinião com nexo geralmente incomoda."
LARISSA PITTA

● "Tinha mais gente com pato na cabeça do que com livro na mão na Bienal."
PEDRO LUDWIG MARCIAL



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

FELIPE RAU/ESTADÃO - 20/6/2025



Revolução de 32



Onde foi parar a estátua que estava no Ibirapuera? ●
https://encr.pw/n0RA9

Corrida para todos



Amanda Oliveira, melhor brasileira na Maratona do Rio. ●
https://l1nq.com/Wz3A4

Newsletter



'Conectado': assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02588-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central do assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central ao leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● sac@estadao.com

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por CMO Summit.

CMO SUMMIT

CMO Summit 2025 reúne líderes do marketing para debater tendências e práticas do setor

Evento traz programação intensa com 300 palestrantes, arena interativa e sessões de mentoria no Expo Center Norte

Em um cenário marcado pela crescente competitividade e pelo dinamismo do mercado, o investimento em marketing tem se consolidado como peça-chave para o crescimento sustentável das empresas. Atentos a esse movimento, profissionais da área buscam cada vez mais atualização, networking e contato com as principais tendências do setor.

Para atender esse público, será realizado nesta quarta e quinta-feira, no Expo Center Norte, em São Paulo, o CMO Summit 2025, encontro que se posiciona como o maior evento voltado à liderança de marketing no Brasil. A iniciativa é promovida por TD, Zoho, Modale, THE LED, Layer e Mundo do Marketing.

Após cinco edições realizadas de forma virtual — que somaram mais de 800 palestrantes e impactaram 450 mil profissionais —, o evento estreia no formato presencial. "Construímos uma marca respeitada não apenas entre CMOs, mas também entre CEOs, CFOs e empreendedores. Agora, finalmente, vamos nos encontrar presencialmente. O CMO Summit ganha vida", afirma Tiago Magnus, idealizador do evento e CEO da TD.



Divulgação/CMO Summit

Tiago Magnus, idealizador do CMO Summit e CEO da TD: "Agora, finalmente, vamos nos encontrar presencialmente"

A programação prevê a participação de executivos de destaque no marketing nacional e internacional, com nomes que têm protagonizado transformações relevantes no setor. Entre os palestrantes confirmados, estão Analigia Martins, diretora de Marketing do Duolingo, reconhecida pelas ações de alto engajamento nas redes sociais; Ted Ketterer, head de Marketing da Coca-Cola Brasil; Marcelo Bronze, vice-presidente de Marketing da Danone; e André Britto, CMO da Bauducco.

O evento contará, ainda, com a presença de Maia Mau, diretora de Marketing do Google; Bernardo Cupertino Leão, diretor de Marketing do Magalu; Patrícia Esteves, diretora executiva de Marketing da Stanley; e Taciana Lopes, vice-presidente sênior de Marketing da Mastercard Brasil.

Durante os dois dias, os participantes terão acesso a uma agenda intensa de conteúdos, debates e apresentações que discutem o futuro do marketing, inovação, propósito e estratégias de marca em um ambiente voltado à troca de experiências entre as maiores lideranças do setor.

Foco em conteúdo aplicável

A edição presencial do CMO Summit 2025 terá uma programação robusta, distribuída em quatro palcos simultâneos, além de uma arena interativa voltada a debates ao vivo, sessões de mentoria e espaços dedicados a networking estratégico.

A agenda contempla temas como inteligência artificial aplicada ao marketing, posicionamento de marca, branding, experiência do cliente, social media e influência digital, CRM, growth e performance, automação, vendas e liderança, sempre com foco prático e voltado ao cotidiano dos profissionais do setor.

Segundo os organizadores, o evento se propõe a oferecer a mais completa experiência de aprendizado e conexão do segmento, reunindo conteúdos conduzidos por líderes que atuam diretamente nas transformações do mercado. "O objetivo é ir além da teoria e compartilhar o que realmente tem funcionado nas estratégias das principais marcas", afirma Magnus.

Com sessões paralelas, o formato permite ao público montar trilhas personalizadas de acordo com seus interesses e desafios profissionais. A proposta é tratar o passado como ferramenta de aprendizado, o presente como palco de desafios concretos e o futuro como espaço de tendências e oportunidades.

Outro diferencial desta edição será o aplicativo oficial do evento, criado para promover conexões mais relevantes entre os participantes, por meio de funcionalidades de matchmaking e agenda personalizada.

A expectativa é de que o encontro consolide o CMO Summit como referência entre os eventos corporativos voltados à alta liderança do marketing.

Números do evento

+ de 300 speakers
+ de 5 mil participantes
+ de 10 mil m²
4 palcos

Áreas de networking

+ de 20 modalidades de aprendizados, como:
- Roundtables de discussões
- Matchmaking
- Sessões 1:1
- Sessões de mentoria
- Arenas de conteúdos

Acesse toda a programação do evento



Conteúdo patrocinado

Eufrázio

Justiça

OAB-SP instala comissão para reforma do Judiciário e 'contenção' do Supremo

Grupo com ex-ministros de Estado e ex-presidentes do STF vai apresentar anteprojetos de lei; temas como competência criminal da Corte e transmissão de julgamentos serão debatidos

RAYSSA MOTTA

Em um contexto de embates entre representantes da advocacia e o Supremo Tribunal Federal (STF), a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) instalou ontem uma comissão de estudos para debater uma reforma ampla do Poder Judiciário. O grupo de trabalho – que inclui ex-presidentes do STF e ex-ministros da Justiça – definiu os eixos de atuação em sua primeira reunião na sede da entidade, em São Paulo.

A comissão terá o prazo de um ano para apresentar propostas que serão entregues ao Congresso e ao próprio Supremo. Estão no radar da comissão temas sensíveis, como o funcionamento do STF e a conduta de seus ministros, e questões relacionadas à administração da Justiça.

Antes da reunião, na cerimônia de instalação do grupo de trabalho, no auditório da OAB-SP, os membros da comissão endereçaram suas principais preocupações. A crise de credibilidade do Judiciário foi mencionada em todos os discursos. "O momento é exatamente adequado para que nós trabalhemos sobre esse tema porque o Judiciário se encontra sob crítica violenta de todos os lados. Não consegue agradar a ninguém", afirmou a ministra aposentada Ellen Gracie, primeira mulher a ocupar uma vaga no STF (2000-2011) e a presidir a Corte (2006-2018).

Integram ainda a comissão outro ex-presidente do Supremo – Cezar Peluso –, além de Miguel Reale Jr. e José Eduardo Cardozo – ex-ministros da Justiça –, Maria Tereza Sadek, cientista política, Cezar Britto, ex-presidente da OAB, Patricia Vanzolini, ex-presidente da OAB-SP, Oscar Vilhena e Alessandra Benedito, professores de Direito da FGV.

Reale Jr. afirmou que o STF é um objeto de "preocupação" do grupo de trabalho. "Seja com relação à sua competência, seja com relação ao seu regimento interno, seja com relação à sua imagem. Para a preservação de sua imagem como um órgão neutro, imparcial e íntegro."

Patrícia Vanzolini disse que a comissão vai propor "correções de rumos" para "fortalecer" a Corte. Maria Tereza Sadek afirmou que as críticas ao Judiciário têm "muito fundamento" e mencionou como exemplo a atuação de ministros e juízes. "Temos de reconhecer que vivemos tempos difíceis, momentos de crise, em que o Judiciário tem sido atacado por vários setores da população", afirmou a professora e pesquisadora. "É nosso dever tentar fazer uma reflexão séria e consistente sobre a situação atual."


MATHEUS SALES/OAB SP

Comissão inclui ex-ministros dos governos FHC, Lula e Dilma, aposentados do STF, juristas e acadêmicos

CÓDIGO DE CONDUTA. Uma das propostas em debate preliminar é a criação de um código de conduta para magistrados, inclusive ministros de tribunais superiores, com regras claras de imparcialidade. Hoje, juízes, desembargadores e ministros seguem as normas previstas na Lei Orgânica da Magistratura (Loman), o estatuto dos magistrados, em vigor desde 1979 – antes, portanto, da promulgação da Constituição.

Os membros da comissão consideram que é necessário atualizar as regras. O colegiado vai debater reformas no Judiciário, mas há uma preocupação interna em se contrapor a iniciativas consideradas revanchistas contra o STF, como projetos de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para restringir prerrogativas dos ministros, o que ficou conhecido como "Pacote Anti-STF".

"O momento é exatamente adequado para que nós trabalhemos sobre esse tema porque o Judiciário se encontra sob crítica violenta de todos os lados. Não consegue agradar a ninguém"
Ellen Gracie


Ministra aposentada do STF e integrante da comissão

'A FAVOR DA JUSTIÇA'. "É uma comissão a favor da Justiça, não é uma comissão contra a Justiça, mas é uma comissão crítica", afirmou Oscar Vilhena.

No ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou um pacote de medidas para alterar o funcionamento do STF. Uma das propostas era a revisão de julgamentos pelo Legislativo. O passo seguinte é a análise do texto por uma comissão especial, que ainda não foi criada. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), engavetou a ofensiva.

TV. Outra proposta que começou a ser debatida envolve a restrição do televisionamento das sessões plenárias do STF. Estudos mostram que o tempo de voto dos ministros aumentou sensivelmente desde a criação da TV Justiça.

A comissão avalia propor que apenas julgamentos de questões constitucionais continuem a ser transmitidos em tempo real. Nesse caso, ações criminais, por exemplo, como os processos da trama golpista, poderiam ser acompanhadas apenas presencialmente.

Outra ideia na mesa é a proposta de mandato para ministros do STF, como ocorre em países da Europa. Hoje vitalícios, os ministros só saem da Corte quando querem ou quando chegam aos 75 anos e se aposentam compulsoriamente.

COMPETÊNCIA. A redução da competência criminal do Supremo é uma das prioridades. A avaliação é a de que o excesso de inquéritos e ações penais sobrecarrega a pauta e atrasa o julgamento de controvérsias constitucionais. A restrição do foro privilegiado, por exemplo, é quase consenso no grupo.

Em uma virada jurisprudencial, em março, o STF ampliou o alcance do foro privilegiado e expandiu a competência da Corte para julgar autoridades e políticos. "O Supremo Tribunal Federal alargou muito a competência dele nos últimos anos, o que visivelmente está fazendo mal ao tribunal, seja pela carga de trabalho, seja pela politização. Um tribunal que julga muitos políticos, e o Supremo julga políticos em excesso, acaba se politizando naturalmente", disse o presidente da OAB-SP, Leonardo Sica.

Sica defende ainda que o Judiciário não pode ser "governado por normas de gabinete", em referência aos atos normativos editados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como o que restringiu as sustentações orais dos advogados, um dos pontos de atenção da comissão.

EMENDA. Qualquer alteração estrutural sobre o funcionamento do STF precisa ser aprovada na forma de emenda constitucional, o que demanda maioria qualificada na Câmara e no Senado, além de votação em dois turnos. O texto também pode ser submetido ao controle constitucional pelo próprio Supremo, que pode declarar as mudanças incompatíveis com a Constituição e, portanto, impedir que elas entrem em vigor.

A última grande reforma do Judiciário foi promulgada em 2004. O CNJ foi criado na ocasião. Também foi adotado o instituto da repercussão geral – instrumento por meio do qual o STF impõe diretrizes às instâncias inferiores do sistema de Justiça.

Um tema caro aos magistrados deve ficar fora do escopo da comissão. Trata-se dos penduricalhos e supersalários de juízes. Não há previsão de o grupo de trabalho da OAB-SP debater o assunto. ●

Advogado contesta ato de Moraes que levou à prisão de coronel

A defesa do coronel Marcelo Câmara pediu ontem a revogação de sua prisão preventiva. Em manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado Eduardo Kuntz afirma que entrou em contato com o tenente-coronel Mauro Cid antes da decisão do ministro Alexandre de Moraes que impediu o coronel de contatar outros investigados durante a tramitação do inquérito do golpe.

"Nas ocasiões em que ocorreram os contatos entre o delator e este advogado (...) não havia nenhuma restrição relacionada à incomunicabilidade das partes, de modo que não há de falar-se em descumprimento de qualquer medida imposta", diz um trecho do pedido.

A prisão de Câmara foi decretada depois que o advogado entregou ao STF mensagens que afirma ter trocado com Cid por meio de um perfil no Instagram em nome de "Gabriela" (@gabrielar702). Para Moraes, o coronel, por meio de seu advogado, tentou obter informações sigilosas sobre a delação premiada. Além de Câmara, Kuntz também é alvo de investigação. ● R.M.



Eliane Cantanhêde *E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; X: @ecantanhede*

O novo desafio de Lula

A Cúpula do Brics, no Rio de Janeiro, dias 6 e 7 de julho, será um enorme desafio para o Itamaraty, ao reunir Irã, China e Rússia nesses tempos preocupantes em que os Estados Unidos aderiram aos ataques de Israel a usinas iranianas de enriquecimento de urânio. No início da noite de ontem, Donald Trump anunciou um cessar-fogo em seis horas. O governo Lula, porém, mantém o risco de, no Brics, assumir um lado numa disputa que extrapola o Oriente Médio e divide as potências.

O Brics foi criado por Brasil, Rússia, Índia e China como resistência a um "mundo unipolar", ou seja, à hegemonia norte-americana. A eles, se uniram a África do Sul e, em janeiro de 2024, mais cinco países, inclusive o Irã. A reunião do Rio nada tem oficialmente com o atual conflito, mas o Irã estará entre parceiros que se opõem aos ataques de EUA e Israel.

Putin declarou que a Rússia está pronta para "ajudar" o Irã e recebia o chanceler iraniano em Moscou, antes de Trump anunciar o cessar-fogo e enquanto os bombardeios continuavam dos dois lados. Nesse ambiente, segundo experientes diplomatas brasileiros, o papel da China se torna ainda mais relevante.

Se a Rússia deu um passo além, a China ficou na retórica, ao acusar o ataque americano ao Irã de "violar gravemente os propósitos e princípios

> ***Com líderes de Irã, Rússia e China no Rio, para a cúpula dos Brics, o risco é o Brasil se meter onde não deve***

da Carta da ONU" e pedir cessar-fogo "imediato e incondicional". Em nota, o Brasil foi na mesma linha, condenando "com veemência" as ações de Israel e EUA como "violação da soberania do Irã e do direito internacional" e alertando para o "grave risco de contaminação radioativa e desastres ambientais de larga escala".

Em entrevistas, o assessor internacional de Lula, ex-chanceler Celso Amorim, admitiu o risco de "alastramento" do conflito e até de uma nova guerra mundial, condenando o enfraquecimento dos organismos internacionais e do próprio Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Com Amorim chanceler, nos primeiros governos Lula, o Brasil mediou um acordo com a Turquia para um programa nuclear do Irã para fins pacíficos. EUA e França derrubaram, mas depois aprovaram na ONU uma proposta não muito diferente. Brasil, Lula e Amorim já não têm estatura diplomática para mediar um acordo dessa envergadura e o País, inclusive, está sem embaixador em Israel desde o início de 2024.

Como anfitrião, cabe ao Brasil manter a pauta original do Brics e a defesa de décadas do multilateralismo e da renovação da ONU, mas sem sinalizar uma aproximação ainda maior com Irã, Rússia e China, contra EUA e Israel. Não teria nada a ganhar e poderia perder um bocado. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DA GLOBONEWS

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ação penal do golpe

Cid e Braga Netto fazem acareação sobre dinheiro em caixa

O tenente-coronel Mauro Cid e o ex-ministro da Defesa general Walter Braga Netto serão confrontados hoje pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, na ação penal do golpe. Ambos são réus, mas Cid é ainda delator. A acareação será realizada porque os dois apresentaram versões distintas sobre o financiamento de atos golpistas.

Também ficarão frente a frente hoje, para esclarecer pontos divergentes em seus depoimentos, o ex-comandante do Exército general Marco Antônio Freire Gomes, ouvido como testemunha, e o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que também é réu na ação penal.

A principal divergência de versões entre Cid e Braga Netto envolve uma caixa de vinho cheia de dinheiro, supostamente entregue pelo general ao ex-ajudante de ordens para financiar ações do plano golpista. A acareação foi pedida por Braga Netto a Moraes, que o autorizou a ser conduzido do Comando da 1.ª Divisão de Exército, no Rio de Janeiro – onde está preso preventivamente desde dezembro último –, até a sede do STF, em Brasília.

No caso de Freire Gomes e Torres, o ex-comandante disse que o ex-ministro participou de reuniões de teor golpista, o que Torres rechaça. ●

KARINA FERREIRA

SP OPEN | WTA 250

DE 06 A 14 DE SETEMBRO
PARQUE VILLA-LOBOS

ONS JABEUR
BIA HADDAD MAIA
LUISA STEFANI
LAURA PIGOSSI
CAROL MELIGENI

VENDAS ABERTAS PARA O WTA DA MAIOR CIDADE DAS AMÉRICAS.

Começa hoje a venda de ingressos para a primeira edição do SP Open, torneio que dá início a um novo capítulo do tênis feminino no Brasil, e grandes nomes do nosso tênis já estão confirmados.

Na cidade que nunca joga pequeno, elas ganharam o palco que merecem, e o público, uma experiência que vai muito além das quadras, com gastronomia e experiências exclusivas.

SAIBA MAIS EM: SPOPENWTA.COM.BR

Classificação etária: Livre. Entrada e permanência de crianças/adolescentes de 0 a 14 anos de idade, acompanhados dos pais ou responsáveis. Este evento requer autorizações específicas. Consulte o site spopenwta.com.br e acompanhe a atualização sobre a expedição de alvarás relacionados ao evento.

Claro Heineken 0.0 ALLOS VILLA LOBOS BRB
Prudential atvos [B]³ asics spturis PREFEITURA DE SÃO PAULO BRASIL

Eufrázio



Carlos Andreazza *E-mail: ca.andreazza@gmail.com; X: @andreazzaeditor*

Scotch junino

Não sei quantas vezes li e escrevi sobre a paralisia de Brasília em 2025. Paralisia de Brasília – a partir do Congresso. Paralisada a atividade parlamentar; não as gestões dos parlamentares. E assim vamos – sob o São João estendido – até meados de julho.

Eis o ritmo do Legislativo que votou o Orçamento de 2025 em março de 2025; e que ora reclama da morosidade do Executivo em desembaraçar emendas. Tudo parado. O maledicente diria que não será de todo ruim a cousa atravancada, dada a agenda da rapaziada.

O maledicente é um ingênuo. A cousa atravancada é seletiva. A paralisia, relativa. Por exemplo: a turma – a turma do discurso pelo corte de gastos – em mobilização para aprovar o aumento do número de deputados. (E nenhum sinal há de que bancará o fim dos supersalários e a reforma da previdência militar.)

Outro exemplo: a turma mobilizada pela formalização da prática – arruaça orçamentária – de usar dinheiros de emendas para custear folhas de pagamento país afora. Outro: a turma se mobilizando para recuperar verbas do orçamento secreto canceladas em função de irregularidades.

Outro: a turma mobilizadíssima para contratar o aumento na conta de energia elétrica da sociedade. Ordem unida mesmo, donde se recomende prudência antes de declarar a derrota do governo Lula na matéria. O PT formou com o chamado Centrão para derrubar os vetos do presidente e consagrar mais uma vitória do influente lobby daqueles que garantem a suas gerações de energia 25 anos de mercado obrigatório.

Derrotados fomos nós. Mais reveses virão. O Parlamento paralisado nunca falta aos interesses amigos-corporativistas.

O menor de nossos problemas será Hugo Motta bebendo uísque diretamente da garrafa. A lamentar, em nota pessoal do cronista, somente o desperdício do scotch 12 anos, destilado que mereceria um copo (baixo) e duas ou três pedras de gelo. O nosso problema de verdade: que Motta, forte e vaidoso para descer o golão quente, seja um presidente da Câmara ao mesmo tempo fraco e vaidoso.

Prometeu tudo a todos – garantida mesmo apenas a anistia para toda a gastança. Prometeu tudo para todo mundo, e agora sai à cata de uma identidade – de um caráter – para sua presidência. Aí está o Hugo fiscalista, que exige corte de despesas; o mesmo que tem mandato para proteger e ampliar os bilhões em emendas parlamentares. A famosa conta que não fecha.

No mundo real, já não bastará ao governo pagar as emendas. A conta sobe à medida que a eleição se acerca e a aprovação de Lula permanece baixa. A galera vai criando os textos para justificar – nem precisaria – o embarque noutra canoa. Faltam incentivos – hoje – para que partidos, mesmo os com ministérios, sejam leais ao Planalto. Motta pode prometer à vontade. Quem decide: Ciro Nogueira, Arthur Lira... Falam até em Eduardo Cunha. Antes estivéssemos paralisados. Andamos para trás. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Legislativo

Senado deve votar ampliação de cadeiras na Câmara

O projeto que aumenta de 513 para 531 o número de deputados federais deve ser votado pelo Senado em sessão semipresencial amanhã. O prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal para que o Congresso estabeleça a nova distribuição de cadeiras com base no Censo de 2022 termina na próxima segunda-feira.

O texto tramita em regime de urgência, sob relatoria de Marcelo Castro (MDB-PI). O STF determinou a redistribuição das cadeiras da Câmara de acordo com as populações atualizadas dos Estados. O total de deputados é o mesmo desde 1993.

Em uma manobra para evitar a perda de vagas em certos Estados, os deputados aumentaram as bancadas onde a população cresceu (AM, CE, GO, MG, MT, PA, PR, RN e SC). Mas Estados que perderam população não terão o número atual de membros reduzido. ● MARIA MAGNABOSCO

JBS
APRESENTA

prêmio paladar
ESTADÃO



O portal referência em **GASTRONOMIA**, **RECEITAS** e **NOTÍCIAS** lança **PLATAFORMA** com **CONTEÚDO ESPECIAL** sobre o prêmio.

PREMIAÇÃO
Os melhores **BARES** e **RESTAURANTES** de São Paulo.

HONRA AO MÉRITO
História, criatividade e talentos que impulsionam o setor na cidade.

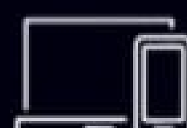
AGOSTO 25


REPORTAGENS ESPECIAIS


CHEFS QUE FIZERAM PARTE DA HISTÓRIA


SABORES E LUGARES


RECEITAS DE SUCESSO


CONTEÚDO EXCLUSIVO SOBRE O PRÊMIO

ACESSE:


Realização: ESTADÃO 150 · paladar 20 anos
Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO · FIA BUSINESS SCHOOL

Eufrázio



Tensão no Oriente Médio

Trump diz que Israel e Irã acertaram cessar-fogo após 12 dias de guerra

TV estatal iraniana confirma trégua após anúncio do presidente, enquanto israelenses se mantêm em silêncio; antes, Teerã fez ataque coreografado à base dos EUA no Catar

WASHINGTON

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse ontem nas suas redes sociais que Israel e Irã haviam concordado com um cessar-fogo, após mais de uma semana de ataques – e um bombardeio americano às instalações nucleares iranianas no sábado. A TV estatal iraniana confirmou um cessar-fogo entre Irã e Israel e disse que ele foi "imposto ao inimigo" em razão de ataques bem-sucedidos de retaliação com mísseis do regime dos aiatolás. Até ontem à noite, Israel não havia se posicionado e ainda conduzia ataques contra Teerã.

"Foi plenamente acordado entre Israel e Irã que haverá um cessar-fogo completo e total, a partir de agora, quando Israel e Irã tiverem se acalmado e concluído suas missões finais em andamento", escreveu Trump. "Oficialmente, o Irã iniciará o cessar-fogo e, na 12.ª hora, Israel iniciará o cessar-fogo. Na 24.ª, o fim oficial da guerra de 12 dias será saudado pelo mundo. Durante cada cessar-fogo, o outro lado permanecerá pacífico e respeitoso", escreveu Trump. "Deus abençoe Israel, Deus abençoe o Irã, Deus abençoe o Oriente Médio, Deus abençoe os EUA e Deus abençoe o mundo."

A mensagem de Trump foi publicada horas depois que o Irã lançou 14 mísseis contra a base aérea de Al-Udeid, no Catar, a maior instalação militar americana no Oriente Médio, retaliando os ataques dos EUA contra três de suas instalações nucleares.

Estratégica
Base de Al-Udeid é a sede regional do Comando Central dos EUA onde estão 10 mil militares

A resposta iraniana foi completamente coreografada, já que o regime avisou com antecedência os governos de Catar e EUA, parecendo indicar um desejo de encerrar o conflito. Trump agradeceu o aviso, que permitiu que os militares americanos esvaziassem a base.

"Quero agradecer ao Irã por nos avisar com antecedência, o que possibilitou que nenhuma vida fosse perdida e ninguém ficasse ferido", afirmou o presidente americano. "Parabéns, mundo. É hora de paz."

Mesmo antes do ataque do Irã à base americana no Catar já havia sinais de que Teerã estava procurando uma saída do confronto com os EUA. Israel também pareceu dar indícios de que não pretendia mais continuar a guerra. Segundo o jornal *Times of Israel*, o governo do premiê Binyamin Netanyahu procurou mediadores no Oriente Médio para passar a informação para os iranianos.

No fim de semana, Netanyahu havia declarado que Israel estava muito próximo de atingir seus objetivos na guerra contra o Irã, mas prometeu que não entraria em uma "guerra de atrito" com os iranianos. O conflito acabou impulsionando a popularidade do premiê, segundo pesquisas.

A base aérea de Al-Udeid é a sede regional do Comando Central dos EUA. Cerca de 10 mil soldados estão estacionados no local. O ataque iraniano inicialmente alimentou o temor de que o conflito pudesse se intensificar, atraindo ainda mais os EUA para a guerra e se expandindo por toda a região.

O Catar condenou o ataque em seu território e disse que se reservava "o direito de responder diretamente". Ao discutir ontem o lançamento de mísseis, autoridades iranianas disseram ao *New York Times* que precisavam ser vistos dando uma resposta aos EUA, mas com cautela.

Uma abordagem semelhante foi usada em 2020, quando o Irã avisou antes de disparar mísseis balísticos contra uma base americana no Iraque, em represália ao assassinato do general Qasem Suleimani.

Antes e depois do ataque do Irã e do anúncio de Trump, Israel lançou diversas operações contra Teerã, prosseguindo com sua campanha militar. Pela manhã, os israelenses atingiram locais considerados símbolos da teocracia iraniana, como o quartel-general da Guarda Revolucionária, estradas de acesso à central nuclear de Fordow – alvo dos americanos no fim de semana – e a prisão de Evin, onde são mantidos milhares de dissidentes e prisioneiros políticos.

À noite, uma série de explosões foi ouvida em Teerã, segundo a agência France Presse. A imprensa israelense afirmou que outro cientista nuclear iraniano havia sido morto em um bombardeio – acredita-se que 14 deles já tenham morrido nos ataques até agora.

RÚSSIA. O ataque do Irã contra a base americana veio após o ministro iraniano das Relações Exteriores, Abbas Araghchi, encontrar-se com um aliado chave, o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Enquanto o líder russo chamou os ataques dos EUA de "agressão absolutamente não provocada", ele se absteve de oferecer apoio concreto ao Irã.

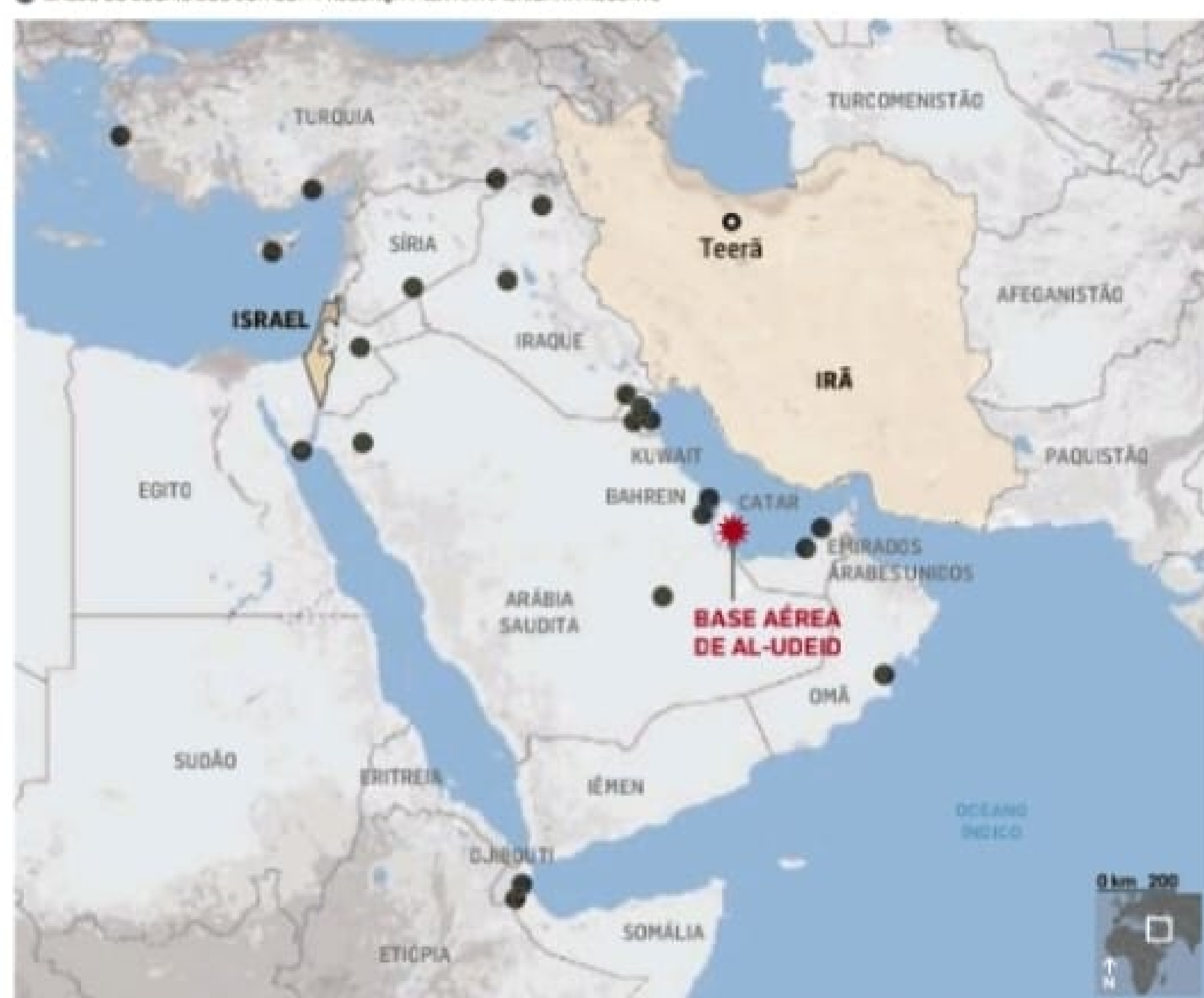
Ontem, o vice-chefe do Conselho de Segurança da Rússia e ex-presidente da Rússia, Dmitry Medvedev, teve de se retratar e negou qualquer intenção de Moscou de fornecer armas nucleares a Teerã. Horas antes, no entanto, ele havia cogitado a possibilidade. "Vários países estão prontos para fornecer armas nucleares ao Irã", disse.

Pelas redes sociais, Trump ironizou Medvedev. "Ele realmente disse isso ou foi só fruto de minha imaginação?", escreveu o americano. "Essas declarações não deveriam ser dadas de forma leviana. Acho que é por isso que Putin é quem manda." ● NYT, AP e AFP

RETALIAÇÃO IRANIANA

Mísseis iranianos contra base americana no Catar são repelidos por defesa antiaérea

● BASES OU LOCAIS DOS EUA COM PRESENÇA MILITAR AMERICANA RECENTE



INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Preço do petróleo cai diante de expectativa de redução da tensão

Os preços do petróleo sofreram ontem uma forte queda, mesmo após o Irã ter disparado mísseis contra uma base aérea americana no Catar. O movimento ocorreu por causa das apostas de que os ataques telegrafados com antecedência haviam sido uma resposta menos extensa do que o esperado.

Ao mesmo tempo, o Irã não interrompeu o tráfego de navios-tanque no Estreito de Ormuz, o que era visto como o grande temor do mercado, que poderia impulsionar os preços. Analistas acreditam que o fechamento da passagem marítima poderia prejudicar ainda mais a economia iraniana e seu acordo de exportação para a China.

Antes da queda, o presidente dos EUA, Donald Trump, exigiu que os preços não aumentassem. "Atenção todos, mantenham o preço do petróleo baixo, estou de olho. Vocês estão fazendo o jogo do inimigo, não façam isso", escreveu o presidente na sua rede social. Depois, Trump fez uma outra postagem pedindo que o Departamento de Energia incentive a perfuração de mais poços no país. ● NYT

Eufrázio

Maior batalha é entre iranianos: uma população dinâmica contra o regime arcaico


ARASH KHAMOOSHI/THE NEW YORK TIMES

Protesto em Teerã contra bombardeios americanos e israelenses

ANÁLISE

KARIM SADJADPOUR
THE NEW YORK TIMES

O ataque de Donald Trump ao Irã é um evento único em uma geração que pode transformar o Oriente Médio, a política externa dos EUA, a não proliferação nuclear e a ordem global. Embora seu impacto total leve décadas para ser compreendido, ele levanta uma questão mais imediata: esse ato de guerra fortalecerá o regime autoritário ou acelerará sua derrocada?

As origens do conflito remontam à revolução de 1979, que substituiu a monarquia iraniana, aliada aos EUA, por uma teocracia antiamericana. Desde então, a República Islâmica do Irã prometeu acabar com o imperialismo americano e erradicar Israel.

Agora, EUA e Israel estão travando uma campanha militar dentro do Irã com o objetivo declarado de destruir sua capacidade nuclear – embora o colapso do regime não seja o objetivo declarado, seria um resultado bem-vindo. No entanto, embora ataques militares possam expor as fraquezas de um regime autoritário, raramente criam as condições necessárias para uma mudança democrática duradoura.

Muito antes da ação israelense e dos ataques de Trump, a república islâmica assemelhava-se a um regime zumbi, ideologicamente morto, mas ainda repressivo, muito parecido com a União Soviética em estágio avançado. Apesar do vasto capital humano e dos recursos do país, os teocratas presidem um Estado policial economicamente isolado e socialmente repressivo, mergulhado em corrupção e repressão, mas governando do pedestal moral de uma teocracia islâmica.

Os lemas do regime, "Morte à América" e "Morte a Israel" – nunca "Vida longa ao Irã" –, há muito deixam claro que sua prioridade sempre foi se opor aos outros, não elevar seu próprio povo. Dada a sua recusa em aceitar reformas políticas, o abismo entre o regime estático do Irã e sua população dinâmica tornou-se um dos maiores entre todas as sociedades do mundo.

A rigidez ideológica e as ambições nucleares do regime assemelham-se às da Coreia do Norte; as aspirações de seu povo por modernidade e prosperidade o alinham mais com a Coreia do Sul. A única maneira de o governo permanecer no poder tem sido por meio de repressão física e digital.

REPRESSÃO. Hoje, o regime tem o apoio de menos de 20% da sociedade, mas mantém um aparato repressivo altamente armado e organizado, disposto a matar em massa. Em contraste, os oponentes muito mais numerosos do regime estão desarmados, desorganizados e relutantes em morrer em massa.

O Estado venera o martírio; a sociedade aspira a separar a mesquita do Estado. Essa disparidade permitiu ao regime reprimir revoltas, incluindo os protestos Mulher, Vida, Liberdade, de 2022 e 2023. Quando os iranianos acordaram com a notícia de que dez comandantes da Guarda Revolucionária e cientistas nucleares haviam sido assassinados por Israel, muitos comemoraram em privado. Mas, à medida que as bombas israelenses começaram a cair sobre Teerã, aquela onda inicial de satisfação deu lugar a medo, confusão e raiva.

Os 10 milhões de moradores da capital foram alertados a fugir, mesmo com alguns sendo instados por apelos de fora do Irã a se rebelarem contra o regime. Grupos independentes de direitos humanos estimam que mais de 300 civis foram mortos nos ataques israelenses.

A ansiedade ou a indignação com a guerra não devem ser confundidas com o renascimento político da república islâmica. Em vez de mudar a opinião pública, a invasão israelense e os ataques americanos ampliarão as divisões: os legalistas terão mais munição para odiar os EUA e Israel, enquanto os críticos verão esses eventos como mais um exemplo de como as obsessões ideológicas do regime trazem desastres para o iraniano comum.

A história mostra que envolvimentos militares podem consolidar ou desmantelar regimes autoritários. A Guerra da Coreia (1950-1953) fortaleceu o domínio de Kim Il-sung sobre a Coreia do Norte, lançando as bases para um Estado totalitário dinástico.

A fracassada invasão da Baía dos Porcos, apoiada pela CIA, em 1961, ajudou Fidel Castro a consolidar sua ditadura nascente. A invasão do Irã por Saddam Hussein, em 1980, reuniu os iranianos em torno da teocracia incipiente do aiatolá Ruhollah Khomeini.

Mas o oposto também se aplica. Embora as guerras possam proporcionar um momento de euforia a curto prazo para alguns regimes, despertando o fervor nacionalista e evitando problemas internos, os efeitos podem ser fugazes. A desastrosa invasão do Afeganistão pela União Soviética, em 1979, acabou por acelerar o seu declínio.

Política externa
Desde a revolução, o Irã tem travado uma guerra por escolha contra Israel, não por necessidade

A junta argentina entrou em colapso após a sua derrota na Guerra das Malvinas, em 1982, e Slobodan Milosevic foi deposto após o bombardeio da Iugoslávia pela Otan, em 1999. No caso do Irã, os quatro cavaleiros do apocalipse da economia – inflação, corrupção, má gestão e fuga de cérebros – são crônicos. Qualquer unidade nacionalista tende a evaporar-se, dando lugar mais uma vez às frustrações diárias com o desgoverno clerical.

Se há um padrão, é este: guerras tendem a fortalecer regimes revolucionários em seus primeiros anos, mas humilhações militares expõem a fragilidade dos regimes envelhecidos. As populações são mais propensas a apoiar guerras existenciais do que guerras eletivas. Desde a sua criação, a república islâmica tem travado uma guerra por escolha contra Israel – não por necessidade.

Então, quão frágil é a república islâmica, enquanto pondera va como responder aos Estados Unidos? Jack Goldstone, um importante estudioso da revolução, identifica cinco pré-requisitos fundamentais para a mudança revolucionária: grave tensão econômica nacional; alienação e divisão entre as elites políticas e econômicas; raiva e injustiça generalizadas que alimentam a mobilização popular; uma narrativa unificadora de resistência que supere as divisões sociais; e relações internacionais favoráveis, incluindo apoio estrangeiro à oposição e a retirada do apoio estrangeiro ao regime.

ALTO RISCO. Por esse critério, a república islâmica parece profundamente vulnerável, mas não corre risco de colapso iminente. Até o momento, não há sinais visíveis de divisões significativas entre as elites do regime. Nenhum líder ou organização da oposição conseguiu controlar o descontentamento social em massa sob uma grande tenda, ou elaborar uma narrativa unificadora ampla o suficiente para transcender as divisões sociais do Irã.

Embora a mobilização popular e as divisões entre as elites estejam interligadas e possam acontecer rapidamente, as recentes desventuras dos EUA no Afeganistão e no Iraque servem como um alerta: nenhuma potência estrangeira pode fabricar o tipo de consenso nacional que a oposição iraniana precisará para ter sucesso.

Movimentos revolucionários tornam-se viáveis quando atraem uma massa crítica de pessoas, mas essa massa crítica não se juntará a eles até que acredite que é viável. Embora uma massa crítica de iranianos hoje possa acreditar que a república islâmica não tem futuro, nenhuma figura ou movimento de oposição conseguiu canalizar o descontentamento generalizado dos iranianos para uma alternativa política.

Os 5 milhões de iranianos que vivem fora do país ainda precisam traduzir sua paixão e recursos em apoio à causa da liberdade em seu país. Não há uma saída confiável: grande parte da oposição permanece presa ao passado, dominada por cultos de personalidade, disputas internas online e rancores ideológicos não resolvidos, em vez de se concentrar na construção de um movimento unificador. Poucos na diáspora estão inclinados a se unir a facções tão ultrapassadas, e aqueles dentro do país dificilmente arriscarão suas vidas para trocar um culto de personalidade por outro.

E, no entanto, o crepúsculo da liderança do aiatolá Ali Khamenei aproxima-se rapidamente. Apesar do desejo da maioria dos iranianos de viver sob um governo tolerante e representativo que trabalhe pela sua prosperidade, as transições autoritárias tendem a ser disputas de brutalidade, não de popularidade, frequentemente vencidas por aqueles com os maiores poderes coercitivos.

No Irã, são os militares, os aspirantes a Putin, e não os reformadores civis, que estão melhor posicionados para tomar o controle. Segundo estudo, desde a 2.ª Guerra, menos de um quarto dos colapsos autoritários levaram à democracia – e aqueles provocados por intervenção estrangeira ou violência tiveram ainda menos probabilidade de fazê-lo.

Não há nada que impeça o Irã de ser a exceção a essa regra. O país tem todos os elementos de uma nação do G-20: uma população educada e globalmente conectada, vastos recursos naturais e uma orgulhosa identidade civilizacional.

Os EUA, e o mundo, têm muito a se beneficiar de um Irã pós-islâmico, governado pelo interesse nacional e não por dogmas revolucionários. Como Henry Kissinger certa vez observou: "Existem poucas nações no mundo com as quais os EUA têm menos motivos para discordar ou interesses mais compatíveis do que o Irã".

E, de fato, muitos iranianos podem ter passado a ansiar por uma reaproximação com os EUA. A decisão de Trump de lançar bombas de 14 toneladas sobre o Irã pode deixar uma cicatriz profunda em uma cultura política moldada por queixas históricas e uma memória coletiva de intervenção estrangeira – como o golpe de 1953, liderado pela CIA, contra o premiê Mohamed Mossadegh.

No entanto, as relações dos EUA no pós-guerra com Japão e Vietnã – nações que outrora devastaram – mostram que mesmo as feridas mais profundas podem cicatrizar.

Mas a batalha mais importante pelo futuro do Irã será travada não entre o Irã e o mundo exterior, mas entre os próprios iranianos. Essa luta está apenas começando. A população dinâmica e moderna mostra que há uma luz no fim do túnel. Embora forças externas possam tentar arrombar a entrada, somente a liderança, a unidade e o sacrifício iranianos podem abrir caminho. ●

É MEMBRO DO CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE

Eufrázio

À prova de bombas

Destino do estoque de urânio é desconhecido

Trump se irrita com questionamentos sobre eficácia de ataque, mas até vice-presidente americano admite que material desapareceu

WASHINGTON

Dois dias após os ataques americanos a três instalações nucleares do Irã, o resultado da operação ainda é um mistério. O Exército americano diz que ainda é cedo para dimensionar os danos. Ontem, militares israelenses confirmaram as suspeitas de que o regime iraniano havia retirado equipamentos e urânio enriquecido da usina de Fordow antes de as bombas americanas começarem a cair.

O presidente dos EUA, Donald Trump, no entanto, voltou a repetir que a destruição das instalações nucleares foi "total" e desferiu críticas ontem contra parte da imprensa americana que vem questionando o resultado da operação. "Os locais que atingimos no Irã foram totalmente destruídos, e todo mundo sabe disso. Somente o pessoal das fake news diria alguma coisa diferente, para tentar diminuir o máximo possível os ataques", escreveu o presidente em suas redes sociais.

Ele acusou nominalmente Anderson Cooper, da CNN (a quem ele chamou de "Allison Cooper"), Brian Roberts, presidente do grupo que controla a NBC (chamado de "idiota"), e Jonathan Karl, da emissora ABC. "Eles nunca param, esses canalhas da mídia, e é por isso que a audiência deles está no nível mais baixo de todos os tempos."

RETIRADA. O que parte da imprensa americana questiona é a informação passada pelos israelenses de que os iranianos, atentos às repetidas ameaças telegrafadas por Trump, haviam removido de Fordow 400 quilos de urânio enriquecido a 60% de pureza, um grau próximo do necessário para a fabricação de uma bomba. Autoridades americanas reconhecem que não sabem para onde o material foi levado.

SATELLITE IMAGE ©2025 MAXAR TECHNOLOGIES/AFP



Crateras abertas por bombardeio americano contra Fordow

Nos dias que antecederam o ataque dos EUA, imagens de satélite mostraram 16 caminhões de carga próximos da entrada para os túneis que levam ao interior da montanha de Fordow, sugerindo que o Irã também pode ter preparado o local para um ataque

O próprio J.D. Vance, vice-presidente dos EUA, admitiu a dificuldade em encontrar o estoque. "Trabalharemos nas próximas semanas para garantir que façamos algo com esse combustível, e esse é um dos assuntos sobre os quais conversaremos com os iranianos", disse Vance, ao programa *This Week*, da ABC, no domingo.

> ***"Os locais que atingimos no Irã foram totalmente destruídos, e todo mundo sabe disso. Somente o pessoal das fake news diria alguma coisa diferente, para tentar diminuir o máximo possível os ataques"***
> **Donald Trump**
> Presidente dos EUA

SUMIÇO. Rafael Grossi, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), afirmou que o combustível havia sido visto pela última vez por inspetores da ONU cerca de uma semana antes de Israel iniciar seus ataques ao Irã. Em entrevista à CNN, no domingo, ele assegurou que "o Irã não escondeu, mas protegeu este material".

Questionado se o estoque de urânio iraniano enriquecido a 60% de pureza – que é armazenado em barris pequenos o suficiente para caber no porta-malas de dez carros – havia sido transferido, Grossi respondeu: "Sim". ● WP, NYT, AP e AFP

OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL!
APARTAMENTO DUPLEX DE ALTO PADRÃO NO MORUMBI/SP
OPORTUNIDADE ÚNICA PARA MORAR COM CONFORTO OU INVESTIR COM POTENCIAL DE VALORIZAÇÃO

*IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS - CONSULTE O EDITAL COMPLETO




277,17M²




26/06 ÀS 11H
LEILÃO ONLINE

LANCE INICIAL
R$750.000,00
VALOR ABAIXO DO MERCADO
POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO OU PARCELAMENTO


4 DORMITÓRIOS (2 SUÍTES) / 2 VAGAS DE GARAGEM EM CONDOMÍNIO COM LAZER COMPLETO E SEGURANÇA


LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA: A 5 MINUTOS DO MORUMBI SHOPPING, ESTAÇÃO SÃO PAULO-MORUMBI, COM FÁCIL ACESSO À MARGINAL PINHEIROS E AV. GIOVANNI GRONCHI

SÃO PAULO/SP. MORUMBI. APARTAMENTO DUPLEX Nº 131, LOCALIZADO NOS 13º E 14º ANDARES DO EDIFÍCIO STUDIUM VOGUE, SITUADO NA AVENIDA PRESIDENTE GIOVANNI GRONCHI, Nº 3.935, ESQUINA COM A RUA DOUTOR LAERTE SETUBAL, COM A ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 277,17M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB O Nº 25.555 DO 18º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO/SP E NA INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº [illegible]. DESOCUPADO. CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6464.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.


SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Eufrázio

Diplomacia

Otan se reúne sob ameaça existencial da Rússia e guerra entre Israel e Irã

Cúpula que começa hoje em Haia deve aprovar aumento de gastos militares para 3,5% do PIB para lidar com ameaças à aliança

BRUXELAS

A Otan deve oficializar na cúpula que começa hoje, em Haia, na Holanda, o acordo para aumentar os gastos militares para até 3,5% do PIB de cada país-membro. O encontro acontece sob pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, que deve comparecer. Ele insiste que os aliados se comprometam a gastar mais em defesa.

Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, aliados dos EUA vêm ampliando seus orçamentos militares, mas quase um terço ainda não alcançou a meta da Otan de 2% do PIB.

O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, afirmou ontem em entrevista coletiva que se a Rússia atacar qualquer país da aliança militar nas condições em que esses aliados se encontram hoje a resposta "já seria devastadora". No entanto, ele argumentou que, com tantas instabilidades geopolíticas, é necessário reforçar o orçamento direcionado à defesa dos países da aliança.

O Reino Unido se comprometeu ontem a alcançar uma meta de 5% de seu PIB com gastos de segurança e defesa até 2035, segundo o primeiro-ministro Keir Starmer. "Esta é uma oportunidade para aprofundar o nosso compromisso com a Otan e fomentar ainda mais o investimento na segurança e na resiliência da nação", declarou o líder trabalhista. Starmer havia prometido em fevereiro aumentar o gasto em defesa do Reino Unido para 2,5% do PIB até 2027, e para 3% em algum momento no início da década de 2030.

Apesar do consenso aparente entre os países-membros, o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, enviou uma carta ao secretário-geral da Otan afirmando que Madri não cumpriria a nova meta de gastos. Segundo ele, obrigar o país a destinar 5% do seu PIB à defesa "seria contraproducente".

MARKUS SCHREIBER/AP PHOTO



Segurança reforçada para cúpula da Otan em Haia, na Holanda

Compromisso

2%
do PIB é a meta atual para os países da Otan a ser destinado para gastos com defesa

3,5%
do PIB é a meta a ser buscada pela aliança

Rutte, no entanto, insistiu ontem que a Espanha não tem uma opção de exclusão e afirmou que a Otan está "absolutamente convencida" de que Madri terá de atingir a nova meta para cumprir seus compromissos militares com a aliança. "A Otan não tem cláusulas de exclusão ou acordos paralelos, porque todos nós temos de contribuir", afirmou.

PROTESTOS. O encontro de dois dias também tem como objetivo sinalizar ao presidente russo, Vladimir Putin, que a Otan está unida, apesar das críticas de Trump à aliança, e determinada a expandir e atualizar suas defesas para impedir qualquer ataque da Rússia.

Além disso, a cúpula de Haia terá o desafio de manter Trump satisfeito. Questionado se a guerra entre Irã e Israel o levaria a não comparecer à reunião, o presidente americano disse que ainda planejava comparecer.

O encontro ocorre sob o maior esquema de segurança já implementado na Holanda, com milhares de policiais, militares, drones, zonas de exclusão aérea e especialistas em cibersegurança.

Às vésperas da reunião, centenas protestaram em Haia contra o aumento de gastos militares e contra um eventual confronto direto com o Irã. Manifestações foram registradas também nos EUA, França, Paquistão, Grécia e Filipinas. ● AP

talks
ESTADÃO MÍDIA&MKT

26 de junho

A força das ideias simples: como o Nubank virou referência global em inovação e comunicação

Juliana Roschel
CMO do Nubank

Apresentado por:
Rita Lisauskas & Igor Ribeiro



Leia o QR Code e assista ao episódio



Foto: Divulgação Nubank

Realização: ESTADÃO 150
Produção: ESTADÃO BLUE STUDIO



Ambiente

Queimada recorde de 2024 levou à destruição de 30 milhões de hectares

Área queimada em todo o País ficou 62% acima da média histórica, segundo o MapBiomas Fogo; a maior parte dos incêndios foi registrada na Amazônia

ROBERTA JANSEN

Pelo menos 30 milhões de hectares foram destruídos pelo fogo no Brasil, em 2024, uma área 62% acima da média histórica, que é de 18,5 milhões por ano. O dado está no MapBiomas Fogo, lançado hoje e parte da primeira edição do Relatório Anual do Fogo (RAF), com números relativos ao período de 1985 a 2024.

O aumento das áreas queimadas em relação à média histórica ocorreu na maioria dos biomas. A Amazônia registrou a maior área queimada de toda a série histórica e foi o bioma que mais queimou no País: foram 15,6 milhões de hectares, um valor 117% acima da média.

No Pantanal, a extensão da destruição ficou 157% acima da média e, no Cerrado, 10%. As exceções ficaram por conta da Caatinga e dos Pampas, onde foram registrados decréscimos de 16% e 48%, respectivamente. No caso da Mata Atlântica, o ano de 2024 bateu recorde de destruição: a área afetada pelo fogo foi 261% acima da média histórica. Não por acaso, no ano passado, São Paulo concentrou quatro dos dez municípios com maior proporção de área queimada, todos no entorno do município de Ribeirão Preto, uma região predominantemente agrícola. São eles: Barrinha, Dumont, Pontal e `Pontes Gestal.

Obtidos a partir do mapeamento das cicatrizes de fogo por imagens de satélite, os dados traçam o mais completo retrato da ação do fogo em todo o território nacional e revelam alguns padrões. Os incêndios são concentrados em um período curto do ano, em determinados biomas e, recorrentemente, nos mesmos lugares. O período de agosto a outubro responde por 72% da área queimada no País.

Raio X

52%
de todas as áreas do Brasil afetadas pelo fogo no ano passado estavam na Amazônia

72%
de todos os incêndios ocorrem de agosto a outubro

NA SÉRIE HISTÓRICA. O Cerrado e a Amazônia são os biomas com maior ocorrência de queimadas nos últimos 40 anos, o equivalente a 86% da área incendiada pelo menos uma vez. De forma geral, 64% da área afetada queimou mais de uma vez entre 1985 e 2024. "Essa primeira edição do RAF é uma ferramenta fundamental para apoiar políticas públicas e ações de gestão territorial do fogo", diz a coordenadora do MapBiomas Fogo, Ane Alencar. "Ao identificar os locais e períodos mais críticos, o relatório permite apoiar o planejamento de medidas preventivas e direcionar de forma mais eficaz os esforços de combate aos incêndios."

Ao longo dos últimos 40 anos, 69,5% das queimadas no Brasil ocorreram em áreas de vegetação nativa, em um total de 514 milhões de hectares. No ano passado essa porcentagem foi ainda mais alta: 72%. Foram registradas mudanças na vegetação nativa mais afetada. Historicamente, a maior área de vegetação nativa queimada era de savana, com média anual de 6,3 milhões de hectares. Em 2024, no entanto, predominaram os incêndios em áreas de floresta, com 7,7 milhões de hectares – uma extensão 287% superior à média.

Os biomas com maior proporção de vegetação nativa afetada pelo fogo entre 1985 e 2024 foram Caatinga, Cerrado, Pampa e Pantanal, todos com mais de 80% da extensão afetada. Em Amazônia e Mata Atlântica, o fogo ocorreu principalmente em áreas antrópicas (mais de 55%). No caso de Amazônia, pastagens respondem por 53,2% da área queimada no período; na Mata Atlântica, 28,9% da extensão queimada eram de pastagem e 11,4% de agricultura. ●

Começa hoje



ENERGY SUMMIT

O Estadão Blue Studio vai trazer todos os detalhes do principal evento sobre o futuro da transição energética

Cidade das Artes, Rio de Janeiro, RJ
24 a 26 de junho - 2025

Produção:



Oferecimento:





Saiba mais:



Eufrázio

Salvamento

Drone ajuda a achar brasileira na Indonésia

Publicitária estava havia mais de 60 horas sem água, comida e agasalho suficiente, após cair em uma trilha

FABIO GRELLET

Uma equipe de Busca e Salvamento publicou nas redes sociais que localizou a turista brasileira Juliana Marins, de 27 anos, que desapareceu após cair durante uma trilha no Monte Rinjani, na Ilha de Lombok, na Indonésia. O chefe do Escritório de Busca e Salvamento de Mataram, Muhamad Hariyadi, disse que a vítima foi encontrada pela manhã (horário de Brasília), a aproximadamente 500 metros do ponto inicial em que se verificou a queda.

A equipe afirmou que foi possível fazer a visualização térmica da vítima com o auxílio de drone. "Com base no monitoramento, viu-se que a vítima não se movia. Atualmente, a equipe conjunta de Busca e Salvamento continua trabalhando arduamente para resgatar a jovem, que caiu a centenas de metros de profundidade. Estamos limitados pelo terreno extremo e com neblina ao redor do local do incidente", disse em nota oficial.

Ainda ontem, a direção do Parque Nacional do Monte Rinjani divulgou imagens da operação de resgate, que tinha previsão de ser retomada no fim da noite de ontem no Brasil, manhã na Indonésia (são 11 horas de diferença no fuso horário). Juliana escorregou em um penhasco enquanto percorria uma trilha na sexta-feira e ainda aguardava resgate, somando mais de 60 horas sem água, sem comida nem agasalho adequado.

O que dizem as equipes

'Estamos limitados pelo terreno extremo e com neblina ao redor do local do incidente'

"Dois alpinistas bem experientes da região estão indo até o local do acidente", publicou ontem um perfil criado por familiares de Juliana para divulgar notícias sobre seu resgate.

"Não temos a informação se conseguirão dar continuidade ao resgate durante a noite, mas sabemos que há um bom reforço, com equipamentos específicos para acompanhar a equipe que já está no local", disse a família.

O Rinjani fica a 3.726 metros de altura e é um vulcão localizado na Ilha de Lombok, a cerca de 1.200 quilômetros de distância de Jacarta. Com a repercussão do caso, sobretudo nas redes sociais, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, pediu ao alto escalão do governo indonésio reforços no trabalho de resgate na ilha.

REPRODUÇÃO/@BTN_GN_RINJANI VIA INSTAGRAM



Equipe de resgate em ação; demora nos trabalhos incomoda família

FAMÍLIA. O resgate havia sido novamente interrompido na madrugada de ontem, segundo os parentes, por causa das más condições do tempo. Eles têm reclamado da demora no trabalho de salvamento.

O pai de Juliana, Manoel Marins, decidiu viajar rumo à Indonésia para acompanhar a operação no local, mas nesta segunda-feira ainda permanecia em Lisboa, Portugal. Isso porque para chegar à Indonésia o voo precisa passar por Doha, no Catar, mas o aeroporto de lá estava fechado, por causa dos ataques do Irã a uma base militar dos Estados Unidos.

"Um dia inteiro e eles (*os socorristas*) avançaram só 250 metros abaixo, faltavam 350 metros para chegar na Juliana e eles recuaram mais uma vez! Mais um dia! Nós precisamos de ajuda, nós precisamos que o resgate chegue até a Juliana com urgência", diz o texto postado pela família. ●

EVENTO DE PREMIAÇÃO

Homenagem às marcas e empresas vencedoras do Top Imobiliário nas categorias **Construtoras**, **Incorporadoras** e **Vendedoras**.

30 de junho | 19h30

O evento integra a agenda especial do **Dia do Mercado Imobiliário Estadão**: ampla cobertura com reportagens inéditas sobre o panorama do setor em 2025.

TOP IMOBILIÁRIO

TRANSMISSÃO AO VIVO
TV ESTADÃO



INSCREVA-SE E ATIVE O SININHO PARA RECEBER A NOTIFICAÇÃO

Oferecimento:


Realização:


Criação:


Parceria:


Apoio:


NOTAS E INFORMAÇÕES

O desmonte da Cidade Limpa



Câmara de SP aprova projeto que desfigura lei e representa risco de volta da poluição visual

Os vereadores de São Paulo aprovaram recentemente um projeto de lei que flexibiliza a Cidade Limpa. A ideia é retirar o limite de até dois anúncios por edificação, liberar anúncios em vias, parques, praças, logradouros em geral, pontes, viadutos, muros, paredes e empenas cegas, entre outros equipamentos urbanos, e aumentar o tamanho dos anúncios em relação às larguras das fachadas dos imóveis. Na prática, as propagandas poderão ser até 200% maiores do que o permitido atualmente, e poderá ser aberta uma brecha para que anúncios cubram até 70% da fachada de um bem de valor cultural, ocultando os prédios históricos da metrópole. Ou seja, um desastre.

Essa investida contra a Cidade Limpa é de autoria do vereador Rubinho Nunes (União Brasil). À coluna *Alice Ferraz*, do **Estadão**, o parlamentar afirmou que quer "criar um cartão-postal para o mundo", com os anúncios em painéis de LED. Propõe replicar o modelo da Times Square, de Nova York, com seus telões publicitários, na Avenida Paulista, na Avenida São João e na Rua Santa Ifigênia, para, em suas palavras, "modernizar as regras" e tornar São Paulo mais atrativa para investimentos.

Trata-se de evidente retrocesso. Em um manifesto publicado recentemente, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) afirmou que o projeto de lei reverte os princípios centrais da Cidade Limpa e, "sob a roupagem de 'modernização', representa um risco iminente de desfiguração da cidade, de reintrodução massiva da poluição visual, de comprometimento da segurança e de fruição do patrimônio cultural".

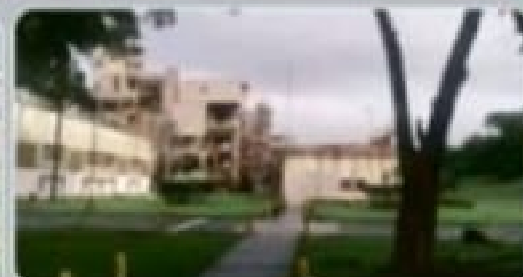
Nos últimos 19 anos, a Cidade Limpa ajudou São Paulo a construir a sua identidade como "uma cidade madura, que se respeita", segundo a avaliação do urbanista Valter Caldana, coordenador do Laboratório de Projetos e Políticas Públicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Antes dessa lei saneadora, São Paulo vivia no caos visual, que destruiu a identidade arquitetônica e urbanística da cidade. Foi a Cidade Limpa que removeu outdoors, letreiros, faixas em postes, cavaletes das calçadas e sujeira de toda sorte que estavam espalhados por todos os lados. Até um zepelim que propagandeava uma marca de pneus foi proibido.

Mesmo com tantos resultados positivos, esse programa urbanístico que se tornou uma referência e ganhou o apoio dos paulistanos sempre enfrenta alguma ameaça. As irregularidades, por exemplo, são visíveis, muito embora no ano passado tenham sido aplicadas apenas 228 multas, ante 4,5 mil em 2011, auge das autuações, durante o governo Gilberto Kassab. Além disso, um projeto de lei que tentou liberar anúncios no topo dos prédios foi aprovado em primeira votação em 2020, mas foi abandonado após forte repercussão negativa.

O prefeito Ricardo Nunes garantiu que não apoia "em hipótese nenhuma" um projeto de lei que possa desfigurar a Cidade Limpa. E, como as reações começam a ganhar força, o vereador Rubinho Nunes afirmou que vai apresentar um substitutivo, em segunda votação, para restringir o projeto só às suas "Times Squares". Com ou sem megalomania, na Câmara, espera-se que a proposta seja abandonada e, se aprovada, que o prefeito a vete. ●

LEILÃO ONLINE
IMÓVEL E COMPLEXO INDUSTRIAL EM CANDEIAS/BA
ÁREA TERRENO: 1.007.115,50M²
ÁREA EDIFICADA: 14.486,40M²
OPORTUNIDADE ÚNICA







LANCE INICIAL:
R$ 300.000.000
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO
12/08 ÀS 15H
LEILÃO ONLINE

Localização: Via das Torres, s/nº, Distrito Industrial, Candeias/BA, CEP 43813-100. Bem imóvel e todo complexo de sistema integrado de unidades industriais destinado ao processo produtivo de Hidroxipropilmetilcelulose (HPMC), compreendendo todo o maquinário vinculado à produção, conforme relação detalhada em documento anexo ao edital. Uma gleba de terras com área total de 1.007.115,50 m², sobre a qual foram erigidos diversos prédios que somam aproximadamente 14.486,40 m² de área edificada. O complexo é composto por prédios destinados a diferentes finalidades, incluindo: administração, balança de veículos, portaria, bombas de combate a incêndio, sistema de efluentes, compressor de ar, laboratório, refeitório, gases, administração principal, engenharia, armazenamento de produto final, manutenção, além de diversos galpões e outras edificações de menor porte. O bem está melhor descrito e caracterizado na Matrícula nº 1.512 do 1º CRI de Candeias/BA. Cadastro ou inscrição imobiliária: 6300107292-9993. DESOCUPADO. Consulte o edital completo em: www.sodresantoro.com.br. Para esclarecer dúvidas: telefone (11) 2464-6460, WhatsApp (11) 97777-0753 ou E-mail: afi@sodresantoro.com.br. O agendamento da visita será feito diretamente com o vendedor, conforme disponibilidade de datas e horários, e será acompanhado pelo Sr. Bruno, telefone: 71 99985-1118.

ESTRUTURA PRONTA E INTEGRADA PARA PRODUÇÃO DE HIDROXIPROPILMETILCELULOSE (HPMC), INCLUINDO GALPÕES, LABORATÓRIO, SISTEMA DE EFLUENTES, REFEITÓRIO, ÁREAS ADMINISTRATIVAS, ENTRE OUTRAS INSTALAÇÕES ESSENCIAIS. LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA NO DISTRITO INDUSTRIAL, COM MAQUINÁRIO VINCULADO À PRODUÇÃO INCLUSO.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1344
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 182

Clima

Estado de São Paulo deve ter maior frio em 9 anos

O Estado de São Paulo, assim como grande parte do Centro-Oeste e do Sul do País, enfrenta sua primeira onda de frio do inverno. Os termômetros começaram a cair por influência de um ciclone extratropical vindo do Uruguai, segundo a empresa Climatempo. A previsão é de que, nos próximos dias, o Estado enfrente o pior frio em nove anos.

A menor temperatura está prevista para a manhã de amanhã, quando os termômetros devem marcar 4°C em diferentes regiões do Estado. "Esse ar frio avança de forma continental, é mais seco e potencializa a queda de temperatura e teremos condições para geada de forma abrangente", afirma a Climatempo. Na capital paulista, os 4°C são esperados na zona norte, mas pode ocorrer até o °C em Marsilac e Capela do Socorro, na zona sul. ● GIOVANNA CASTRO

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 23/06



HOJE: MANHÃ 12° 85%



HOJE: TARDE 12° 0%

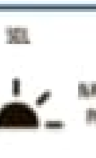


HOJE: NOITE 9° 0%

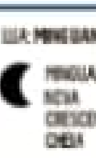
VOLUME DE CHUVA 6MM

UMIDADE RELATIVA 40 a 100%

AMANHÃ	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
6°/15°	11°/24°	15°/22°	15°/24°



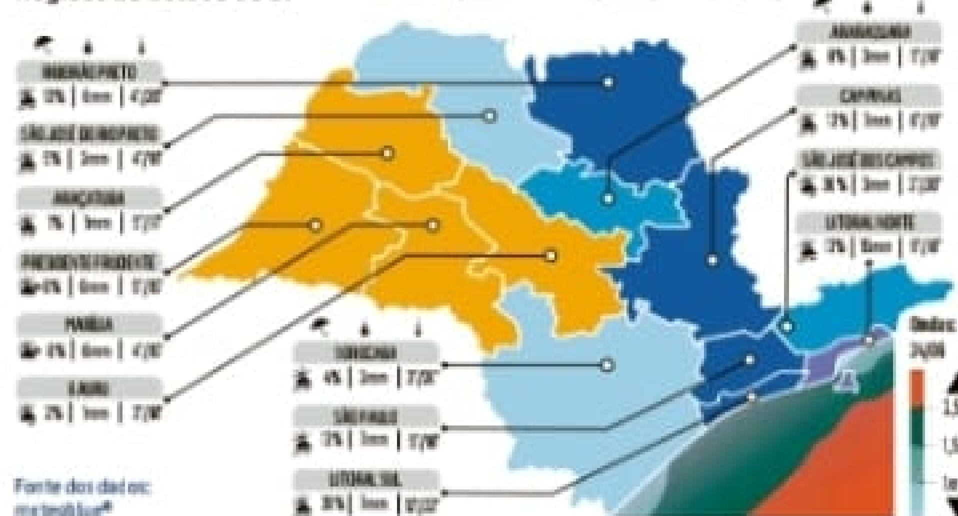
SOL: NASCENTE 6h47 POENTE 17h30



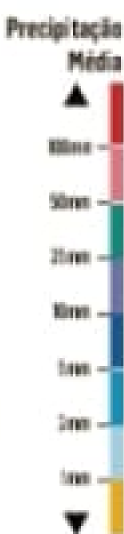
LUA: MINGUANTE

MINGUANTE	18/06	1h19
NOVA	25/06	7h31
CRESCENTE	02/07	16h30
CHEIA	10/07	17h36

Regiões do Estado de SP Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)



Fonte dos dados: meteoblue®



Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	10%	11mm	20°C/27°C
BELÉM	80%	2mm	25°C/31°C
BELO HORIZONTE	20%	0mm	17°C/24°C
BOA VISTA	40%	2mm	24°C/31°C
BRASÍLIA	35%	0mm	17°C/23°C
CAMPO GRANDE	5%	0mm	7°C/16°C
CUIABÁ	65%	1mm	16°C/19°C
CURITIBA	55%	1mm	7°C/11°C
FLORIANÓPOLIS	60%	0mm	7°C/14°C
FORTALEZA	45%	0mm	25°C/30°C
GOIÂNIA	35%	0mm	11°C/22°C
JOÃO PESSOA	50%	5mm	24°C/29°C
MACAPÁ	80%	4mm	21°C/30°C

Capitais	CHOVE?	VEL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	10%	12mm	21°C/28°C
MANAUS	25%	6mm	24°C/30°C
NATAL	45%	6mm	26°C/31°C
PALMAS	0%	0mm	21°C/35°C
PORTO ALEGRE	0%	0mm	6°C/18°C
PORTO VELHO	80%	6mm	21°C/26°C
RECIFE	60%	5mm	24°C/28°C
RIO BRANCO	90%	12mm	17°C/27°C
RIO DE JANEIRO	55%	5mm	18°C/23°C
SALVADOR	35%	2mm	21°C/28°C
SÃO LUÍS	45%	0mm	26°C/31°C
TERESINA	20%	0mm	21°C/32°C
VITÓRIA	50%	2mm	20°C/29°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	3°C/13°C
ATENAS	+6h	21°C/34°C
BARCELONA	+5h	24°C/32°C
BERLIM	+5h	16°C/22°C
BRUXELAS	+5h	13°C/24°C
BUENOS AIRES	0h	4°C/12°C
CARACAS	1h	20°C/26°C
CIDADE DO MÉXICO	3h	14°C/17°C
ESTOCOLMO	+5h	12°C/19°C
GENEBRA	+5h	18°C/30°C
JOANESBURGO	+5h	7°C/18°C
LIMA	2h	16°C/18°C
LISBOA	+4h	18°C/22°C
LONDRES	+4h	11°C/24°C
LOS ANGELES	4h	15°C/22°C
MADRID	+5h	25°C/37°C
MIAMI	1h	24°C/29°C
MONTEVIDÉU	0h	4°C/11°C
MOSCOU	+6h	11°C/20°C
NOVA YORK	1h	27°C/36°C
PARIS	+5h	15°C/31°C
ROMA	+5h	24°C/33°C
SANTIAGO	1h	3°C/18°C
SYDNEY	+13h	10°C/18°C
TEL AVIV	+6h	21°C/28°C
TÓQUIO	+12h	21°C/28°C
TORONTO	1h	25°C/30°C
WASHINGTON	1h	23°C/28°C

Controle de diabete

Estudo americano reduz necessidade de insulina com uso de célula-tronco

Método apresentou bons resultados, 1 ano após administração, mas ainda não existe um cálculo de quanto deve custar

GINA KOLATA
THE NEW YORK TIMES

Uma única infusão de um tratamento à base de células-tronco pode ter curado 10 de 12 pessoas com a forma mais grave de diabete tipo 1 em um estudo científico. Um ano depois, esses dez pacientes não precisam mais de insulina. Os outros dois passaram a necessitar de doses muito menores.

O tratamento experimental, chamado zimislecel, desenvolvido pela Vertex Pharmaceuticals, de Boston (EUA), envolve células-tronco que os cientistas induziram a se transformar em células das ilhotas pancreáticas (responsáveis por regular os níveis de glicose no sangue). As novas células foram infundidas no organismo e chegaram ao pâncreas, onde se instalaram.

O estudo foi apresentado na noite de sexta-feira, durante o congresso anual da Associação Americana de Diabete, e publicado na respeitada revista científica *The New England Journal of Medicine*. "É um trabalho pioneiro", disse Mark Anderson, professor e diretor do centro de diabete da Universidade da Califórnia em San Francisco. "Ficar livre da insulina muda a vida", acrescentou ele, que não participou do estudo.

A Vertex, como outras empresas farmacêuticas, preferiu não anunciar o custo do tratamento antes da aprovação pela Food and Drug Administration (FDA), a agência reguladora dos Estados Unidos (que tem atuação semelhante à brasileira Anvisa). Um porta-voz da Vertex afirmou que a empresa tem dados apenas da população estudada, por isso ainda não é possível dizer se o medicamento beneficiaria outras pessoas com diabete.

A IMPORTÂNCIA. Controlar os níveis de insulina exige um esforço constante – e muitas vezes custoso. Níveis elevados de açúcar no sangue podem causar danos a coração, rins, olhos e nervos. Mas, se os níveis caem demais, a pessoa pode sentir tremores, desmaiar ou ter convulsões. Os pacientes do estudo estão entre os cerca de 30% do tipo 1 que desenvolvem uma falta de percepção da hipoglicemia. Quem sofre dessa condição não percebe quando os níveis de glicose estão realmente despencando.

É uma forma assustadora de viver, afirmou Trevor Reichman, diretor do programa de transplante de pâncreas e de ilhotas pancreáticas do University Health Network, um hospital de Toronto, no Canadá, e autor principal do novo estudo. "Você se preocupa o dia inteiro, todos os dias, com o nível de glicose, com o que vai comer e com quando vai se exercitar." Ele acrescentou que os episódios de hipoglicemia desapareceram nos primeiros 90 dias após o tratamento.

Ponto de atenção
Pacientes precisaram usar imunossupressores, o que preocupa alguns especialistas

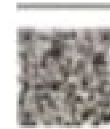
PROBLEMAS. No entanto, os voluntários do estudo precisaram tomar medicamentos para impedir que o sistema imunológico destruísse as novas células – e o uso de imunossupressores pode ser para a vida toda. Suprimir o sistema imunológico, porém, aumenta o risco de infecções e, a longo prazo, pode elevar o risco de câncer. O alerta é de Irl Hirsch, especialista em diabete da Universidade de Washington. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Cobrança de torpedo em viagem internacional

Reclamação de Paulo Marino Falcon: "Tenho um celular da operadora Tim e fiz uma viagem pela Europa no período de 5 a 15 de março deste ano. Durante esse período, não habilitei meu celular para uso no exterior e utilizei somente mensagens via WhatsApp em redes Wi-Fi dos hotéis onde fiquei hospedado. Para minha surpresa, a operadora Tim está cobrando R$ 1.844,16 com relação ao uso de Tim torpedo enviado da Europa, que em momento nenhum utilizei. Abri alguns chamados e até agora não consegui resolver essa situação nos canais de atendimento normais. Tentei contato também com a ouvidoria e fui informado por gravação que o protocolo de atendimento ainda está aberto, embora no site já conste como fechado, e a continuidade do atendimento não é possível por conta disso. Sou cliente da Tim desde o ano de 2014 e estou decepcionado."

Resposta: "O Centro de Relacionamento com o Cliente da TIM entrou em contato com Paulo Marino Falcon e informou que o caso foi solucionado. Para informações sobre a operadora, basta acessar o site da empresa (www.tim.com.br) ou discar *144 do próprio celular ou 1056." ●

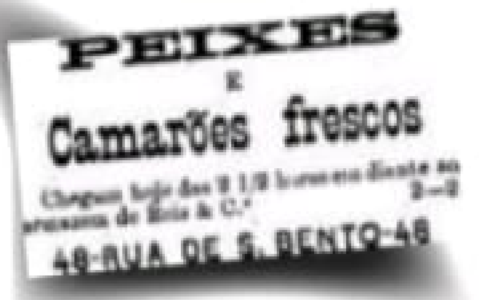


Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Serviço Postal

De ordem do Illm. Sr. Administrador dos Correios, fez-se publico as seguintes declarações: Que a correspondencia a expedir-se, principalmente pelas linhas ferreas, que não esperam as malas do Correio, só poderá ser transmittida sendo lançada nas caixas do Correio até a hora em que começar o fecho das malas. Que os jornaes para as linhas de Correio, que começa a fechar-se ao meio dia, não serão dirigidos aos seus destinos se não forem entregues na repartição até ás 11 horas. A quantidade de malas á aviar-se a hora certa e determinada, para alcançar os trens, não permitte que d'aquella hora (11) em diante os empregados se occupem de qualquer trabalho. ●



PEIXES
E
Camarões frescos
48-RUA DE S. BENTO-48

CORREÇÕES

Francisco Cuoco. Diferentemente do publicado na edição de sexta-feira (20/6), Francisco Cuoco não atuou nas novelas *O Rei do Gado* ou *Sassaricando*, e sua atuação no remake de *Pecado Capital* foi em 1998.

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena**.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão • (11) 3856-2131 / (11) 3855-2523 / WHATSAPP (11) 91123-8351 • Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h • Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo

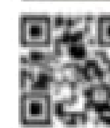
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/



NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**



MUNDIAL DE CLUBES DA FIFA

Palmeiras reage, empata e vai pegar o Botafogo nas oitavas

Alviverde faz jogo irreconhecível, leva 2 a 0 do Inter Miami, mas com gols de Paulinho e Maurício busca a igualdade e fica em 1º do Grupo A

RICARDO MAGATTI
ENVIADO ESPECIAL
MIAMI

O Palmeiras encontrou forças no momento em que ninguém esperava, arrancou um empate com alma contra o Inter Miami, mesmo depois de ser dominado por Messi, Suárez e companhia, e terminou a noite de ontem aliviado no Hard Rock Stadium, em Miami.

Os reservas Paulinho, Allan e Maurício mudaram a equipe, que perdia por 2 a 0, mas reagiu na parte final e conseguiu o empate. Também foi fundamental a torcida, que empurrou o Palmeiras em noite de mau futebol e quando Messi e Suárez davam aula em campo.

O rival nas oitavas será o Botafogo, na Filadélfia, já que os paulistas terminaram na liderança do Grupo A e os cariocas, no segundo lugar do B. O jogo será sábado, às 13h (horário de Brasília). O Inter Miami, que avançou na segunda colocação, pegará o Paris Saint-Germain, no domingo.

CHANDAN KHANNA / AFP



Bruno Fuchs comemora com Maurício, autor do 1º gol do Palmeiras

1ª FASE DO MUNDIAL DE CLUBES

INTER MIAMI 2 — PALMEIRAS 2

Gols: Allende, aos 15 min do 1º T. Suárez, aos 19, Paulinho, aos 35, e Maurício, aos 43 min do 2.º T.
INTER MIAMI: Ustari; Weigandt, Aviles, Falcon e Allen; Allende (Picault), Redondo (Rodríguez), Busquets e Segovia (Jordi Alba); Messi e Suárez (Cremaschi).
Técnico: Javier Mascherano.
PALMEIRAS: Weverton; Marcos Rocha (Allan), Gómez, Murilo (Bruno Fuchs) e Piquerez; Lucas Evangelista (Vitor Roque), Richard Ríos e Raphael Veiga (Maurício); Estêvão (Paulinho), Facundo Torres e Flaco López.
Técnico: Abel Ferreira.
Árbitro: Szymon Marciniak (POL).
Amarelo: Messi.
Público: 60.014.
Renda: Não divulgada.
Local: Hard Rock Stadium, Miami.

Ter feito o seu pior primeiro tempo no Mundial custou caro ao Palmeiras. Mal em quase todos os aspectos, o time de Abel Ferreira não funcionou nos 45 minutos iniciais. Não foi dominado, mas não jogou, e cometeu vários erros tolos, ofensiva e defensivamente.

O pior deles foi o que resultou no gol de Allende, que disparou livre do meio de campo após pivô de Suárez até a grande área até marcar. Gómez errou o bote e Murilo ainda se machucou ao tentar correr atrás do meia-atacante. Uma falha gravíssima para um time que tem ambição de ir longe no Mundial.

Com exceção do uruguaio Facundo Torres, que muito brigava na frente, o ataque palmeirense não existiu. Raphael Veiga, que tem a preferência de Abel, mas não tem justificado a sua escalação, foi nulo. Não produziu e tornou lento o meio de campo palmeirense, que sentiu falta de Aníbal Moreno, machucado. Lucas Evangelista, o substituto, foi outro a fazer péssima apresentação no Hard Rock Stadium. Um chute de Facundo que passou rente à trave foi apenas o que produziu o time de Abel Ferreira na etapa inicial.

O segundo tempo palmeirense parecia que seria quase tão ruim quanto o primeiro. Não só não encontrou espaços como deixou Messi e Suárez à vontade para jogar, erro que custa caro. Allende teve nova chance para marcar em lance parecido e não fez.

Mas Suárez fez – e foi um golaço. Ele nem costuma precisar de muito espaço para ir à rede, mas a defesa palmeirense, noite infeliz, facilitou para o uruguaio, que driblou Bruno Fuchs e venceu Weverton com um chute forte, de canhota.

RESERVAS SALVAM. Incomodado, Abel Ferreira mexeu na equipe de uma forma que poucas vezes faz. Encheu a equipe de atacantes e viu melhora. De quase entregue, o time reagiu e buscou o empate com alma.

Foram dois reservas que deveriam ser titulares que transformaram a equipe e anotaram os gols de empate: Paulinho, após bonito passe de Allan, e Maurício. Os gols inflamaram a torcida, que cantou alto atrás de um dos gols e saiu aliviada e feliz com o empate. ●

Time carioca perde de pouco e avança como 2º colocado da chave

MARCOS ANTOMIL

Com tensão até os minutos finais, o Botafogo garantiu sua classificação para as oitavas de final do Mundial de Clubes. A equipe carioca perdeu por apenas 1 a 0 para o Atlético de Madrid ontem, no Rose Bowl, em Pasadena, nos EUA, e passou em 2º lugar no Grupo B. O PSG, que fez 2 a 0 no Seattle Sounders, foi o primeiro colocado da chave.

O Botafogo fez o suficiente para garantir a vaga. O time se segurou da forma que pôde, criou poucas chances e ficou satisfeito com a derrota por um gol. "Não foi tão bom quanto contra o PSG, mas avançamos. Conseguimos classificar", afirmou o técnico do Botafogo, Renato Paiva.

Como Botafogo, PSG e Atlético de Madrid terminaram com seis pontos, os resultados obtidos nos jogos com o Seattle Sounders foram descartados. Dessa forma, cada um ficou com três pontos e a diferença se deu no saldo de gols: +3 para os franceses, zero para os brasileiros e -3 para os espanhóis.

Flamengo em campo
Com a liderança do Grupo D já garantida, o Flamengo enfrenta o Los Angeles FC às 22h, em Orlando

"Muita gente não confiava no Botafogo. Para quem ia só conhecer o Mickey, passamos no grupo da morte. E o grupo era forte porque tinha o Botafogo", disparou o lateral-esquerdo Alex Telles.

Com a necessidade da vitória por três gols de diferença, o Atlético de Madrid tentou pressionar o Botafogo. A ânsia do time espanhol deixou espaços e deu aos cariocas o contragolpe. Oblak fez a diferença para manter o zero no placar no primeiro tempo, quando o time espanhol perdeu várias chances de gol.

JUSTIN FORD / GETTY IMAGES NORTH AMERICA



Isolado, Igor Jesus pouco fez; Botafogo optou por se defender

Na segunda etapa, o Atlético de Madrid partiu ainda mais ao ataque e o experiente atacante francês Antoine Griezmann entrou no jogo.

O Botafogo manteve sua estratégia de contra-ataque, atraindo os "colchoneros" para o seu campo. A bola que encaixou no jogo com o PSG não apareceu.

O Atlético de Madrid somou inúmeras chances de gol, mas pecou na conclusão. A pressão do relógio atrapalhou consideravelmente as pretensões dos espanhóis. Oblak foi quem precisou se preocupar.

Em rara chance do Botafogo no segundo tempo, Igor Jesus viu o goleiro impedir a bola de balançar as redes aos 20 minutos.

No fim, o Botafogo ficou confortável e viu o Atlético de Madrid baixar a guarda. Quando menos esperava, os espanhóis acharam uma jogada pela direta – Álvarez cruzou rasteiro e achou Griezmann, que bateu e fez o gol da vitória dos espanhóis, aos 41 minutos. ●

O MELHOR NA TV

SURFE
● Circuito Mundial - WSL
Etapa de Saquarema
7h / SporTV 3

FUTSAL
● Liga Nacional
Magnus x Minas
20h / BandSports

FUTEBOL
● Mundial de Clubes
Benfica x Bayern de Munique
16h / Globo, SporTV e CazéTV
Auckland City x Boca Juniors
16h / SporTV 2 e CazéTV
Los Angeles FC x Flamengo
22h / Globo, SporTV e CazéTV
Espérance x Chelsea
22h / SporTV 2 e CazéTV
● Copa Ouro da Concacaf
Panamá x Jamaica
20h06 / ESPN 4
Canadá x El Salvador
23h06 / ESPN 4

BEISEBOL
● MLB
Philadelphia Philies x Houston Astros
21h / ESPN 3

Eufrázio

NSF-DOE VERA C. RUBIN OBSERVATORY



As primeiras imagens são da região M49 e de dupla de nebulosas

Parceria Brasil-EUA

Uma revolução no modo de ver o céu do Hemisfério Sul

Começa a operar o supertelescópio Legacy e o supercomputador brasileiro Santos Dumont processará suas imagens

ROBERTA JANSEN

Começou a operar na manhã de ontem o megaprojeto astronômico Legacy Survey of Space and Time (LSST) liderado pelos Estados Unidos e com participação do Brasil. O supertelescópio instalado no Observatório Vera C. Rubin, no Chile, está programado para tirar milhões de fotos de altíssima definição do céu do Hemisfério Sul ao longo dos próximos dez anos.

Com 8 metros de diâmetro, ele tem a maior câmera digital já construída no mundo – de 3,2 gigapixels, com o tamanho de um Fusca e peso de 3 toneladas. Capaz de gerar mais de 200 mil imagens por ano, o equipamento promete revolucionar a forma de observar o universo.

Os primeiros registros do supertelescópio divulgados mostram imagens da região de M49, no aglomerado de Virgem – a cerca de 50 milhões de anos-luz da Terra – e da dupla de nebulosas Trifida e Lagoa, na nossa própria galáxia, a Via Láctea. "Costumo dizer que vamos fazer um filme em cores de todo o céu do Hemisfério Sul", afirmou o líder do projeto LSST, Aaron Roodman.

O trabalho ainda vai permitir avançar nos conhecimentos sobre a energia escura, que compõe a maior parte do universo, e sobre outros corpos celestes pouco estudados. Estima-se que serão descobertos ao menos 17 bilhões de estrelas e 20 bilhões de galáxias, além de outros objetos astronômicos difíceis de serem observados com os instrumentos tradicionais.

PARTICIPAÇÃO NACIONAL. O Brasil participa com o processamento de parte das imagens inéditas geradas pelo equipamento no Centro Independente de Acesso a Dados (Idac, na sigla em inglês), que contou com financiamento de R$ 7 milhões da Finep. Esse centro, em Petrópolis, está instalado nas dependências do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), que opera o Santos Dumont, maior supercomputador científico público do País e um dos mais potentes do mundo.

"É um projeto espetacular, teremos todo o céu do Hemisfério Sul em imagens digitais, uma janela para um universo que a gente desconhece", afirma o astrônomo Luiz Nicolacci, coordenador do centro brasileiro. "Pelo volume de dados com o qual vamos lidar e pela qualidade desses dados é uma verdadeira mudança de paradigma."

A ideia é que o Idac processe um volume de dados jamais visto: serão 37 bilhões de objetos celestes catalogados e centenas de petabytes – ou seja, mais informação do que todo o conhecimento que a humanidade já acumulou até hoje. Cerca de 170 pesquisadores brasileiros estarão envolvidos no projeto, trabalhando em 25 instituições em todo o País.

> **Papel brasileiro**
> **A ideia é que o Idac, em Petrópolis (RJ), processe imagens e dados em volume jamais visto**

O acordo prevê manter um banco de dados com capacidade de 500 terabytes, além de desenvolver softwares de alta performance para análise científica em tempo real. "É uma grande oportunidade para nós", diz Nicolacci. "Espero este dia há 20 anos." ●

LEILÃO DE MATERIAIS
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES

IMPERDÍVEL

SEGUNDA A SEXTA ÀS 15H ONLINE

LANCE INICIAL R$ 99.000



TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND 7630 4X4 - 2011
30/06/2025

LANCE INICIAL R$ 69.000



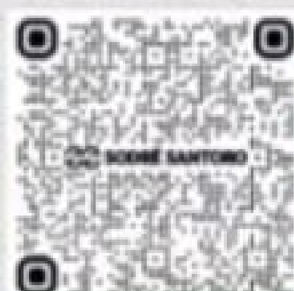
UTILITÁRIO CFMOTO UFORCE 1000 4X4 - 21/22
02/07/2025

LANCE INICIAL R$ 79.000



TRATOR AGRÍCOLA NEW HOLLAND TL75 4X4 - 2006
04/07/2025

BENS EM EXPOSIÇÃO NA RUA DOS TUIUIÚS, 450 - POMPÉIA - PIRACICABA - SP. AGENDAR VISITAÇÃO ANTES DE IR AO LOCAL COM AMANDA ATRAVÉS DO TELEFONE (19) 3417-9999 (AGENDAMENTO OBRIGATÓRIO). CONSULTE O EDITAL COMPLETO EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR. DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL SASS@SODRESANTORO.COM.BR



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



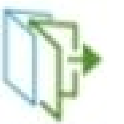
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP nº 581

Eufrázio

MILAN LEILÕES
41 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br





DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Orçamento **Previdência**

Atendidos pelo BPC devem mais do que dobrar até 2060, prevê governo

Projeções do Ministério do Desenvolvimento Social apontam que beneficiários passarão de 6,7 milhões para 14,1 milhões; despesas crescerão pelo menos 11 vezes

FERNANDA TRISOTTO
BRASÍLIA

O governo projeta um crescimento acentuado do Benefício de Prestação Continuada (BPC), um tipo de aposentadoria paga a idosos pobres e pessoas com deficiência, que tende a mais do que dobrar a quantidade de atendidos em 34 anos. Estimativas feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), anexadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, mostram que o número de pessoas que recebem o BPC vai saltar de 6,7 milhões em 2026 para 14,1 milhões em 2060 – uma alta de 111%.

Com mais beneficiários, e considerando que o valor do BPC é de um salário mínimo, a projeção do custo do programa entre 2026 e 2060 é de uma elevação de 11 vezes, passando de R$ 133,4 bilhões para R$ 1,5 trilhão no período.

As projeções do MDS apontam que, em 2026, a expectativa é de que haja 2,7 milhões de idosos e 3,9 milhões de pessoas com deficiência recebendo o benefício.

Um dos fatores que preocupam o governo é o aumento da concessão de benefícios para esse público, sobretudo por via judicial. Na quarta-feira da semana passada, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que vê com preocupação a derrubada do veto presidencial sobre o BPC, justamente pelo crescimento da despesa e como ela pressiona os demais gastos, e explicou que o governo busca uma solução para padronizar as concessões judiciais.

Em alta
Cálculos do governo mostram que gastos com o benefício vão chegar a R$ 1,5 trilhão em 2060

A tendência, mostram os dados do MDS, é de que o número de pessoas com deficiência recebendo o BPC seja superior ao de idosos até 2045. Esse quadro vira a partir de 2046, quando cada público deverá ter cerca de 5,5 milhões de beneficiários.

Como mostrou o **Estadão**, os gastos com BPC saltaram 11,62% de janeiro a abril deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, já descontada a inflação. Foram R$ 41,83 bilhões neste ano, ante R$ 37,48 bilhões nos mesmos meses de 2024. Desde janeiro, a rubrica atingiu um novo patamar de gasto, permanecendo na casa dos R$ 10 bilhões por mês (*mais informações em quadro na pág. B2*).

ENVELHECIMENTO. Com o envelhecimento da população, a quantidade de pessoas com mais de 65 anos recebendo o BPC vai chegar a 7,9 milhões em 2060. Já as pessoas com deficiência no programa somarão 6,2 milhões, conforme as projeções do MDS.

Essas projeções de longo prazo levam em conta o cenário de concessão e cessação dos benefícios, entre 2026 e 2060, considerando o perfil demográfico e critérios que já adotados pela Previdência Social, para os valores dos benefícios. Em relação às concessões, há uma ressalva de que a incidência de vulnerabilidade social da população pode mudar a dinâmica para novos beneficiários. ●

BENEFÍCIO TEM FOCO RUIM, DIZ ANALISTA; PARA GOVERNO, AUXÍLIO COMBATE A POBREZA. PÁG. B2

LEILÃO DE VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO
26/06 (QUINTA) ÀS 14H
SOMENTE ONLINE
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!











NOVIDADE!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE
*CORRESPONDENTE BANCÁRIO
*INDEPENDENTE





SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

Reforma no setor elétrico traz mais racionalidade

ARTIGO

César Rezende
Advogado

A Medida Provisória (MP) enviada pelo governo ao Congresso Nacional para reorganizar o setor elétrico reacendeu debates importantes – e justos – sobre os rumos do modelo energético brasileiro. Embora algumas reações tenham sido intensas, é essencial lembrar que a proposta não surgiu de surpresa. Muitos dos pontos de que ela trata vêm sendo discutidos desde 2018. Ou seja, não é uma ruptura, mas o amadurecimento de uma agenda que o setor vinha reivindicando.

Entre os principais pontos, o fim dos subsídios – como o "desconto no fio" – merece atenção. Durante anos, agentes do setor questionaram os subsídios cruzados, que criavam distorções concorrenciais e estimulavam investimentos desalinhados. A retirada desses incentivos sempre foi uma demanda legítima. Tratar agora essa medida como retrocesso é, no mínimo, incoerente. A MP busca corrigir a rota, tornando o setor mais justo, transparente e sustentável.

O setor elétrico já passou por reformas estruturantes, como a inspirada no modelo britânico, no início dos anos 2000, em resposta ao apagão. Era um contexto de baixa capacidade de investimento e de incertezas, como o risco do "bug do milênio". Surgiram, então, dois pilares: a concorrência na geração e na comercialização de energia. A geração foi aberta; a comercialização, restrita a grandes consumidores. O mercado livre cresceu, mas seguiu limitado por barreiras regulatórias.

> *Apesar de contar com uma matriz limpa e abundante, o sistema é caro e ineficiente*

A nova medida provisória propõe o que o setor sempre quis: a abertura do mercado livre. A partir de 2026, todos os consumidores comerciais e industriais poderão escolher seus fornecedores. Em 2027, isso valerá também para consumidores residenciais. Essa democratização fortalece a concorrência, aumenta a eficiência e amplia as opções para o consumidor.

O que merece reparo – e aqui, sim, há espaço para crítica técnica – é a definição dada pela MP para o conceito de autoprodução. Ao exigir que o consumidor seja proprietário direto da usina, inviabiliza modelos consagrados de financiamento, como o *project finance*. Isso prejudica grandes consumidores que dependem de contratos de longo prazo.

A MP também corrige distorções tarifárias. Hoje, consumidores do mercado livre contam com tarifas de rede reduzidas, custeadas pelos demais. A nova regra elimina essa assimetria e fortalece a sustentabilidade do setor.

Apesar de contar com uma matriz limpa e abundante, o sistema é caro e ineficiente. A racionalidade da MP é bem-vinda. Com ajustes, temos a chance de inaugurar um novo ciclo para o setor elétrico. ●

Orçamento **Previdência**

Benefício tem foco ruim, diz analista; para governo, auxílio combate a pobreza

Economista diz que, diferentemente do Bolsa Família, mais de uma pessoa de uma mesma família pode receber o BPC

FERNANDA TRISOTTO
BRASÍLIA

O economista e pesquisador do FGV/Ibre Daniel Duque afirma que as projeções do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sobre o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) explicita a falta de foco do programa, principalmente na comparação com o Bolsa Família. A principal diferença está no valor do benefício – de um salário mínimo –, mas também nos requisitos para receber esses valores. Ele cita a possibilidade de receber mais de um BPC por família.

"O BPC nunca foi bem focado. Com a situação (*projetada pelo MDS*), é bem pior. Não só por causa de judicialização, em que muitas vezes quem recorre, quem acessa e quem tem decisões favoráveis da Justiça está muito além de uma situação de pobreza, ou mesmo de vulnerabilidade. E, além disso, a gente tem a regra que começou a permitir mais de um BPC por família."

Questionado, o MDS respondeu, por nota, que o crescimento recente do BPC reflete alterações legislativas e normativas, mas destacou a modernização da gestão do programa como um meio de ampliar a efetividade.

"A ampliação do acesso representa um avanço significativo na proteção social, alcançando grupos anteriormente amparados apenas por mecanismos privados", diz a pasta, reforçando o compromisso do governo em combater a vulnerabilidade e desigualdade social.

Economia
Ministério do Planejamento prevê medidas para racionalizar pagamentos, como revisão do cadastro

"Embora o impacto do BPC na redução da pobreza entre idosos e pessoas com deficiência seja expressivo, destaca-se também seu papel na diminuição das desigualdades econômicas. Diferentemente de outros programas assistenciais, o BPC contribui de forma mais eficaz para a superação da pobreza, por estar indexado ao salário mínimo – característica que o torna uma das transferências de renda mais progressivas do governo", afirma o MDS.

PLANEJAMENTO. O governo vem promovendo medidas visando à contenção do avanço dessa despesa e incluiu o BPC no anexo de revisão de gastos, também encaminhado com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). A expectativa é de que essas ações, que miram sobretudo os cadastros, gerem R$ 15,4 bilhões de economia entre 2025 e 2029.

O Ministério do Planejamento afirma que o BPC é política pública essencial para a proteção social, mas que acompanha a elevação dos gastos. As medidas em curso incluem a revisão bienal para avaliação das condições que originaram o benefício, um processo que não era feito de forma sistemática.

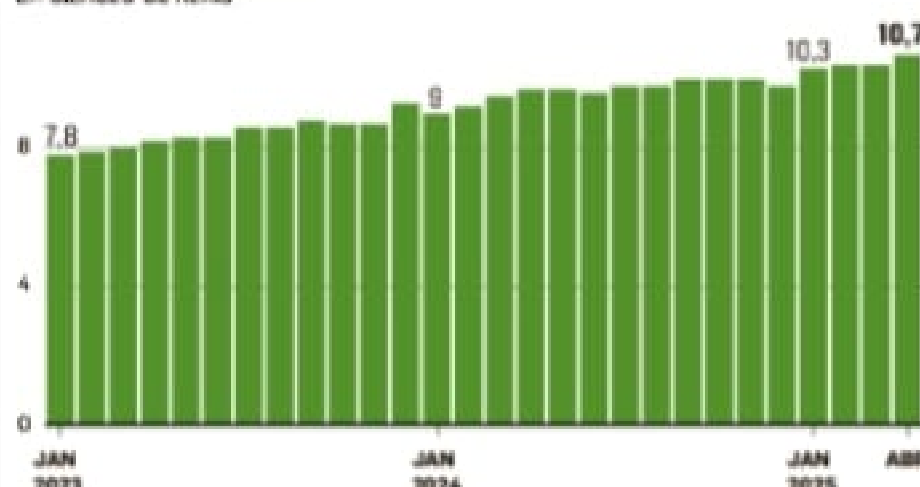
A pasta reconhece que o crescimento recente se concentra nos beneficiários com deficiência que buscam o BPC na Justiça e também reflete a redução da pobreza e aumento da longevidade, e que busca aprofundar as avaliações para compreender o que influencia o comportamento do programa.

"Dentre eles, destacam-se os efeitos da informalidade no mercado de trabalho, que podem aumentar a demanda por benefícios assistenciais, e os impactos de reformas previdenciárias e trabalhistas, especialmente a Emenda Constitucional n.º 103/2019 (Reforma da Previdência), que podem ter alterado os incentivos e o perfil dos requerentes ao BPC. Esses estudos visam subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficientes e sustentáveis", diz a pasta em nota. ●

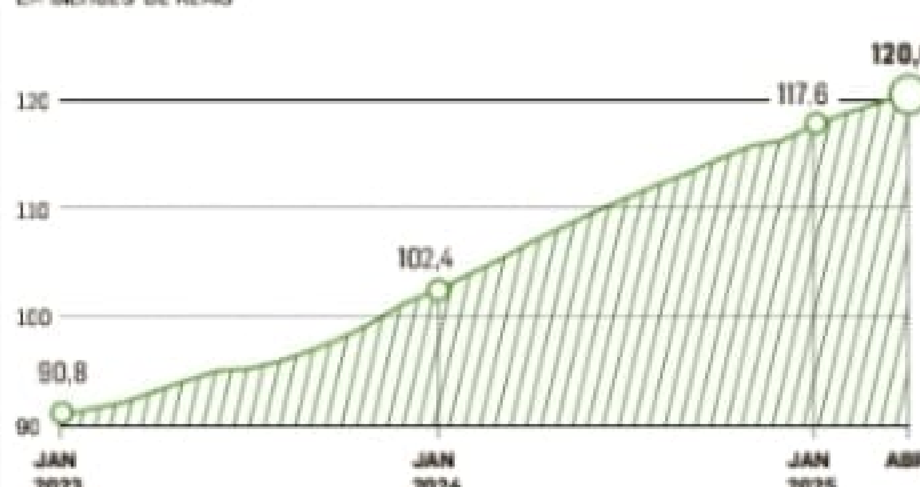
EXPANSÃO

BPC em alta se tornou uma dor de cabeça para o governo

Gasto BPC mensal
EM BILHÕES DE REAIS



Gasto BPC acumulado em 12 meses
EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: TESOURO NACIONAL /INFOGRÁFICO ESTADÃO

Lira dá parecer favorável a aumento da isenção do IR

O relator da e reforma do IR, deputado Arthur Lira (PP-AL), apresentou ontem parecer sobre o projeto de lei que altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), aumentando o limite da primeira faixa, isenta de tributação, de R$ 2.259,20 para R$ 2.428,80.

Anteriormente, a isenção valia para o ganho mensal de até R$ 2.259,20. De acordo com a justificativa do projeto de lei, a atualização corresponde a um acréscimo de 7,5% no teto da alíquota zero, garantindo isenção integral aos contribuintes que recebem até R$ 3.036,00 mensais.

O texto do projeto replica os termos de uma Medida Provisória que o governo federal editou em 11 de abril. ●

PEPITA ORTEGA E VICTOR OHANA/BRASÍLIA

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por JBS.





Consumo de proteína aumenta entre quem quer emagrecer

Novas tendências têm deixado os consumidores mais seletivos na hora de comer e a proteína ganha cada vez mais protagonismo

Nos últimos anos, a adoção de dietas aumentou mundialmente. Isso pode ser visto nas academias, clínicas de nutrição e redes sociais. Ao mesmo tempo, remédios como os que atuam como inibidores de apetite tiveram crescimento no consumo com foco em emagrecimento. Rapidamente, eles se tornaram aliados de quem adotou dieta. Entre 2018 e janeiro de 2024, "canetas emagrecedoras" aumentaram quase sete vezes no Brasil, segundo dados da consultoria IQVIA.

Isso tem levado a uma queda na ingestão calórica média. Um relatório do Banco Morgan Stanley, de fevereiro de 2024, indica que, até 2035, o consumo calórico pode diminuir entre 1,5% e 2,5% devido ao aumento do uso desses medicamentos. Ao mesmo tempo, cresce a preocupação das pessoas em preservar a massa muscular, o que as torna mais atentas ao tipo de alimento que consomem.

E já é possível identificar um efeito desse novo hábito: o aumento do consumo de proteínas. A JBS, umas das maiores empresas de alimentos do mundo, percebe que a popularidade desses medicamentos está impulsionando a demanda por carne. "As pessoas que usam inibidores de apetite parecem estar consumindo mais carne por conta do seu alto teor de proteínas", diz Gilberto Tomazoni, CEO global da empresa. Essa é uma estratégia para evitar perda de massa muscular, que pode ocorrer numa dieta de baixas calorias. "Os especialistas afirmam que o emagrecimento saudável depende de uma boa ingestão de proteína", afirma Tomazoni.

A tendência é global: segundo o Global Animal Protein Market, da Mordor IntelligenCe, o mercado de proteína animal deve crescer de US$ 9,4 bilhões em 2024 para US$ 12 bilhões em 2029 – uma taxa média anual de quase 5%. Segundo a Mordor, a busca por uma alimentação mais equilibrada e nutritiva e o aumento de atividades físicas impulsionam essa tendência.

A resposta da indústria de alimentos é óbvia: investir e inovar para atender esse público crescente.

De acordo com um levantamento da Mintel, entre 2014 e 2023 houve um aumento de 70% nos lançamentos globais de produtos com apelo de alto teor de proteína, acompanhando a valorização de alimentos mais nutritivos.

O hub de Inovação da Seara, da JBS, tem 80 profissionais dedicados exclusivamente a mapear as tendências de alimentação e atender às demandas dos consumidores. Desde 2019, foram pouco mais de 700 lançamentos, entre proteína in natura, alimentos prontos e embutidos – uma média de 150 novidades por ano. Em 2025, 90 novos produtos devem ser lançados.

A Seara oferece linhas de suínos, frangos, carne bovina e frutos do mar – todos com alto índice proteico.

Um dos lançamentos recentes é a linha proteica Seara, que foi desenvolvida principalmente para essa nova geração de pessoas com dieta para ganho de massa magra. A linha conta com 3 refeições prontas em bowl nos sabores Frango com Legumes e Arroz com Brócolis, Ragu Mignon Suíno com Purê de Batata, Patinho Bovino com Legumes e Arroz com Brócolis, e com o Filé de Frango em cubos pronto para consumo.

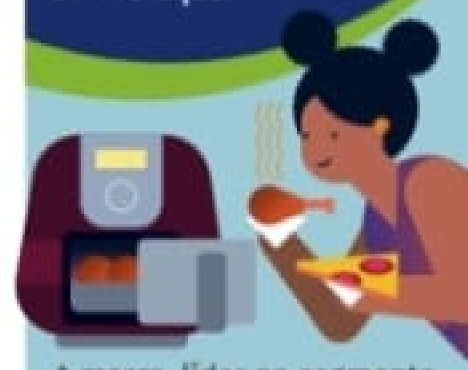
O portfólio da empresa também inclui opções mais tradicionais, como os pescados Seara e o primeiro bolovo do mercado: um ovo envolto com 100% carne bovina, com empanamento supercrocante e ideal para air fryer.

Almoço e jantar continuam sendo prioridade dos brasileiros, mas essa participação está diminuindo.

O lanche da tarde já corresponde a 9% das ocasiões de consumo no lar entre os mais velhos, nascidos entre 1945 e 1964.

Enquanto a ceia cresce em todas as faixas etárias, destacando-se entre os mais jovens, nascidos entre 2010 e 2025, com um aumento de 50% em comparação com outros públicos*

Aposta na inovação
Nesse cenário dinâmico, a Seara tem apostado forte em inovação.



A marca, líder no segmento de congelados com 25% de participação no mercado, **lançou a linha mais completa de produtos para air fryer — incluindo a primeira pizza** desenvolvida especialmente para o eletrodoméstico.

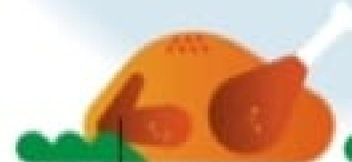
A estratégia também inclui uma **parceria com a Netflix**, resultando em snacks como pipoquinha de frango, bolinho de carne e hot-dog coreano.

O **cardápio do futuro** acompanha tendências e a indústria alimentícia segue o ritmo de **uma geração que quer comer menos, melhor e, ainda assim, com prazer**.

Plataforma multiproteína
A JBS é uma das maiores empresas de alimentos do mundo

Ovos: líder da produção na América do Sul

A JBS é também a maior produtora de **plant-based** no Brasil



Frango: líder de mercado no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos e com posição de destaque no México



Carne bovina: líder na Austrália, no Brasil e nos Estados Unidos e posição de destaque no Canadá



Suínos: posição de liderança na Austrália, no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos



Salmão: posição de liderança na produção na Austrália

Fontes: Kantar Brasil – O novo ritmo das refeições no Brasil; Euromonitor International – 1 in 6 adult Americans replaced meals with snacks in 2024



Pedro Fernando Nery X: @pfnery

Tragam o chinês

O governo quer trazer um especialista chinês para ensinar a regulamentar as redes sociais. A ideia recebeu muitas críticas porque, bom, a expertise da ditadura chinesa é a censura. Eu discordo, topo que tragam o chinês, quero, na verdade, que tragam vários.

O STJ liberou a construção de uma tirolesa no Rio de Janeiro. Fico pensando se na China esse tipo de picuinha vai parar nos tribunais superiores. Os caras constroem teleféricos em parques nacionais, pontes de vidro sobre suas paisagens e, aqui, a gente pena para fazer uma travessia com cordas.

Tragam o chinês dos parques nacionais. Tragam o chinês que cuida de Direito Ambiental. Tragam também o chinês responsável pelo Direito do Trabalho. Vem logo o chinês do zoneamento urbano. Aproveita e manda o do Direito Penal e o especialista em ensino de matemática.

Quero contar para eles que a capital federal não tem um VLT porque o patrimônio histórico achou que feria o tombamento de uma cidade que nem sequer 70 anos tem. Mostrar que a sétima cidade do Brasil não tem ligação terrestre com o País, mostrar que nossa taxa de investimento é um terço da deles.

Quero ver o chinês perplexo com planos diretores, com Ministério Público do Trabalho, com fundo de direitos difusos, com professoras aposentadas aos quarenta e poucos. Quero ouvir os chineses perguntando por que não existe uma roda gigante nos Lençóis Maranhenses, por que os estupradores são soltos, por que só 10% da população mora em prédios.

O governo quer um especialista chinês em redes sociais. Quero, na verdade, que tragam vários

Importamos do modelo chinês apenas o pior? A política industrial, mas sem a carga tributária baixinha e os juros da dívida pequenos. A censura, mas não o combate ao tráfico de drogas. O alinhamento na política externa, mas não os sistemas de licenciamento. Uma ideia difusa de comunismo, mas jamais a responsabilização individual.

Está aí uma oportunidade perdida para o banco da Dilma. Poderíamos ter nos Brics uma plataforma como a da OCDE, de troca de boas experiências. Certamente, há mais o que se aprender com os chineses do que com a Finlândia sobre, sei lá, como fazer os alunos respeitarem uma aula.

Se são mais conhecidas nossas diferenças em orçamento – somos muito mais generosos com saúde, previdência e assistência social –, pouco comparamos regulação e legislação em geral. Se a China investe 40% do PIB, isso tem de ter a ver não só com alta poupança, mas com um arcabouço burocrático muito mais permissivo para todo tipo de empreendimento.

Se o especialista em TikTok trouxer os amigos dele, eu topo. Eu faria esse acordo. ●

PROFESSOR DE ECONOMIA DO IDP E AUTOR DO LIVRO 'EXTREMOS - UM MAPA PARA ENTENDER AS DESIGUALDADES NO BRASIL'

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Denis Gerschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Orçamento **Mudança de prioridades**

Sem dinheiro, ANP pausa fiscalização de combustíveis

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) comunicou ontem que, por restrições orçamentárias, vai suspender em julho programa de monitoramento da qualidade dos combustíveis. A agência também anunciou que fará uma redução nas amostras do seu levantamento semanal de preços, além cortar despesas com diárias e passagens áreas e os recursos destinados à fiscalização.

O *Estadão/Broadcast* apurou que entidades setoriais de distribuição de combustíveis devem se manifestar por meio de nota conjunta contra os cortes. A leitura é de que a menor fiscalização deve fortalecer a concorrência desleal no setor.

Reuniões de diretoria, audiências públicas e similares serão realizadas de forma remota e todos os contratos da ANP passarão por reanálise. ●

TALITA NASCIMENTO

nio **COMUNICADO NIO**

A Nio (Client Co Serviços de Rede Nordeste S.A.), autorizatária do serviço telefônico fixo comutado (STFC) nas modalidades local e longa distância nacional (LDN), comunica ao público em geral o lançamento comercial do Plano Alternativo do STFC Local Nº 003 - Novo Fale Fibra II e os valores máximos homologados, com vigência a partir de 26 de junho de 2025, limitados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base para o cálculo do reajuste.

1 - Valores máximos homologados pela Anatel:

Valores em Reais incluindo impostos e contribuições sociais

1.1 Plano Alternativo de Serviço Local - Fixo (PA 003)

Descrição	AL	AM	AP	BA	CE	ES	MA	MG	PA	PB	PE	PI	RJ	RN	RR	SE	SP
ASSINATURA SEM FRANQUIA - 0 MIN	43,7	43,7	42,59	43,99	43,7	42,05	45,49	42,59	43,14	44,88	43,99	45,18	46,12	43,7	43,7	43,7	42,59
ASSINATURA FIXO LIGHT - 100 MIN	63,43	63,43	61,81	63,84	63,43	61,03	66,02	61,81	62,61	65,13	63,84	65,57	66,93	63,43	63,43	63,43	61,81
ASSINATURA FIXO - 200 MIN	65,64	65,64	63,96	66,07	65,64	63,16	68,32	63,96	64,79	67,41	66,07	67,86	69,27	65,64	65,64	65,64	63,96
ASSINATURA FIXO - 300 MIN	83,16	83,16	81,04	83,71	83,16	80,02	86,57	81,04	82,09	85,40	83,71	85,98	87,76	83,16	83,16	83,16	81,04
ASSINATURA FIXO - 500 MIN	107,83	107,83	105,07	108,54	107,83	103,75	112,24	105,07	106,43	110,73	108,54	111,48	113,79	107,83	107,83	107,83	105,07
ASSINATURA FIXO - 1.000 MIN	140,73	140,73	137,14	141,66	140,73	135,41	146,48	137,14	138,91	144,51	141,66	145,49	148,51	140,73	140,73	140,73	137,14
FRANQUIA VC1 - FIXO-MÓVEL (01) - 10 MIN	11,72	11,72	11,42	11,79	11,72	11,27	12,20	11,42	11,57	12,03	11,79	12,11	12,37	11,72	11,72	11,72	11,42
FRANQUIA VC1 - FIXO-MÓVEL (04) - 30 MIN	34,11	34,11	33,24	34,34	34,11	32,82	35,51	33,24	33,67	35,03	34,34	35,27	36,00	34,11	34,11	34,11	33,24
FRANQUIA VC1 - FIXO-MÓVEL (07) - 75 MIN	82,59	82,59	80,48	83,13	82,59	79,47	85,97	80,48	81,52	84,81	83,13	85,38	87,15	82,59	82,59	82,59	80,48
FRANQUIA VC1 - FIXO-MÓVEL (10) - 200 MIN	213,08	213,08	207,64	214,48	213,08	205,02	221,79	207,64	210,32	218,81	214,48	220,29	224,86	213,08	213,08	213,08	207,64
FRANQUIA VC1 - FIXO-MÓVEL (11) - 300 MIN	316,04	316,04	307,97	318,12	316,04	304,09	328,97	307,97	311,95	324,54	318,12	326,74	333,51	316,04	316,04	316,04	307,97
Minuto VC1 - Fixo - Móvel HN	0,50567	0,50567	0,49276	0,50900	0,50567	0,48655	0,52635	0,49276	0,49913	0,51927	0,50900	0,52278	0,53362	0,50567	0,50567	0,50567	0,49276
Minuto VC1 - Fixo - Móvel HR	0,34332	0,34332	0,33456	0,34558	0,34332	0,33034	0,35736	0,33456	0,33888	0,35256	0,34558	0,35494	0,36230	0,34332	0,34332	0,34332	0,33456
Minuto VC1 - excedente franquias	0,41242	0,41242	0,40190	0,41514	0,41242	0,39683	0,42929	0,40190	0,40709	0,42352	0,41514	0,42639	0,43523	0,41242	0,41242	0,41242	0,40190
Minuto Fixo-Fixo - Sem Franquia	0,30573	0,30573	0,29793	0,30775	0,30573	0,29417	0,31824	0,29793	0,30178	0,31396	0,30775	0,31608	0,32263	0,30573	0,30573	0,30573	0,29793
Minuto Excedente Fixo-Fixo - Franq 100 MIN	0,30244	0,30244	0,29472	0,30444	0,30244	0,29101	0,31481	0,29472	0,29853	0,31058	0,30444	0,31268	0,31917	0,30244	0,30244	0,30244	0,29472
Minuto Excedente Fixo-Fixo - Franq 200 MIN	0,29917	0,29917	0,29153	0,30114	0,29917	0,28786	0,31141	0,29153	0,29530	0,30722	0,30114	0,30930	0,31571	0,29917	0,29917	0,29917	0,29153
Minuto Excedente Fixo-Fixo - Franq 300 MIN	0,29093	0,29093	0,28350	0,29285	0,29093	0,27993	0,30283	0,28350	0,28717	0,29876	0,29285	0,30078	0,30702	0,29093	0,29093	0,29093	0,28350
Habilitação	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00
Mudança de endereço	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27

Obs:
1 - HN - Horário Normal; HR - Horário Reduzido.
2 - Os valores máximos acima demonstrados não consideram os desconto promocionais previstos no Regulamento da Oferta de adesão.

ESTADÃO 150

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

ESTADÃO RI
PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

estadaori.estadao.com.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90089/2025 – HU USP
PROCESSO SEI Nº 154.0000.0780/2025-19
REF.: ALTERAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01 E DATA.

Informamos que foi alterado a especificação do item 01 e a data da sessão do Pregão acima citado. Nova data: Sessão de Abertura: 07/07/2025 às 09:00 hs. O edital com a nova data estará disponível no endereço: www.gov.br/compras

Sindicato da Indústria de Produtos de Cacau, Chocolates, Balas e Derivados do Estado de São Paulo. Edital de Resultado – Pelo presente edital, torno pública a nomeação do Presidente Executivo Jaime Recena, bem como o resultado da eleição por aclamação realizada no dia 20 de junho de 2025. **Diretoria:** Fernando Careli, João Arthur Aquino e Thales Giraldo. **Conselho Fiscal:** Felipe Salomão, Luiz Teixeira e Alex Mendes. **Delegados junto à FIESP:** Jaime Recena e Fernando Careli. **Suplentes:** João Arthur Aquino.
São Paulo, 24 de julho de 2025. Fernando Careli - Presidente

SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam as empresas representadas pelo SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, cujos trabalhadores pertençam à base do Sindicato dos Metalúrgicos de ARARAQUARA (Américo Brasiliense e Gavião Peixoto). Data: 01 de julho de 2025; Hora: 15h00, (2ª convocação) Local: SINAEES transmissão via web ferramenta ZOOM, nos termos do art. 9 do estatuto. Pauta: a) Exame da pauta SINAEES, através de seus representantes legais e/ou da comissão especialmente designada, proceda a negociação em nome de suas empresas associadas e filiadas; c) Outros assuntos pertinentes; Participação: Em vista das deliberações que deverão ser tomadas, solicitamos que as empresas sejam representadas por pessoas em cargos de direção ou com poderes de decisão. Credenciamento: Somente serão admitidos na Assembleia os representantes previamente inscritos e credenciados pela empresa. A credencial deverá ser encaminhada para o e-mail: rosangela@abinee.org.br impreterivelmente até o dia 30/06/2026. O link de acesso a reunião será encaminhado 1 hora antes para todos os inscritos e credenciados.

SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO
São Paulo, 24 de junho de 2025. André Luis Saraiva - Vice-Presidente

Dana Industrial

Dana Industrial Soluções em Cosméticos S.A.
CNPJ nº 12.579.550/0001-05 - NIRE 35.300.384.041
Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2025

1. Data, Hora e Local: 30 de abril de 2025, às 14 horas, de modo exclusivamente digital via plataforma zoom, sendo considerada como realizada na sede social, na Rua Eugênio Estoco, 251, Lote Gleba 1E, Distrito Industrial Alfredo Relo, Município de Itatiba, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Convocação prévia dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124, da Lei 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Alberto Romano Filizzola. Secretário: Rafael Damasceno Generoso. **4. Publicações:** Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicadas no dia 25 de abril de 2025 no jornal O Estado de São Paulo, seção impressa página B11, e seção digital Estadão RI página 1. **5. Ordem do Dia:** 5.1 Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 5.2 Destinação dos resultados do exercício de 2024. **6. Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: **6.1** Aprovou integralmente as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório da Administração e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **6.2** Em razão da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovou a destinação dos resultados para a conta de prejuízos acumulados. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em livro próprio, em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelos presentes. **Alberto Romano Filizzola** - Presidente; **Rafael Damasceno Generoso** - Secretário. Acionistas: **Dana H Empreendimentos e Participações Ltda.** - p. **Jayme Brasil Garfinkel**, **Alberto Romano Filizzola, Claudio Marcio Romagnolo, David Robson Papa, Rafael Damasceno Generoso. JUCESP** nº 182.781/25-1 em 09/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Eufrázio

ITAŪSA VALORES EM AÇÃO / 50 ANOS

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
NIRE 35300022220
Companhia Aberta

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 30 de abril de 2025, às 11h00, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Zoom, nos termos da Resolução CVM 81/22, sendo considerada como realizada na sede social da **Itaúsa S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Luciano da Silva Amaro (Presidente) e Carlos Roberto Zanelato (Secretário), em processo de escolha conduzido por administrador da Companhia. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** publicado em 1º, 2 e 3 de abril de 2025 no jornal "O Estado de S. Paulo" (nas págs. B3), com divulgação simultânea na página da internet do mesmo jornal (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/). **QUORUM DE INSTALAÇÃO:** acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante, que se verificou (i) pelas presenças registradas na plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81/22; e (ii) pelos Boletins de Voto a Distância válidos recebidos da Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, do Escriturador das ações de emissão da Companhia, do Custodiante do Acionista e diretamente pela Companhia. **PRESENÇA LEGAL:** administradores da Companhia e representantes do Comitê de Auditoria, do Conselho Fiscal, da BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. ("BDO") e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** **Preliminares: 1.** dispensada a leitura dos Mapas Sintéticos Consolidados e dos documentos referentes à pauta desta Assembleia, por terem sido amplamente divulgados e disponibilizados aos acionistas e ao mercado. **2.** autorizada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário e a sua publicação com omissão dos nomes dos acionistas, nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 130 da Lei 6.404/76. **Em pauta ordinária: 1.** aprovadas as Contas dos Administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024, acompanhadas dos Relatórios da Administração e do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e dos Relatórios dos Auditores Independentes (BDO e PwC) sem ressalvas, divulgadas ao Mercado em 17.03.2025 e publicadas em 20.03.2025 no jornal "O Estado de S. Paulo" (págs. B37 a B60), com divulgação simultânea na página da internet do mesmo jornal (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/). **2.** aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R$ 14.777.712.808,35, conforme segue: (a) R$ 738.885.640,42 à Reserva Legal; (b) R$ 3.704.171.151,09 às Reservas Estatutárias, sendo: R$ 1.852.085.575,54 à Reserva para Equalização de Dividendos, R$ 740.834.230,22 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R$ 1.111.251.345,33 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e (c) R$ 10.334.656.016,84 ao pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo do exercício de 2024, que representaram 68,37% do lucro líquido ajustado do exercício, razão pela qual não foi proposta a declaração de proventos adicionais. **3.** aprovado que o Conselho de Administração seja composto por 8 membros efetivos e 2 suplentes, com mandato anual que vigorará até a posse dos que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026. **3.1.** registrado que não foi requerida a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração, por acionistas representando 5% ou mais do capital votante. **3.2.** também não foi requerida a eleição em separado por acionistas representando 10% ou mais do capital social, que tenham comprovado a titularidade ininterrupta de participação acionária desde 30.01.2025, nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76. **4.** reeleitos para compor o Conselho de Administração da Companhia: a) por indicação dos acionistas controladores, membros efetivos ALFREDO EGYDIO SETUBAL, casado, administrador, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07; ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA, casada, pedagoga, RG-SSP/SP 13.861.521, CPF 066.530.828-06; PATRÍCIA DE MORAES, casada, economista, RG-SSP/SP 60.628.137-X, CPF 012.198.117-77; RAUL CALFAT, casado, administrador, RG-SSP/SP 5.216.686-7, CPF 635.261.408-63; ROBERTO EGYDIO SETUBAL, divorciado, engenheiro, RG-SSP/SP 4.548.549-5, CPF 007.738.228-52; RODOLFO VILLELA MARINO, casado, administrador, RG-SSP/SP 15.111.116-9, CPF 271.943.018-81; e VICENTE FURLETTI ASSIS, casado, engenheiro, RG-SSP/MG 1.073.833, CPF 487.467.706-15, e como membros suplentes RICARDO EGYDIO SETUBAL, casado, administrador, RG-SSP/SP 10.359.999-X, CPF 033.033.518-99, na qualidade de suplente de Alfredo Egydio Setubal e de Roberto Egydio Setubal, e RICARDO VILLELA MARINO, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 15.111.115-7, CPF 252.398.288-90, na qualidade de suplente de Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela e de Rodolfo Villela Marino, todos brasileiros e domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar; b) por indicação da acionista Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência, membro efetivo EDSON CARLOS DE MARCHI, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 10.246.772, CPF 055.654.918-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 11º andar. **4.1.** registrado que os eleitos atendem (i) às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e no Anexo K da Resolução CVM 80/22, e que não são pessoas expostas politicamente, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia; e (ii) aos critérios definidos na Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia. **5.** aprovado o enquadramento dos candidatos Edson Carlos De Marchi, Patrícia de Moraes, Raul Calfat e Vicente Furletti Assis como membros independentes do Conselho de Administração, por atenderem aos critérios de independência previstos no Artigo 6º do Anexo K da Resolução CVM 80/22 e na Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia ("Política"), cuja independência foi avaliada pelo Conselho de Administração, com recomendação favorável do Comitê de Governança e Pessoas da Companhia. **5.1.** registrado que esses conselheiros declararam estar enquadrados nos referidos critérios, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia. **6.** eleitos para compor o Conselho Fiscal da Companhia, instalado de forma permanente, com mandato anual que vigorará até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2026: a) pelos acionistas preferencialistas (por indicação de acionistas representados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI), membro efetivo VAGNER LACERDA RIBEIRO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/DF 1106440, CPF 392.555.491-20, domiciliado em Brasília (DF), na SQSW 305, Bloco H, e respectivo suplente PAULO ROBERTO LOPES RICCI, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 18.221.391-2, CPF 079.020.578-51, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Bahia, 116, apto. 51; b) pelos acionistas minoritários (por indicação da acionista Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência), membro efetivo MICHAEL GORDON FINDLAY, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 27.032.862-2, CPF 259.745.188-70, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Domingos Fernandes, 119, 4º andar, e respectivo suplente GUSTAVO AMARAL DE LUCENA, brasileiro, casado, contador e economista, RG-SSP/SP 16.160.870-X, CPF 143.652.328-19, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Artur Prado, 615, bloco 4, apto. 13; e c) pelos acionistas controladores, membros efetivos ELAINE MARIA DE SOUZA FUNO, brasileira, casada, contadora, RG-SSP/SP 20.207.375, CPF 201.953.328-65, domiciliada em São José dos Campos (SP), na Rua José Rocha da Silva, 61; GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 32.483.439-1, CPF 286.131.968-29, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça João Duran Alonso, 34, 14º andar; e LUCIANNA RAFFAINI CARVALHO COSTA, brasileira, casada, administradora de empresas, RG-SSP/SP 22.538.078, CPF 253.336.498-39, domiciliada em São Paulo (SP), na Rua Sampaio Viana, 584, apto. 21; e, respectivos suplentes, ROSANA PASSOS DE PÁDUA, brasileira, casada, matemática, RG-SSP/SP 17.044.415, CPF 055.886.028-11, domiciliada em São Paulo (SP), Alameda dos Anapurus, 1098, apto. 61; JOÃO BATISTA CARDOSO SEVILHA, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 13.740.466, CPF 021.916.398-79, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Oiçanga, 245, apto. 42; e JEFFERSON DE PAULA FERNANDES BARBOSA, brasileiro, casado, contador, RG-SSP/SP 24.596.979, CPF 248.190.848-10, domiciliado em Valinhos (SP), na Alameda Dominica, 235, Condomínio Terras do Caribe. **6.1.** registrado que esses conselheiros atendem (i) às condições prévias de elegibilidade previstas no Artigo 162 da Lei 6.404/76, e não são pessoas expostas politicamente, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia; e (ii) aos critérios definidos na Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia. **7.** aprovado manter, para o exercício social de 2025, a verba global anual de até R$ 55 milhões destinada à remuneração total (fixa e variável, compreendendo inclusive benefícios de qualquer natureza, exceto os encargos sociais de ônus da Companhia) dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Consultivo e da Diretoria), independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos ou pagos, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização dessa verba. **8.** aprovado manter, para o exercício social de 2025, a remuneração mensal individual dos Conselheiros Fiscais em R$ 22 mil para os membros efetivos e R$ 10 mil para os suplentes. **Em pauta extraordinária 1.** aprovadas as seguintes alterações no Estatuto Social, propostas pela Administração: a) no caput do artigo 1º (Denominação, Prazo e Sede): transferir, do Conselho de Administração para o Comitê Executivo da Diretoria, a competência para instalação de filiais ou escritórios da Companhia; b) no item 1.1 (Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa): submeter os membros do Conselho Consultivo e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração às disposições do referido regulamento; c) no artigo 3º (Capital e Ações): (i) no caput, atualizar a composição do capital social, para refletir o aumento de capital mediante capitalização de reservas com bonificação em ações, deliberado pelo Conselho de Administração em reunião de 11.11.2024; e (ii) no item 3.1, elevar o limite do capital autorizado para 13.500.000.000 ações, sendo 4.500.000.000 ordinárias e 9.000.000.000 preferenciais; d) no artigo 5º (Administração): (i) nos itens 5.2 (Investidura), 5.3 (Proventos dos Administradores) e 5.4 (Compromisso de Indenidade), promover ajustes formais de redação; e (ii) no subitem 5.4.1, estender a possibilidade de celebração do contrato de indenidade aos indicados pela Companhia para exercer cargos de administração em suas investidas, além de promover ajustes formais de redação; e) no artigo 6º (Conselho de Administração): (i) no item 6.4, aprimorar a organização dos trabalhos prevendo a definição de calendário anual das reuniões e estabelecendo limites mínimo e máximo de reuniões ordinárias; e (ii) nos incisos do item 6.5, prever a instalação do Conselho Consultivo como competência do Conselho de Administração e promover ajustes formais de redação, para clareza do texto; f) no artigo 8º (Diretoria): (i) no atual item 8.6 (renumerado para 8.8), estabelecer limites mínimo e máximo de reuniões ordinárias, com a numeração do subitem; (ii) no atual item 8.7 (renumerado para 8.9), incluir na competência do Comitê Executivo da Diretoria a instalação de filiais ou escritórios em quaisquer praças do País ou do exterior, conforme item "a)" acima, além de promover ajustes formais de redação e de renumerar incisos; (iii) no atual item 8.8 (renumerado para 8.10), promover ajustes formais de redação e renumerar seus subitens; e (iv) nos atuais 8.9 e 8.10, remanejar e renumerar para 8.3 e 8.4, respectivamente; g) no caput do artigo 9º (Conselho Consultivo) e nos itens 10.2 e 10.3 do artigo 10 (Conselho Fiscal), promover ajustes formais de redação; h) no artigo 12 (Destinação do Lucro Líquido) e em seus itens, (i) detalhar de forma mais clara e sistemática as regras a serem observadas na destinação do lucro líquido da Companhia, e (ii) ajustar referência legal e consolidar regras aplicáveis (inclusive em relação ao cálculo do dividendo obrigatório), transferindo para novo artigo 13 as regras sobre o pagamento prioritário de dividendos às ações preferenciais, sem alteração de conteúdo; i) no artigo 13 (Dividendos) e em seus itens, (i) suprimir a redação do caput que dispõe sobre a regra de distribuição de dividendo obrigatório transferida para o novo item 12.2, (ii) ajustar a redação para tratar de forma mais detalhada a declaração de proventos aos acionistas (dividendos ou juros sobre capital próprio) por deliberação do Conselho de Administração; (iii) consignar que a periodicidade desses proventos passará a ser tratada na Política de Remuneração aos Acionistas da Companhia; e (iv) unificar o tratamento das antecipações de proventos aos acionistas; e j) no artigo 14 (atual Reservas Estatutárias) e em seus itens, consolidar as reservas estatutárias em uma única Reserva Estatutária de Lucros, aperfeiçoar a descrição de suas finalidades e estabelecer o limite máximo do seu saldo; **2.** aprovada a consolidação do Estatuto Social, para refletir as alterações aprovadas no item precedente, na forma do Anexo 1; e **3.** aprovada a transferência para a nova Reserva Estatutária de Lucros dos saldos atualmente consignados nas Reservas Estatutárias (i) para Equalização de Dividendos, (ii) para Reforço do Capital de Giro, e (iii) para Aumento de Capital de Empresas Participadas. **QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** os votos de aprovação, rejeição e abstenção das matérias constam do Mapa Final de Votação Resumido desta Assembleia, na forma do Anexo 2. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA COMPANHIA:** a proposta da administração, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, os Boletins de Voto a Distância recebidos diretamente pela Companhia, os mapas de votação e as declarações de voto. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, após dispensa de sua leitura, foi considerada aprovada e assinada pelos acionistas, cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia, pela Central Depositária da B3, pelo Agente Escriturador e pelo Custodiante e, também, pelos que registraram a sua presença por meio da plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81/22. (aa) Luciano da Silva Amaro - Presidente; Carlos Roberto Zanelato - Secretário. Acionistas pela plataforma digital: Carlos Roberto Zanelato; Luciano da Silva Amaro; Companhia ESA, por si e na qualidade de usufrutuária do direito de voto das ações ordinárias de titularidade dos acionistas controladores; Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência; Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, por seus mandantes; Dynamo Administração de Recursos Ltda., por seus mandantes; Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda., por seus mandantes; JGP Gestão de Recursos Ltda., por seus mandantes; Trópico Investimentos e Participações Ltda, por seus mandantes; Banco Itaúbank S.A., por seus mandantes; S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., por seus mandantes; Edson Dias Siqueira; e Aline Salem da Silveira Bueno. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 30 de abril de 2025. (aa) Mirna Justina Mazzali - Procuradora, Carlos Roberto Zanelato - Secretário da Assembleia. JUCESP sob nº 176.011/25-0, em 30.05.2025. (a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **ESTATUTO SOCIAL:** (Aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30.04.2025): Art. 1º - DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE - A sociedade anônima aberta regida por este Estatuto Social, denominada ITAÚSA S.A. ("ITAÚSA" ou "Companhia"), com duração por tempo indeterminado, tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP), na Avenida Paulista nº 1938, 5º andar, CEP 01310-200, Bela Vista. 1.1. Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Nível 1"). Art. 2º - OBJETO - A ITAÚSA tem por objeto participar, direta ou indiretamente, de pessoas jurídicas, no País ou no exterior, para investimento em quaisquer setores da economia e da sociedade civil, inclusive por meio de fundos de investimento, podendo, para tanto, adquirir, alienar ou negociar com títulos e valores mobiliários de companhias abertas ou fechadas, dentro ou fora de Bolsa de Valores, sempre que a administração julgar oportuno, tendo por objetivo disseminar nas investidas os seus princípios de valorização do capital humano, governança e ética nos negócios e geração de valor para os acionistas e para a sociedade, de forma sustentável. 2.1. A ITAÚSA pode constituir e manter organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que se dediquem à promoção do bem-estar e do desenvolvimento sustentável, como forma acessória ou instrumental de cumprimento de seu objeto social e, em especial, de sua função social. Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES - O capital social subscrito e integralizado é de R$ 80.189.000.000,00 (oitenta bilhões, cento e oitenta e nove milhões de reais), representado por 10.844.556.902 (dez bilhões, oitocentos e quarenta e quatro milhões, quinhentas e cinquenta e seis mil, novecentas e duas) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 3.726.767.355 (três bilhões, setecentos e vinte e seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, trezentas e cinquenta e cinco) ordinárias e 7.117.789.547 (sete bilhões, cento e dezessete milhões, setecentas e oitenta e nove mil, quinhentas e quarenta e sete) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R$ 0,01 (um centavo de real) por ação, não cumulativo, que será ajustável em caso de desdobramento ou grupamento, assegurado dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto integrante do bloco de controle. 3.1. Capital Autorizado - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até que o capital atinja o limite de 13.500.000.000 (treze bilhões e quinhentos milhões) de ações, sendo até 4.500.000.000 (quatro bilhões e quinhentos milhões) em ordinárias e 9.000.000.000 (nove bilhões) em preferenciais. 3.1.1. As emissões para venda em Bolsa de Valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle de outra sociedade poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos acionistas ou com redução do prazo para o seu exercício (artigo 172 da Lei nº 6.404/76). 3.1.2. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a ITAÚSA poderá outorgar, sem direito de preferência para os acionistas, opções de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedades investidas. 3.2. Ações Escriturais - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da Companhia serão escriturais, permanecendo em contas de depósito na Itaú Corretora de Valores S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos da legislação, podendo tal instituição cobrar dos acionistas os custos dos serviços de transferência, assim como outras remunerações permitidas pela legislação aplicável. 3.3. Mudança de Espécie - Ressalvado o disposto no subitem 3.3.1, as ações não poderão ter sua espécie alterada de ordinária para preferencial ou vice-versa. 3.3.1. O Conselho de Administração poderá, sempre que entender necessário, autorizar a conversão de ações ordinárias em preferenciais (vedada a reconversão), com base numa relação por ele estabelecida ou por meio de leilão na Bolsa de Valores, em ambos os casos nos períodos e quantidades que determinar. 3.3.1.1. A razão de conversão não poderá ser superior a 1 (uma) ação preferencial para cada ação ordinária apresentada, respeitado o limite legal. Caso as ações ordinárias a serem convertidas resultem numa quantidade final de ações preferenciais que ultrapasse o limite de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, a Companhia promoverá o rateio entre os titulares de ações ordinárias interessados na conversão proporcionalmente à quantidade de ações ordinárias apresentadas para a conversão, vedada a conversão que resulte em fração de ação. 3.3.1.2. Após cada período de conversão, caberá ao Conselho de Administração especificar a nova divisão do número de ações por espécie, cabendo à primeira Assembleia Geral promover a necessária alteração estatutária. 3.4. Ações Preferenciais - O número de ações preferenciais, sem direito de voto, não ultrapassará 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. 3.5. Aquisição das Próprias Ações - A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, a fim de cancelá-las, mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou utilizá-las no âmbito de programa de remuneração de longo prazo baseado na concessão de ações ou opção de compra de ações, mediante autorização do Conselho de Administração. 3.6. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76, se a Companhia deixar de pagar o dividendo mínimo prioritário, previsto no inciso I do artigo 3º deste Estatuto, por 3 (três) exercícios consecutivos. Art. 4º - ASSEMBLEIA GERAL - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes, devendo o processo de escolha ser conduzido por administrador da Companhia. Art. 5º - ADMINISTRAÇÃO - A ITAÚSA será administrada por Conselho de Administração e Diretoria. O Conselho de Administração terá, na forma prevista em lei e neste Estatuto, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, cabendo à Diretoria funções operacionais e executivas. 5.1. Mandato - O mandato unificado dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 1 (um) ano, a contar da data da Assembleia de Acionistas ou da reunião do Conselho de Administração que os eleger, conforme o caso, prorrogável até a posse de seus substitutos, sendo permitida a reeleição. 5.2. Investidura - Os conselheiros e diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. A posse estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos internos e legais aplicáveis. 5.3. Proventos dos Administradores - Os administradores perceberão remuneração e poderão participar dos lucros, observados os limites legais. Para o pagamento desses proventos, a Assembleia Geral fixará verba global e anual, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização dessa verba e o rateio da participação para os membros desse Conselho e da Diretoria. 5.4. Compromisso de Indenidade - Em complemento ao seguro de responsabilidade civil, a Companhia poderá celebrar compromisso de indenidade em favor de seus administradores e membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, de forma a garantir o pagamento de despesas em virtude de reclamações, inquéritos, investigações, procedimentos e processos arbitrais, administrativos ou judiciais, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, a fim de resguardá-los da responsabilização por atos praticados no exercício regular de suas funções, assim considerados aqueles realizados de forma diligente, de boa-fé, visando ao interesse da Companhia e em cumprimento aos seus deveres fiduciários. O pagamento de despesas no âmbito de compromisso de indenidade deverá ser submetido à governança própria de aprovação a fim de garantir a independência do processo decisório e afastar qualquer possibilidade de conflito de interesses. 5.4.1. O benefício descrito no caput se estenderá àqueles que sejam indicados pela Companhia para exercer cargo de administrador ou membro de comitê estatutário ou não em suas investidas. Art. 6º - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 10 (dez) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) Presidente e de 1 (um) a 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos Conselheiros, entre os seus pares. Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração quem já tiver completado 75 (setenta e cinco) anos na data da eleição. O membro do Conselho de Administração que atingir o limite de idade após a data de eleição poderá continuar no cargo até o término do mandato para o qual foi eleito. 6.1. Dentro dos limites estabelecidos no caput, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar preliminarmente o número de conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato, sendo certo que, no mínimo, 1/3 (um terço) deverá ser de membros independentes, conforme disposto na regulamentação aplicável e na Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia. Na mesma Assembleia Geral poderão ser eleitos: a) 1 (um) membro suplente para o conselheiro representante dos acionistas minoritários, se eleito consoante artigo 141, § 4º, inciso I, da Lei nº 6.404/76; b) 1 (um) membro suplente para o conselheiro representante dos acionistas preferencialistas, se eleito consoante artigo 141, § 4º, inciso II, da Lei nº 6.404/76; e c) 2 (dois) membros suplentes para os conselheiros eleitos pelos acionistas controladores. 6.2. O Presidente, em caso de vaga, ausência ou impedimento, será substituído por um dos Vice-Presidentes designado pelo Conselho de Administração. 6.3. Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes poderão nomear substituto para completar o mandato do substituído. 6.4. O Conselho de Administração deve definir um calendário anual com as datas das reuniões ordinárias, em número não inferior a 6 (seis) nem superior a 12 (doze), além de convocar reuniões extraordinárias, sempre que necessário. As reuniões serão convocadas pelo Presidente ou por seu substituto, instalando-se validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício. 6.4.1. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas sempre por maioria de votos dos presentes. 6.4.2. Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será subscrita por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis. 6.5. Compete ao Conselho de Administração: I) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; III) deliberar sobre a instalação do Conselho Consultivo e eleger e destituir seus membros; IV) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos e eleger e destituir seus membros; V) manifestar-se sobre o enquadramento dos candidatos ao Conselho de Administração nos critérios de independência e de caracterização como membro externo, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e da Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, devendo, no caso dos conselheiros independentes, indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência; VI) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; VII) convocar a Assembleia Geral, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis; VIII) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; IX) deliberar sobre o orçamento anual da Companhia; X) escolher e destituir os auditores independentes; XI) declarar dividendos intermediários ou intercalares, sob qualquer das modalidades facultadas pelo artigo 204 da Lei nº 6.404/76, bem como deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, conforme disposto no artigo 13 deste Estatuto; XII) deliberar sobre: (i) conversão de ações ordinárias em preferenciais, nos termos do subitem 3.3.1; (ii) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações; (iii) emissão de ações ou debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, observando-se as disposições do item 3.1; (iv) outorga de opções de compra de ações, conforme disposto no subitem 3.1.2; e (v) aquisição de ações de emissão própria, para os fins previstos no item 3.5; XIII) dar parecer em relação a qualquer oferta pública de aquisição de ações (OPA) que tenha por objeto ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, o qual deverá conter, entre outras informações relevantes, a opinião da administração sobre eventual aceitação da OPA e sobre o valor econômico julgado adequado da Companhia; XIV) deliberar sobre investimentos ou desinvestimentos em participações societárias a serem realizados em uma única operação ou em um conjunto de operações correlatas, considerado o período de 12 (doze) meses, com valor acima de 5% (cinco por cento) do último patrimônio líquido individual divulgado pela Companhia, observado o item (XV) abaixo; XV) deliberar sobre desinvestimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto pela Companhia, em qualquer valor e quantidade; XVI) deliberar sobre transação com parte relacionada ou conjunto de transações com partes relacionadas correlatas que atinjam, no período de 12 (doze) meses, valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e quaisquer outras transações com partes relacionadas conforme Política para Transações com Partes Relacionadas da ITAÚSA, salvo disposição específica da Lei nº 6.404/76; XVII) deliberar sobre a proposição ou o ajuizamento, conforme aplicável, de ações judiciais e administrativas, bem como processos arbitrais, com valor acima de 5% (cinco por cento) do último patrimônio líquido individual divulgado pela Companhia; XVIII) exceto com relação a participações societárias, deliberar sobre a alienação, aquisição ou oneração de ativos, podendo transigir e renunciar direitos, em operações individuais ou conjunto de operações correlatas, considerado o período de 12 (doze) meses, com valor acima de 5% (cinco por cento) do último patrimônio líquido individual divulgado pela Companhia; e XIX) deliberar sobre a contratação de quaisquer operações de derivativos exceto aquelas com a finalidade de buscar proteção contra exposição cambial e/ou de juros provenientes de operações realizadas pela Companhia, incluindo operações comerciais e financeiras (hedge). Art. 7º - COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será assessorado em assuntos específicos de sua atuação pelos (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Estratégia e Novos Negócios; (iii) Comitê de Governança e Pessoas; (iv) Comitê de Partes Relacionadas; e (v) Comitê de Sustentabilidade, sem prejuízo da instituição de outros comitês. 7.1. Aplicam-se aos membros dos Comitês as mesmas obrigações e vedações impostas pela lei e por este Estatuto aos administradores da Companhia. 7.2. Cada Comitê terá regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, para regular as questões relativas a seu funcionamento. Art. 8º - DIRETORIA - A Diretoria será composta de 3 (três) a 10 (dez) membros, eleitos pelo Conselho de Administração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembleia Geral que eleger esse Conselho, compreendendo os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Executivo, Diretor Geral e Diretor Gerente, conforme seja fixado pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos. 8.1. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão integrar a Diretoria. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente (ou principal executivo da Companhia) não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. 8.2. O Diretor Presidente, os Diretores Vice-Presidentes Executivos e o Diretor Geral formarão o Comitê Executivo. 8.3. Compete ao Diretor Presidente: (i) coordenar a execução do planejamento estratégico delineado pelo Conselho de Administração; (ii) estruturar e dirigir os negócios da Companhia e estabelecer normas; e (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionando os trabalhos dos diretores nas diversas áreas de atuação. 8.4. Compete aos Diretores Vice-Presidentes Executivos, ao Diretor Geral e aos Diretores Gerentes colaborar com o Diretor Presidente na gestão dos negócios e na direção dos serviços da Companhia. 8.5. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, a Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros, devendo o Diretor Presidente ser substituído por um dos Diretores Vice-Presidentes Executivos. Vagando qualquer cargo, o Conselho de Administração poderá designar um diretor substituto para completar o mandato do substituído. 8.6. Um mesmo diretor poderá ser eleito ou designado, em caráter efetivo ou interino, para exercer cumulativamente mais de um cargo. 8.7. Não poderá ser eleito diretor quem já tiver completado 70 (setenta) anos na data da eleição. O diretor que atingir o limite de idade após a data de eleição poderá continuar no cargo até o término do mandato para o qual foi eleito. 8.8. As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo Comitê Executivo em reuniões convocadas pelo Diretor Presidente, realizadas ordinariamente em número não inferior a 6 (seis) nem superior a 12 (doze) ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria absoluta de seus membros em exercício, podendo os Diretores Gerentes serem convidados para essas reuniões. 8.8.1. Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o diretor será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será subscrita por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis. 8.9. Compete ao Comitê Executivo, conforme estabelecido no item 8.8: a) deliberar sobre: (i) instalação de filiais ou escritórios em quaisquer praças do País ou do exterior; (ii) alienação, aquisição ou oneração de ativos (exceto participações societárias), podendo transigir e renunciar direitos, em operações individuais ou conjunto de operações correlatas, considerado o período de 12 (doze) meses, com valor até 5% (cinco por cento) do último patrimônio líquido individual divulgado pela Companhia; (iii) investimentos ou desinvestimentos em participações societárias, a serem realizados em uma única operação ou em um conjunto de operações correlatas, considerado o período de 12 (doze) meses, com valor até 5% (cinco por cento) do último patrimônio líquido individual divulgado pela Companhia, exceto por desinvestimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto pela Companhia, os quais deverão sempre ser aprovados pelo Conselho de Administração, em qualquer valor e quantidade; (iv) prestação de garantias a obrigações de terceiros; e (v) emissão de notas promissórias e títulos no Brasil e/ou no exterior, nos termos da legislação vigente; e b) propor ao Conselho de Administração: (i) a aquisição de ações de emissão da Companhia, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação; (ii) investimentos ou desinvestimentos em participações societárias a serem realizados em uma única operação ou em um conjunto de operações correlatas, considerado o período de 12 (doze) meses, com valor acima de 5% (cinco por cento) do último patrimônio líquido individual divulgado pela Companhia; (iii) desinvestimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto pela Companhia, em qualquer valor e quantidade; e (iv) alienação, aquisição ou oneração de ativos (exceto participações societárias), em operações individuais ou conjunto de operações correlatas, considerado o período de 12 (doze) meses, com valor acima de 5% (cinco por cento) do último patrimônio líquido individual divulgado pela Companhia. 8.10. Sem prejuízo do disposto no item 8.9, a representação da ITAÚSA far-se-á: a) por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo 1 (um) deles obrigatoriamente membro do Comitê Executivo, que terão poderes para: (i) assumir obrigações ou exercer direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade para a Companhia, inclusive na concessão de fianças, avais e outras garantias; e (ii) constituir procuradores que, excetuados os mandatos "ad judicia", terão prazo de validade não superior a 1 (um) ano; ou b) por 2 (dois) diretores quaisquer, em conjunto, que terão poderes para: (i) negociar, celebrar e assinar acordos de confidencialidade ou contratos similares; (ii) negociar, celebrar e assinar ofertas, memorandos de entendimento e cartas de intenções, desde que não vinculativos; e (iii) assumir obrigações ou exercer direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade para a Companhia até o limite de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em uma única operação ou em um conjunto de operações correlatas realizadas no período de 12 (doze) meses. 8.10.1. A ITAÚSA também poderá ser representada: (i) conjuntamente, por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador ou por 2 (dois) procuradores, com os poderes que forem definidos no instrumento de mandato; (ii) isoladamente, por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador nos atos que não impliquem assunção de obrigações ou renúncia de direitos, inclusive perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, ou em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Companhia participe; e (iii) em juízo, por procuradores com os poderes e modo de atuação (conjunta ou isoladamente) definidos no instrumento de mandato.

(continua)

Eufrázio

ITAÚSA VALORES EM AÇÃO / 50 ANOS

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
NIRE 35300022220
Companhia Aberta

(continuação) Não será permitida a representação isolada da Companhia na celebração e assinatura de quaisquer documentos que importem em aquisição e/ou alienação de ativos. 8.10.2. A assinatura de documentos em nome da ITAÚSA poderá ocorrer de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis. Art. 9º - CONSELHO CONSULTIVO - O Conselho de Administração poderá instalar o Conselho Consultivo, como seu órgão de assessoria, que será integrado por até 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. 9.1. O montante destinado à remuneração dos conselheiros consultivos será regulamentado pelo Conselho de Administração e estará contemplado na verba global para os proventos dos administradores fixada pela Assembleia Geral. Art. 10 - CONSELHO FISCAL - Nos termos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76, a Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observado o seguinte: a) os acionistas titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente; b) os acionistas minoritários que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações ordinárias, terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente; e c) os demais acionistas titulares de ações ordinárias poderão eleger os membros efetivos e respectivos suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual ao dos eleitos nos termos das alíneas anteriores, mais 1 (um) membro efetivo e respectivo suplente. 10.1. Os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos. Não poderá ser eleito para o Conselho Fiscal quem já tiver completado 75 (setenta e cinco) anos na data da eleição. O membro do Conselho Fiscal que atingir o limite de idade após a data de eleição poderá continuar no cargo até o término do mandato para o qual foi eleito. 10.2. Os conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. 10.3. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. 10.4. O Conselho Fiscal terá 1 (um) Presidente, escolhido entre os seus pares, e reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício. 10.4.1. Será permitida a realização de reuniões por teleconferência, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. Nessas hipóteses, o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do quórum de instalação e de deliberação, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. A ata da reunião será subscrita por todos os membros que participaram da reunião, quer de forma presencial quer de forma remota, podendo ser assinada de forma digital ou eletrônica, sem a necessidade de autenticação por meio de certificados emitidos conforme parâmetros da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis. Art. 11 - EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, sendo facultado o levantamento de balanços intermediários em qualquer data. Art. 12 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - Juntamente com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 205 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes: 12.1. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, sendo certo que a Companhia poderá deixar de constituir a Reserva Legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; e 12.2. o lucro remanescente após a constituição da Reserva Legal, ajustado por eventual constituição de reservas de contingências e respectivas reversões, se for o caso, deverá ter a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendo obrigatório devido aos acionistas, observado o item 13.2, bem como o inciso I e no § 4º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; b) até a totalidade do valor remanescente, após a destinação do dividendo obrigatório, poderá ser alocada para a constituição da Reserva Estatutária de Lucros, nos termos do artigo 14; e c) o saldo, se houver, terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. Art. 13 - DIVIDENDO - As distribuições de dividendos (ou de juros sobre capital próprio, se for o caso) realizadas pela Companhia deverão observar as disposições do artigo 12 e as seguintes regras: a) às ações preferenciais será atribuído o dividendo mínimo prioritário a que se refere o inciso I do artigo 3º; b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo mínimo prioritário de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais; e c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de atribuído às ordinárias dividendo igual ao dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais previsto na alínea "a" deste dispositivo. 13.1. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração: a) declarar dividendos intercalares à conta de lucros apurados nos balanços referentes a períodos inferiores ao exercício social, nos termos do artigo 11, bem como dividendos intermediários à conta de reservas de lucros, inclusive à Reserva Estatutária de Lucros; e b) declarar juros sobre capital próprio, nos termos da legislação aplicável. 13.2. Os dividendos e os juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração à conta de lucros apurados no exercício corrente serão considerados antecipação do dividendo obrigatório referente àquele exercício até o limite estabelecido no subitem 12.2.a). Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio declarados à conta de reservas de lucros poderão ser considerados antecipação do dividendo obrigatório referente ao exercício em que forem declarados, até o limite estabelecido no subitem 12.2.a), conforme deliberação do Conselho de Administração. 13.3. Os dividendos e os juros sobre capital próprio declarados pelo Conselho de Administração observarão, ainda, o que dispuser a Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração, inclusive a periodicidade nela fixada. 13.4. Ao dividendo obrigatório, por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser agregado dividendo adicional. Art. 14 - RESERVA ESTATUTÁRIA DE LUCROS - Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação da Reserva Estatutária de Lucros, que terá por finalidade (i) equalizar o fluxo de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, e eventuais antecipações do dividendo referente ao exercício em curso, e (ii) reforçar o capital de giro e realizar investimentos nos negócios da Companhia ou de suas sociedades investidas, inclusive por meio de aporte de capital. O saldo dessa reserva poderá ser utilizado também (a) em operações de resgate, reembolso ou aquisição das próprias ações, nos termos da legislação em vigor; e (b) na incorporação ao capital social. 14.1. O saldo da Reserva Estatutária de Lucros, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o valor do capital social, devendo o eventual excedente ser capitalizado ou distribuído a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, conforme proposta do Conselho de Administração.

Liberty Mutual INSURANCE

Liberty Mutual Surety Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 58.138.452/0001-14 - NIRE nº 35300666020

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Rerratificação da 2ª Alteração do Contrato Social e Instrumento de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado da Liberty Mutual Surety Brasil Ltda. Realizada em 13 de Março de 2025

Data, Hora e Local: Em 13 de março de 2025, às 10h, na sede da Liberty Mutual Surety Brasil S.A., situada na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 11º andar, Conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04711-130 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Wellington Rosa dos Santos; e Secretário: Maximilian Zanelato Bordin. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a retificação da 2ª Alteração do Contrato Social e Instrumento de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado da Liberty Mutual Surety Brasil Ltda., celebrada em 6 de janeiro de 2025 ("ACS"), para retificar o Item III da ACS, referente à razão social da Companhia; (ii) consequentemente, retificar o Estatuto Social da Companhia aprovado na ACS; e (iii) ratificar os demais termos da ACS, que não expressamente alterados. **Deliberações:** A única acionista examinou as matérias constantes da ordem do dia e aprovou sem ressalvas: (i) a retificação do Item III da ACS, de forma a fazer constar como razão social da Companhia, após a transformação, "Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A." ao invés de "Liberty Mutual Surety Brasil S.A.". Tendo em vista a aprovação da presente retificação, o Item III da ACS passa a vigorar com a seguinte nova redação: "***III. Alteração da Razão Social da Companhia:*** *3.1. Em decorrência da Transformação, os Acionistas aprovam a mudança da razão social da Companhia de "Liberty Mutual Surety Brasil Ltda." para "Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A."*."; (ii) considerando a aprovação do item (i) acima, a retificação do Estatuto Social da Companhia aprovado na ACS, para refletir a retificação da razão social. Tendo em vista a aprovação da presente retificação, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar conforme **Anexo I** desta ata; e (iii) a ratificação de todos demais itens da ACS, que não expressamente alterados nos termos da presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente assembleia, e determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente - Wellington Rosa dos Santos; Secretário - Maximilian Zanelato Bordin. **Acionista presente:** Liberty Mutual Holdings Brasil Ltda. São Paulo, 13 de março de 2025. **Mesa:** Wellington Rosa dos Santos - **Presidente**; Maximilian Zanelato Bordin - **Secretário. Acionista: Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda.** - Por: Wellington Rosa dos Santos - Cargo: Diretor; Por: Maximilian Zanelato Bordin - Cargo: Diretor. **Advogada:** Camila Leal Calais - OAB/SP: 171673. **JUCESP** nº 182.175/25-0 em 01/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Anexo I - Da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Rerratificação da 2ª Alteração do Contrato Social e Instrumento de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado da Liberty Mutual Surety Brasil Ltda. Realizada em 13 de Março de 2025 - Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A.** - CNPJ/MF nº 58.138.452/0001-14 - NIRE nº 35300666020 - **Estatuto Social da Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração: Artigo 1º** - A Liberty Mutual Surety Brasil Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede, foro e domicílio na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, 19º andar, conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, CEP 04711-130, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pode abrir e encerrar filiais em qualquer localidade, observada a legislação aplicável. **Artigo 3º** - O objeto social da Companhia consiste em: (i) atuar no mercado de seguros de danos; (ii) realizar atividades de suporte ao funcionamento de sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais; (iii) prestar serviços técnicos diretamente associados a operações de resseguro e retrocessão; e (iv) deter participação no capital social de outras sociedades no Brasil, na qualidade de sócia ou acionista, conforme legislação aplicável. **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R$ 61.500.000,00 (sessenta e um milhões e quinhentos mil reais), integralmente subscrito e integralizado, dividido em 61.500.000 (sessenta e um milhões e quinhentas mil) ações, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º** - O titular de cada ação terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 7º** - As ações serão registradas no livro de registros de ações da Companhia. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 8º** - As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas no prazo exigido na legislação em vigor e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim as exigirem. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral será convocada por iniciativa de qualquer dos Diretores, do Conselho Fiscal, se instalado, ou dos acionistas, de acordo com o que dispõe a legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro** - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, considerar-se-á validamente instalada a Assembleia Geral em que estejam presentes todos os acionistas. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com acionista(s) que represente(m), no mínimo, ¼ (um quarto) do capital votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 10** - As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer diretor, que convidará qualquer um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Único** - O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto, sob pena de responsabilidade pessoal. **Artigo 11** - As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas pela maioria absoluta dos acionistas detentores do capital votante, salvo quando um quórum superior for exigido pela lei aplicável ou por este Estatuto Social. **Artigo 12** - Além das matérias previstas na Lei das S.A., as seguintes matérias deverão ser objeto de aprovação prévia pela Assembleia Geral: **(a)** qualquer mudança no objeto social da Companhia; **(b)** alteração da denominação social da Companhia; **(c)** a nomeação, destituição e substituição dos diretores; **(d)** qualquer alteração na estrutura e/ou funções dos diretores; **(e)** aquisição ou alienação de ativos imobiliários para a Companhia ou de propriedade dela, ou a criação de qualquer ônus sobre tais ativos; **(f)** o aumento ou redução do capital social da Companhia, assim como: (i) a outorga de quaisquer opções sobre o capital social da Companhia (com relação a ações emitidas ou a serem emitidas); (ii) alocação ou emissão de novas ações ou quaisquer direitos de subscrição de ações ou títulos conversíveis; (iii) a alteração ou variação de qualquer dos direitos, preferências ou vantagens inerentes a qualquer uma das ações, assim como a criação de uma nova classe de ações; ou (iv) o resgate, amortização ou recompra de quaisquer ações, ou qualquer recapitalização, reclassificação, desdobramento de ações, dividendo em ações, agrupamento, combinação ou mudança semelhante à capitalização da Companhia; ou (v) o registro da Companhia como companhia aberta e a realização de qualquer oferta pública inicial de ações ou títulos, em qualquer caso; **(g)** criação de reservas estatutárias ou outros tipos de reservas da Companhia que não sejam legalmente obrigatórias; e **(h)** adoção de política de participação nos lucros, opção de compra de ações ou política similar. **Capítulo IV - Administração da Companhia: Artigo 13** - A administração da Companhia compete à Diretoria, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria: Artigo 14** - A Diretoria será composta de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, eleitos pela Assembleia Geral e por esta destituíveis a qualquer tempo, os quais poderão residir e ser domiciliados no país ou no exterior, conforme permitido pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral nomeará 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Compliance e Controles Internos e os demais diretores. **Artigo 15** - O prazo de mandato da Diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos diretores. **Artigo 16** - A investidura no cargo de diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de atas de reuniões da Diretoria, independentemente de caução. **Artigo 17** - Nos impedimentos ou ausências temporárias do Diretor Presidente, este designará dentre os demais diretores (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos) o seu substituto. Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer outro diretor, competirá à Diretoria indicar, entre os diretores (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos), um substituto que acumulará interinamente as funções do diretor ausente ou impedido. **Parágrafo Primeiro** - Ocorrendo vacância de algum membro da Diretoria, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste Artigo 17, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo pela primeira Assembleia Geral que se realizar. **Parágrafo Segundo** - Caso o número de diretores se torne inferior a três, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para provimento do cargo vago. **Parágrafo Terceiro** - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 18** - Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, observadas as regras de representação previstas neste Estatuto Social, os diretores ficam investidos de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste Estatuto. **Artigo 19** - Compete à Diretoria: **(a)** apresentar à Assembleia Geral o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao Conselho Fiscal, se instalado; **(b)** agir em conformidade com a orientação geral dos negócios sociais da Companhia; **(c)** aprovar e/ou acompanhar, conforme exigido pela regulamentação vigente, operações entre a Companhia e quaisquer partes relacionadas; e **(d)** respeitar e fazer cumprir o Estatuto Social. **Artigo 20** - Compete ao Diretor de Compliance e Controles Internos ser responsável pelos controles internos da Companhia, nos termos da regulamentação vigente emitida pelo CNSP e pela SUSEP. **Parágrafo Primeiro** - O Diretor de Compliance e Controles Internos poderá reunir-se, sempre que considerar necessário, com o Diretor Presidente da Companhia, sem a presença dos demais diretores. **Parágrafo Segundo** - O Diretor de Compliance e Controles Internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança da Companhia, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio. **Artigo 21** - A Companhia será representada da seguinte forma: **(a)** conjuntamente por dois diretores, exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos; **(b)** conjuntamente por um diretor (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos) e por um procurador, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato; **(c)** conjuntamente por dois procuradores, de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; ou **(d)** isoladamente, por qualquer dos diretores (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos) ou por um procurador, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato, em qualquer dos casos, apenas para a realização dos seguintes atos: (i) para firmar contratos de bens e serviços ligados ao objeto social da Companhia, correspondências, apólices, endossos e aditivos, e atos necessários ao seu funcionamento regular e de rotina, dentro das funções que lhe forem atribuídas ou outorgadas; (ii) para representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, e arbitrais; e (iii) para representação da Companhia em concorrências públicas. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia deverá ser representada na forma prevista no item "a" supra, no caso de nomeação de procuradores. **Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá ser representada perante instituições bancárias nas formas previstas nos itens "a", "b", ou "c" supra. **Parágrafo Terceiro** - Os instrumentos de procuração deverão ser firmados de acordo com o Artigo 21 ou na forma distinta aprovada pelos acionistas que representem a maioria do capital social, deverão conter poderes específicos, e deverão conter prazo de validade fixo, exceto as procurações outorgadas para representar a Companhia perante instituições bancárias, e em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ter prazo indeterminado e ser substabelecidas com reserva de poderes. **Artigo 22** - A Diretoria poderá reunir-se sempre que necessário no interesse da Companhia, conforme requerimento de qualquer diretor da Companhia. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente ou, em sua ausência, por qualquer outro diretor indicado por maioria de votos. O presidente das reuniões da Diretoria designará o secretário da reunião. **Parágrafo Segundo** - As reuniões da Diretoria serão validamente instaladas, com a presença de diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria. **Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio. **Seção II - Conselho Fiscal: Artigo 23** - A Companhia poderá, mas não necessita, ter um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos, residentes no país, com as qualificações exigidas pela lei. **Artigo 24** - O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, a pedido de acionistas, feito na forma da lei, ocasião em que serão eleitos seus membros para o período compreendido entre a sua instalação e a primeira Assembleia Geral que se realizar, observando-se, na sua constituição, as prescrições legais relativas aos direitos dos titulares de ações ordinárias. **Artigo 25** - O funcionamento, a competência, os deveres e as responsabilidades dos conselheiros fiscais observarão o disposto na legislação vigente. **Artigo 26** - Os membros do Conselho Fiscal, quando no exercício de suas funções, perceberão a remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros: Artigo 27** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Companhia, na forma da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo** - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos relativos aos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto na Lei das S.A. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários de lucros acumulados ou reservas de lucros apurados no último balanço patrimonial anual ou semestral. **Parágrafo Quarto** - Observados os limites legais, a Diretoria, se aprovada em Assembleia Geral, poderá declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, com base na legislação aplicável. **Parágrafo Quinto** - Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados serão sempre considerados em razão do dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 28 abaixo. **Artigo 28** - Dos resultados apurados, antes de qualquer distribuição, serão deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro remanescente será repartido do seguinte modo: **(a)** 5% (cinco por cento) para constituir reserva legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; **(b)** 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, a título de distribuição aos acionistas do dividendo obrigatório; e **(c)** o saldo remanescente, se houver, será alocado conforme deliberado em Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Poderá ser distribuído dividendo inferior ao obrigatório ou retido todo o lucro líquido, se assim a Assembleia Geral determinar, em conformidade com a legislação aplicável. **Capítulo VI - Liquidação: Artigo 29** - A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos contemplados pela lei aplicável. A Assembleia Geral poderá estabelecer a forma de liquidação, nomear o liquidante ou liquidantes e aprovar sua remuneração e, a pedido dos acionistas, de acordo com a Lei das S.A., solicitar a instalação do Conselho Fiscal durante o período de liquidação, observadas as formalidades legais. **Capítulo VII - Disposições Gerais: Artigo 30** - Quaisquer omissões neste Estatuto Social serão resolvidas em Assembleia Geral e regidas de acordo com a Lei das S.A. **Capítulo VIII - Lei Aplicável e Resolução de Disputas: Artigo 31** - Este Estatuto será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil, independentemente de conflitos de disposições legais. **Artigo 32** - Os acionistas elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir toda e qualquer questão, disputa ou controvérsia oriunda deste Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. São Paulo, 13 de março de 2025. **Acionista: Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda.** Por: Wellington Rosa dos Santos - Cargo: Diretor; Por: Maximilian Zanelato Bordin - Cargo: Diretor. **Advogada:** Camila Leal Calais - OAB/SP: 171.673.

ITAÚSA VALORES EM AÇÃO / 50 ANOS

Itaúsa S.A.
CNPJ 61.532.644/0001-15
NIRE 35300022220
Companhia Aberta

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA, FORMA E LOCAL: em 12 de maio de 2025, às 14h15, realizada de modo presencial na sede social da **ITAÚSA S.A.**, localizada na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, em São Paulo (SP), com a participação de Conselheiro pela plataforma *Microsoft Teams*. **PRESIDENTE:** Raul Calfat. **PRESENÇA:** a totalidade dos membros efetivos, com presença de membro suplente e ouvinte. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** os Conselheiros deliberaram, por unanimidade: **1.** nos termos dos Artigos 6º ao 9º do Estatuto Social, manter assim compostos os órgãos de administração da Companhia, para o mandato anual que vigorará até a posse dos que vierem a ser eleitos em 2026: ***CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:*** **a) Presidente** RAUL CALFAT e **Vice-Presidentes** ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA e ROBERTO EGYDIO SETUBAL; **b)** Roberto Egydio Setubal como **substituto** do Presidente Raul Calfat, em caso de vaga, ausência ou impedimento; e c) Carlos Roberto Zanelato como **Secretário do Conselho de Administração.** ***DIRETORIA:*** **d) Diretor Presidente** ALFREDO EGYDIO SETUBAL, administrador, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07, e **Diretores Vice-Presidentes Executivos** ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO, engenheiro, RG-SSP/SP 11.759.083-6, CPF 066.530.838-88, RICARDO EGYDIO SETUBAL, administrador, RG-SSP/SP 10.359.999-X, CPF 033.033.518-99, e RODOLFO VILLELA MARINO, administrador, RG-SSP/SP 15.111.116-9, CPF 271.943.018-81, todos brasileiros, casados, domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, que em conjunto formam o **Comitê Executivo; e) Diretores Gerentes** FREDERICO DE SOUZA QUEIROZ PASCOWITCH, administrador, RG-SSP/SP 30.913.156-X, CPF 310.154.298-74; MARIA FERNANDA RIBAS CARAMURU, advogada, RG-SSP/SP 19.823.563-X, CPF 070.336.018-32, e PRISCILA GRECCO TOLEDO, contadora, RG-SSP/SP 25.948.718-1, CPF 266.268.838-60, todos brasileiros, casados, domiciliados em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 18º andar; e f) Alfredo Egydio Setubal como **Diretor de Relações com Investidores.** Registrar que os eleitos atendem às condições de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e no Anexo K da Resolução CVM 80/22, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia. ***COMITÊS DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:*** **g) COMITÊ de AUDITORIA: Coordenador** RAUL CALFAT e **membros** MARCO ANTONIO ANTUNES, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 7.669.530, CPF 002.975.098-96, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Juscelino Kubitscheck, 1830, 14º andar, e ISABEL CRISTINA LOPES, brasileira, casada, economista, RG-SSP/SP 20.242.237-9, CPF 136.461.048-56, domiciliada em São Paulo (SP), na Rua Leonardo Mota, 66, apto. 92 **(especialista); h) COMITÊ DE ESTRATÉGIA E NOVOS NEGÓCIOS: Coordenador** VICENTE FURLETTI ASSIS, **membros** PATRÍCIA DE MORAES, RICARDO VILLELA MARINO, ROBERTO EGYDIO SETUBAL e RODOLFO VILLELA MARINO e, como **membros natos**, ALFREDO EGYDIO SETUBAL (CEO) e RAUL CALFAT (Chairman); **i) COMITÊ DE GOVERNANÇA E PESSOAS: Coordenadora** PATRÍCIA DE MORAES, **membros** EDSON CARLOS DE MARCHI, RICARDO EGYDIO SETUBAL, RODOLFO VILLELA MARINO e VICENTE FURLETTI ASSIS e, como **membros natos**, ALFREDO EGYDIO SETUBAL (CEO) e RAUL CALFAT (Chairman); **j) COMITÊ DE PARTES RELACIONADAS: Coordenador** EDSON CARLOS DE MARCHI e **membros** PATRÍCIA DE MORAES, RAUL CALFAT e VICENTE FURLETTI ASSIS; e **k) COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE: Coordenador** EDSON CARLOS DE MARCHI, **membros** ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA, RICARDO EGYDIO SETUBAL, RODOLFO VILLELA MARINO e MARCELO DE CAMARGO FURTADO, brasileiro, solteiro, engenheiro, RG-SSP/SP 15.192.431, CPF 054.087.568-66, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 18º andar e, como **membros natos**, ALFREDO EGYDIO SETUBAL (CEO) e RAUL CALFAT (Chairman). Registrar que os conselheiros designados para compor esses comitês estão sendo investidos nos cargos mediante assinatura desta ata, sendo que os outros membros serão investidos em termo apartado. ***CONSELHO CONSULTIVO:*** **l) Coordenador** HENRI PENCHAS, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 2.957.281-2, CPF 061.738.378-20, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Paulista, 1938, 5º andar, e **membros** FERNANDO DE ALMEIDA NOBRE NETO, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/SP 3.931.092-9, CPF 002.936.448-53, domiciliado em São Paulo (SP), na Rua Butantã, 461, 5º andar, e VICTÓRIO CARLOS DE MARCHI, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 2.702.087, CPF 008.600.938-91, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 11º andar. Registrar que os eleitos atendem às condições de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia. **2.** por fim, autorizar a divulgação desta ata na Comissão de Valores Mobiliários, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e no website da Companhia (www.itausa.com.br). **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata sob a forma de sumário, que foi lida, aprovada e assinada de forma eletrônica pelos Conselheiros. São Paulo (SP), 12 de maio de 2025. (aa) Raul Calfat - Presidente; Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela e Roberto Egydio Setubal - Vice-Presidentes; Alfredo Egydio Setubal, Edson Carlos De Marchi, Patrícia de Moraes, Rodolfo Villela Marino e Vicente Furletti Assis - Conselheiros. Certifico ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 12 de maio de 2025. (a) Carlos Roberto Zanelato - Secretário do Conselho de Administração. JUCESP sob nº 176.012/25-4, em 30.05.2025. (a) Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4481

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 260/2025

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre a **Dispensa de Licitação – Processo Administrativo nº 260/2025**, Objeto: Solicitação de serviço de calibração dos equipamentos de APH que compõem o serviço de urgências e emergência deste SAMU da Baixa Mogiana, sendo vencedora a empresa: ANAMED ENGENHARIA BIOMEDICA, CNPJ: 25.531.076/0001-74, pelo valor de R$ 4.567,00 (quatro mil quinhentos e sessenta e sete reais), embasada no Art. 75, § 3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto Municipal nº 9.666/2023, Resolução nº 01/2024 do Consórcio e demais normas e legislações aplicáveis.

Mogi Mirim, 12 de junho de 2025.
Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"
Paulo de Oliveira Silva - Presidente

Dana Industrial

Dana Industrial Soluções em Cosméticos S.A.

CNPJ 12.579.591/0001-05 - NIRE 35.300.384.041

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07 de Maio de 2025

1. Data, Hora e Local: 07 de maio de 2025, às 15 horas, na sede social da Dana Industrial Soluções em Cosméticos S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Itatiba, no Estado de São Paulo, na Rua Eugenio Estaco, nº 251, gleba 1-E, Distrito Industrial Alfredo Rela, CEP 13255-415. **2. Mesa:** Presidente: Alberto Romano Filizola; e Secretário: Rafael Damasceno Generoso. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença dos acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre o recebimento da renúncia do Sr. Renato Isler ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia. **5. Deliberação:** os acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia aprovaram o recebimento da renúncia do Sr. Renato Isler (CPF nº 247.565.438-47) ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, nos termos da carta de renúncia apresentada à Companhia nesta data. Diante da renúncia do Sr. Renato Isler, a diretoria da Companhia passará a ser composta pelos seguintes membros, com mandato até a data de realização da assembleia geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras e as contas da administração referentes ao exercício social de 2025: (i) Alberto Romano Filizola, no cargo de Diretor Presidente; e (ii) Rafael Damasceno Generoso, no cargo de Diretor Administrativo. **6. Encerramento:** encerradas as discussões, o presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada em livro próprio. Itatiba/SP, 07 de maio de 2025. Alberto Romano Filizola - **Presidente; Rafael Damasceno Generoso - Secretário. Acionistas: Dana H Empreendimentos e Participações Ltda.** - p. Jayme Brasil Garfinkel; **Alberto Romano Filizola; Rafael Damasceno Generoso; Claudio Marcio Romagnolo; David Robson Papa. JUCESP** nº 182.517/25-1 em 05/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Campinas e Região, pelo presente edital ficam convocados os associados deste Sindicato, quites e em gozo dos seus direitos sindicais, para a assembleia geral ordinária a realizar-se no dia **30 de Junho de 2025**, à Rua Adalberto Panzan, nº 92, Nova Aparecida – TIC – Campinas, às 09:00 horas em primeira convocação, para discutirem a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação da ata da assembleia anterior; b) Leitura, discussão e votação do Balanço e Relatório da Diretoria, referente ao ano de 2024 com parecer do Conselho Fiscal; c) Leitura, discussão e votação da Proposta Orçamentária para o ano de 2026, com parecer do Conselho Fiscal. Caso não haja número legal a hora anunciada, a assembleia será realizada 01:00 hora depois, com qualquer número de presentes.

Campinas, 24 de junho de 2025

José Alberto Panzan
Presidente

Encontra-se aberta no COMPLEXO PENAL DE BAURU, por meio do CPP DR. ALBERTO BROCHIERI DE BAURU, PREGÃO ELETRÔNICO número 90021/21, Processo 006.00228832/2025-96, destinado a aquisição de ESTOCÁVEIS, período de 01/07 a 31/08, do tipo MENOR PREÇO a realização da sessão será no dia 08/07/2025, às 09h, no site eletrônico: www.compras.net.gov.br. O aviso de contratação estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, outras informações pelo telefone: 14 3109 2176.

Varejo **Mudança de cenário**

Venda de eletroeletrônicos perde força após alta recorde em 2024

Perspectiva do setor é de queda de 1% no primeiro semestre deste ano; efeitos de guerra Israel-Irã pode agravar o quadro

MÁRCIA DE CHIARA

FELIPE RAU /ESTADÃO-19/5/2023



Nascimento, presidente da Eletros: o cenário está mais desafiador

"Esse cenário de guerra (entre Israel e Irã) pode agravar as condições econômicas do País e até mesmo de política industrial"

"Havia uma possibilidade de aumento no número de empregos, considerando o crescimento do consumo. Demissão é a última coisa que a gente procura fazer"
José Jorge Nascimento Jr.
Presidente da Eletros

Depois de atingir crescimento recorde de vendas em 2024, a indústria de eletroeletrônicos projeta uma freada para o primeiro semestre deste ano. A perspectiva é encerrar junho com queda de 1% no número de unidades vendidas, após avanço de 29% em 2024, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

A mudança de cenário, que surpreendeu os fabricantes de eletroeletrônicos, pode se agravar com a entrada dos Estados Unidos na guerra contra o Irã, alerta ao *Estadão* o presidente da Eletros, José Jorge Nascimento Jr.

O desdobramento poderá se traduzir em elevação de custos e de preços dos produtos em razão da alta do petróleo e da perspectiva de aumento do dólar, já que muitos componentes usados são importados.

Cenário

Com Selic a 15%, vendas de produtos dependentes de crédito têm sido diretamente afetadas

"Estamos muito preocupados de não ter a recuperação no segundo semestre, por vários motivos, e esse cenário de guerra, de instabilidade global, pode agravar as condições econômicas do País e até mesmo de política industrial", afirma o presidente da Eletros.

O segundo semestre normalmente é o melhor período de vendas para o setor em razão das datas comerciais importantes, como Black Friday e Natal.

A mudança de cenário de consumo ocorre em meio à 18.ª edição da principal feira do setor, a Eletrolar Show, que começou ontem, e segue até quinta-feira, no Distrito Anhembi, em São Paulo.

São mais de 1.500 marcas expositoras, ocupando 67 mil metros quadrados, quase o dobro da edição anterior. A intenção é antecipar lançamentos de produtos e apostas para os próximos meses.

ELETROPORTÁTEIS CHINESES. A virada no desempenho do setor, que apareceu no primeiro trimestre, foi provocada pelos eletroportáteis, que respondem pela maior fatia dos volumes comercializados (66%).

As vendas dos eletroportáteis, produtos de menor valor e menos dependentes de crédito, caíram 6% em relação a igual período de 2024.

Segundo o executivo, após a guerra tarifária decretada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, a China buscou novos mercados. Com isso, houve uma grande entrada de eletroportáteis importados, vendidos por meio do comércio eletrônico e canais informais.

Além disso, há concorrência considerada desleal de itens importados, que chegam ao mercado nacional sem atender às normas obrigatórias de eficiência energética, segurança e desempenho, afirma o executivo.

A elevada taxa básica de juros, hoje em 15% ao ano, também afetou a venda de produtos dependentes de crédito, na análise da Eletros.

As vendas de geladeiras, fogões e lavadoras, a linha branca, avançaram só 1% no primeiro trimestre, e os volumes comercializados de TVs ficaram praticamente estáveis, com alta de 0,3%, segundo a entidade.

A perspectiva é de que as vendas de eletroportáteis encerrem o primeiro semestre com recuo de 4%, enquanto TVs e linha branca devem avançar apenas 1% e 2%, respectivamente.

Até mesmo o segmento de aparelhos de ar condicionado, que tem andado na contramão do mercado, com crescimento de 21% nas vendas entre janeiro e maio de 2025 ante o mesmo período de 2024, está ameaçado, segundo Nascimento Jr.

A obrigatoriedade imposta pelo governo aos fabricantes desses aparelhos de comprar 15% dos compressores no mercado nacional, produzidos por uma única indústria, tem dificultado a produção local. Segundo Nascimento, diante da grande demanda, esse fabricante nacional não tem volumes suficientes para atender aos pedidos.

CONTRATAÇÕES PARADAS. A reversão nas vendas de eletroeletrônicos já começa a ter os primeiros impactos na indústria. "Temos relatos de empresas do setor de ar-condicionado, linha branca e de eletroportáteis que pararam processos de admissões", conta Nascimento Jr. No momento, a indústria emprega diretamente 250 mil trabalhadores.

"Havia uma possibilidade de aumento no número de empregos, considerando o crescimento do consumo", diz o presidente da Eletros, ressaltando que demissões estão descartadas. Ele argumenta que a indústria investe muito na qualificação de trabalhadores. "Demissão é a última coisa que a gente procura fazer." ●

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

EMBRAESP
LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



ONDE SEU EVENTO TORNA-SE UMA
EXPERIÊNCIA ÚNICA

Reúna sua equipe em um espaço inspirador, cercado por natureza e conforto no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!



Os empregos do futuro estão longe das fábricas

Governo Trump acredita que vai recuperar o número de postos de trabalho do passado, mas a situação mudou

ARTIGO
The Economist

Os trumpianos são unânimes: os Estados Unidos precisam de fábricas. O presidente descreve como os trabalhadores "assistiram, angustiados, líderes estrangeiros roubarem nossos empregos, trapaceiros estrangeiros saquearem nossas fábricas e destruírem nosso outrora belo sonho americano". Peter Navarro, seu assessor comercial, diz que as tarifas "encherão todas as fábricas meio vazias". Howard Lutnick, o secretário de Comércio, oferece o tom mais caricatural de todos: "O exército de milhões e milhões de seres humanos apertando pequenos parafusos para fabricar iPhones – esse tipo de coisa virá para os Estados Unidos".

Durante anos, políticos e alguns economistas associaram o longo declínio da indústria manufatureira à estagnação dos salários, a cidades empobrecidas e até mesmo à crise dos opioides. Somente na década de 2000, os EUA eliminaram quase 6 milhões de empregos em fábricas – um tipo de trabalho geralmente oferecia aos que abandonavam o ensino médio um caminho para uma vida estável e tranquilamente próspera.

Empregos que sustentaram cidades inteiras, dando a Pittsburgh o apelido de "Cidade do Aço" e a Akron o de "Capital Mundial da Borracha". Não é de surpreender, portanto, que políticos de todos os setores queiram os empregos de volta. De fato, o presidente Joe Biden compartilhava o mesmo sonho de seu sucessor, mesmo que esperasse alcançá-lo por meios diferentes. "Onde diabos está escrito", perguntou ele, "que não seremos novamente a capital mundial da manufatura?"

Hoje, menos de 4% dos trabalhadores dos EUA trabalham realmente no chão de fábrica

No entanto, há um problema: mesmo que o setor retorne, os antigos empregos não voltarão. A manufatura produz mais do que no passado com menos mãos – uma transformação muito parecida com a sofrida pela agricultura. O trabalho acessível de classe média, do tipo que antes atraía multidões para os galpões das fábricas no auge fordista dos EUA, praticamente desapareceu.

O trabalho mais parecido com os empregos de manufatura da década de 1970 não é encontrado em fábricas, que agora são automatizadas e de capital intensivo, mas em empregos como eletricista, mecânico ou policial. Todos oferecem salários decentes para quem não tem diploma.

Enquanto quase um quarto dos trabalhadores americanos estava empregado na manufatura na década de 1970, hoje menos de um em cada dez está no setor. Além disso, metade dos empregos de "manufatura" está em funções de apoio, como relações humanas e marketing, ou postos de design e engenharia. Menos de 4% dos trabalhadores americanos realmente trabalham em um chão de fábrica.

'RESULTADO NATURAL'. Os Estados Unidos não são os únicos. Alemanha, o Japão e a Coreia do Sul, que têm grandes superávits comerciais em produtos manufaturados, registraram declínios constantes na participação desse tipo de emprego. A China eliminou mais de 20 milhões de empregos em fábricas de 2013 a 2023 – mais do que toda a força de trabalho de manufatura dos EUA. Estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) chama essa tendência de "o resultado natural do desenvolvimento econômico bem-sucedido".

À medida que os países ficam mais ricos, a automação aumenta a produção por trabalhador, o consumo muda de bens para serviços e a produção com uso intensivo de mão de obra é transferida para o exterior. Mas isso não significa que a produção das fábricas entre em colapso. Em termos reais, a produção dos EUA é mais de duas vezes maior do que no início dos anos 1980; o país fabrica mais produtos do que o Japão, a Alemanha e a Coreia do Sul juntos. Como aponta o Cato Institute, um think tank, as fábricas dos EUA, por si só, seriam a oitava maior economia do mundo.

Mesmo um esforço heroico de reshoring que eliminasse o déficit de comércio de mercadorias de US$ 1,2 trilhão dos EUA faria pouco pelos empregos. Na produção dessa quantidade de bens, cerca de US$ 630 bilhões de valor agregado viriam da manufatura (e o restante de ma- ⊙

nio COMUNICADO NIO

A Nio (Client Co Serviços de Rede Nordeste S.A.), autorizatária do serviço telefônico fixo comutado (STFC) nas modalidades local e longa distância nacional (LDN), comunica ao público em geral o lançamento comercial do Plano Alternativo do STFC Local N° 003 - Novo Fale Fibra II e os valores máximos homologados, com vigência a partir de 26 de junho de 2025, limitados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base para o cálculo do reajuste.

1 - Valores máximos homologados: em Reais incluindo impostos e contribuições sociais

Item Tarifário	Valores em Reais, com tributos inclusos, válidos para a filial:												
	Filial PR	Filial SC	Filial RS	Filial DF DF	Filial DF GO	Filial DF TO	Filial GO	Filial GO TO	Filial TO	Filial MT	Filial MS	Filial RO	Filial AC
ASSINATURA SEM FRANQUIA - 0 MIN	43,42	42,05	42,05	43,70	43,14	43,70	43,14	43,70	43,70	43,14	42,05	43,42	43,14
ASSINATURA FIXO - 100 MINUTOS	63,01	61,03	61,03	63,43	62,61	63,43	62,61	63,43	63,43	62,61	61,03	63,01	62,61
ASSINATURA FIXO - 200 MINUTOS	65,21	63,16	63,16	65,64	64,79	65,64	64,79	65,64	65,64	64,79	63,16	65,21	64,79
ASSINATURA FIXO - 300 MINUTOS	82,62	80,02	80,02	83,16	82,09	83,16	82,09	83,16	83,16	82,09	80,02	82,62	82,09
ASSINATURA FIXO - 500 MINUTOS	107,13	103,75	103,75	107,83	106,43	107,83	106,43	107,83	107,83	106,43	103,75	107,13	106,43
ASSINATURA FIXO - 1000 MINUTOS	138,81	135,41	135,41	140,73	138,91	140,73	138,91	140,73	140,73	138,91	135,41	138,81	138,91
FRANQUIA FIXO-MÓVEL - 10 MINUTOS	11,64	11,27	11,27	11,72	11,57	11,72	11,57	11,72	11,72	11,57	11,27	11,64	11,57
FRANQUIA FIXO-MÓVEL - 30 MINUTOS	33,89	32,82	32,82	34,11	33,67	34,11	33,67	34,11	34,11	33,67	32,82	33,89	33,67
FRANQUIA LOCAL FIXO-MÓVEL 30 MINUTOS - OUTRAS	33,89	32,82	32,82	34,11	33,67	34,11	33,67	34,11	34,11	33,67	32,82	33,89	33,67
FRANQUIA FIXO-MÓVEL - 75 MINUTOS	82,05	79,47	79,47	82,59	81,52	82,59	81,52	82,59	82,59	81,52	79,47	82,05	81,52
FRANQUIA LOCAL FIXO-MÓVEL 75 MINUTOS - OUTRAS	82,05	79,47	79,47	82,59	81,52	82,59	81,52	82,59	82,59	81,52	79,47	82,05	81,52
FRANQUIA FIXO-MÓVEL - 200 MINUTOS	211,69	205,02	205,02	213,08	210,32	213,08	210,32	213,08	213,08	210,32	205,02	211,69	210,32
FRANQUIA LOCAL FIXO-MÓVEL 200 MINUTOS - OUTRAS	211,69	205,02	205,02	213,08	210,32	213,08	210,32	213,08	213,08	210,32	205,02	211,69	210,32
FRANQUIA FIXO-MÓVEL - 300 MINUTOS	313,98	304,09	304,09	316,04	311,95	316,04	311,95	316,04	316,04	311,95	304,09	313,98	311,95
MINUTO EXCEDENTE FIXO-FIXO	0,30374	0,29417	0,29417	0,30573	0,30178	0,30573	0,30178	0,30573	0,30573	0,30178	0,29417	0,30374	0,30178
VC1- FIXO-MÓVEL HN	0,50237	0,48654	0,48654	0,50566	0,49913	0,50566	0,49913	0,50566	0,50566	0,49913	0,48654	0,50237	0,49913
VC1- FIXO-MÓVEL HR	0,34109	0,33034	0,33034	0,34332	0,33888	0,34332	0,33888	0,34332	0,34332	0,33888	0,33034	0,34109	0,33888
VC1 -FIXO-MÓVEL EXCEDENTE FRANQUIA	0,40974	0,39683	0,39683	0,41242	0,40709	0,41242	0,40709	0,41242	0,41242	0,40709	0,39683	0,40974	0,40709
Habilitação	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00
Mudança de endereço	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27	186,27

Obs:
1 - HN - Horário Normal; HR - Horário Reduzido.
2 - Os valores máximos acima demonstrados não consideram os desconto promocionais previstos no Regulamento da Oferta de adesão.

Lopes Cred Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 61.287.093/0001-71 - NIRE 353.006.666-58

Ata da Assembleia Geral de Constituição

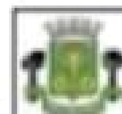
Data, Hora e Local: 29/05/2025, 14h, na sede social da companhia, com a presença de Acionistas, Representando 100% do Capital Social votante.1) Leitura e aprovação do Estatuto Social da **Lopes Cred Securitizadora S.A.** 2) Boletins de Subscrição das Ações: **Valdir Lopes e Filipe Lopes.** 3) Ações subscritas: 10.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Percentual de integralização das Ações: 10% Distribuição por subscritor: - **Filipe Lopes** - 91% de ações; - **Valdir Lopes** - 9% de ações. 4) Eleição dos Membros da Diretoria: **Filipe Lopes** como **Diretor-Presidente**, com mandato de até 03 anos. 4 (4.2) o membro da Diretoria ora eleito aceitou o cargo para o qual foi nomeado, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido. 6) Aprovação do endereço da sede social da Companhia - Avenida Dom Pedro I, nº 288, 11º Andar, Cj. 112, Bairro Jardim, Município de Santo André, no Estado de São Paulo, CEP 09.080-000. 7) Foi declarado que o capital social de R$ 10.000,00, encontra-se integralmente subscrito, o valor de R$ 1.000,00 foi integralizado neste ato, e o valor remanescente a integralizar em 12 meses em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, declarou constituída a Companhia. **JUCESP/NIRE** nº 3530066665-8 em 12/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ/MF nº 43.614.803/0001-49 - NIRE nº 35.300.577.337 *(Companhia)*

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Abril de 2025

Data, Horário e Local: 30/04/2025, às 10:00h, na sede social da Companhia. **Presença:** presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. **Radamés Andrade Casseb**; Secretário: Sr. **André Pires de Oliveira Dias. Deliberações:** resolveram aprovar a reeleição dos Srs. **André Pires de Oliveira Dias**, RG nº 8.470.815 (SSP/SP), CPF/MF nº 094.144.028-56, para o cargo de Diretor Presidente e **Yaroslav Memrava Neto**, RG nº 27.596.018-1 (SSP/SP), CPF/MF nº 325.050.238-32, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, conforme termos de posse anexos à presente ata ("Anexo I" e "Anexo II"). Desta forma, a Diretoria da Companhia passa a ser composta pelo Sr. **André Pires de Oliveira Dias** (Diretor Presidente) e **Yaroslav Memrava Neto** (Diretor Sem Designação Específica), ambos com mandato até 30 de abril de 2027. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado. São Paulo/SP, 30/04/2025. **Mesa:** Radamés Andrade Casseb - **Presidente;** André Pires de Oliveira Dias - **Secretário. Conselheiros:** Radamés Andrade Casseb; André Pires de Oliveira Dias; Lucas Barbosa Rodrigues; Ralph Gustavo Rosemberg Whitaker; Leandro Marin Ramos da Silva; André Felipe Fernandes Figueira; Fernanda Bassanesi. **JUCESP** nº 184.085/25-1 em 11/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.047/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.370/2024 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO., conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos **sítios: https://www.gov.br/compras/pt-br** e **https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245** - Envio das Propostas de Preços pelo site **https://www.gov.br/compras/pt-br**, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **26/06/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **08/07/2025 às 10h00min.**

Osasco, 23 de junho de 2025.
Maira Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ/MF nº 43.614.803/0001-49 - NIRE nº 3530057731-7 *(Companhia)*

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 07 de Maio de 2025

Data, Horário e Local: 07/05/2025, às 17:00h, na sede social. **Presença:** tendo a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. **Radamés Andrade Casseb**; Secretária: Sr. **Ana Caroline Azevedo dos Santos. Deliberações:** foi aprovado, a venda da participação acionária detida pela Corsan na PROCERGS, representada por 431.557 ações ordinárias, pelo valor total de R$ 85.910,98, autorizando-se que a administração da Corsan adote todos e quaisquer atos necessários para a formalização da referida operação, incluindo, mas não se limitando, a assinatura de todos e quaisquer documentos necessários. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado. São Paulo/SP, 07/05/2025. **Mesa:** Radamés Andrade Casseb; Ana Caroline Azevedo dos Santos. **Conselheiros:** Radamés Andrade Casseb; André Pires de Oliveira Dias; Lucas Barbosa Rodrigues; Ralph Gustavo Rosemberg Whitaker; Leandro Marin Ramos da Silva; André Felipe Fernandes Figueira; Fernanda Bassanesi. **JUCESP** nº 184.086/25-5 em 11/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

agro.estadao.com.br
agro ESTADÃO
PORTAL AGRO ESTADÃO
Um novo ecossistema para o futuro do agronegócio
>>>

Eufrázio

ERTHER SANTANA/ESTADÃO-26/7/2018



Trabalhador em fábrica da Volkswagen: modelo de emprego de manufaturas mudou nos últimos anos

térias-primas, transporte e assim por diante).

Robert Lawrence, da Universidade de Harvard, calcula que, com cada trabalhador do setor de manufatura gerando cerca de US$ 230 mil em valor agregado, a retomada da produção para fechar o déficit criaria cerca de 3 milhões de empregos, metade deles no chão de fábrica. Isso elevaria a participação da força de trabalho na produção industrial em apenas um ponto porcentual.

Supondo que isso fosse feito por meio da cobrança de uma tarifa efetiva média de 20% sobre as importações de US$ 3 trilhões dos EUA, isso poderia custar mais US$ 600 bilhões, ou US$ 200 mil por emprego "salvo" na área de manufatura.

Esse é um preço alto para empregos que não são tão atraentes como no passado. Há sete décadas, as fábricas ofereciam um pacote raro: boa remuneração, segurança no trabalho, proteção sindical, emprego abundante e nenhuma exigência de diploma. Na década de 1980, os trabalhadores do setor de manufatura ainda ganhavam 10% a mais do que seus pares comparáveis em outros setores da economia. Sua produtividade também estava crescendo mais rapidamente.

Atualmente, o trabalho no chão de fábrica fica atrás das funções de não supervisão em serviços em termos de remuneração por hora. Mesmo avaliando por idade, gênero, raça e outros fatores, o prêmio salarial da manufatura caiu. Usando métodos semelhantes aos do Department of Commerce e do Economic Policy Institute, estima-se que, até 2024, o prêmio tenha caído mais da metade desde a década de 1980.

Para aqueles que não têm formação universitária, ele desapareceu completamente, embora esses trabalhadores ainda tenham um prêmio na construção e no transporte. O crescimento da produtividade também caiu: a produção por trabalhador da indústria agora está aumentando mais lentamente do que por trabalhador do setor de serviços, o que sugere que o crescimento dos salários também será fraco. Um componente crucial do argumento "empregos na indústria são bons empregos" não se sustenta mais.

Atualmente, também é mais difícil conseguir um emprego no setor industrial. As fábricas modernas são de alta tecnologia, dirigidas por engenheiros e técnicos. No início da década de 1980, os montadores de colarinho azul, operadores de máquinas e trabalhadores de reparos constituíam mais da metade da força de trabalho do setor industrial. Hoje, eles representam menos de um terço. Os profissionais de colarinho branco superam os trabalhadores de colarinho azul do chão de fábrica por uma ampla margem.

Mesmo depois de obtido, um emprego em fábrica tem muito menos probabilidade de ser sindicalizado do que nas décadas anteriores, com a filiação tendo caído de um em cada quatro trabalhadores na década de 1980 para menos de um em cada dez hoje.

Para encontrar o equivalente moderno desses empregos, procuramos empregos com as mesmas características. O que oferece remuneração decente, sindicalização, não exige diploma e pode absorver a força de trabalho masculina? O resultado: mecânicos, técnicos de reparos, trabalhadores de segurança e profissionais especializados. ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

© 2023 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

ambipar® Apresenta:
ESTADÃO

SUMMIT ESG
21 DE AGOSTO
8H30 - Teatro Bravos - São Paulo
UM ALERTA: NÃO É POSSÍVEL IGNORAR OS DESAFIOS CLIMÁTICOS E SOCIAIS
EIXOS TEMÁTICOS:
• Novos tempos e a diversidade
• Onda política contra ESG e o desmantelamento da governança
• COP-30: a conferência mundial, o propósito e a sua importância
• Financiamento climático: iniciativas soberanas e privadas
• Transição energética: a ordem global e os dilemas brasileiros
ADQUIRA SEU INGRESSO:

Realização: ESTADÃO 150 ANOS
Parceria: broadcast ESTADÃO BLUE STUDIO ESTADÃO ACESSOS ELDORADO FM 107,3
Apoio: Integra
Patrocínio: Marfrig brf

Prefeitura Municipal de Assis

Paço Municipal Profª. "Judith de Oliveira Garcez"

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 047/25 - Concorrência Eletrônica 90008/25 - Contratação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para construção de caixa coletora, canal e dissipador. Encerramento: 09:00 horas do dia 15/07/2025. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 18 de junho de 2025.

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 048/25 - Pregão Eletrônico 90040/25 - Contratação de empresa para locação de software para gestão educacional. Encerramento: 09:00 horas do dia 14/07/2025. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 18 de junho de 2025.

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 049/25 - Pregão Eletrônico 90041/25 - Registro de preços para aquisição de materiais médicos hospitalares - Mandados Judiciais. Encerramento: 09:00 horas do dia 10/07/2025. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 18 de junho de 2025.

Telma Gonçalves Carneiro Spera de Andrade - Prefeita Municipal

SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam as empresas representadas pelo SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, cujos trabalhadores pertençam à base dos sindicatos dos metalúrgicos filiados à Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT no Estado de São Paulo - FEM - CUT, convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária: Base: Empresas cujos empregados pertençam às bases dos seguintes sindicatos dos metalúrgicos: ABC (São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), BAURU (Agudos, Iacanga e Pirajuí), CAJAMAR (Franco da Rocha, Francisco Morato e Caieiras), ITAQUAQUECETUBA, ITU (Boituva, Porto Feliz e Cabreúva), MONTE ALTO, PINDAMONHANGABA (Moreira César e Roseira), SALTO, SÃO CARLOS (Ibaté e Analândia), SOROCABA (Votorantim, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Santo de Pirapora, Araçoiaba da Serra, TAUBATÉ (Tremembé, distritos e região). Data: 01 de julho de 2025; Hora: 15h00, (2ª convocação) Local: SINAEES - transmissão via web ferramenta ZOOM, nos termos do art. 9 do estatuto. Pauta: a) Exame da pauta de reivindicações apresentada pela FEM-CUT; b) Delegação de poderes para que o SINAEES, através de seus representantes legais e/ou da comissão especialmente designada, proceda a negociação em nome de suas empresas associadas e filiadas; c) Outros assuntos pertinentes; Participação: Em vista das deliberações que deverão ser tomadas, solicitamos que as empresas sejam representadas por pessoas em cargos de direção ou com poderes de decisão. Credenciamento: Somente serão admitidos na Assembleia os representantes previamente inscritos e credenciados pela empresa. A credencial deverá ser encaminhada para o e-mail: rosangela@abinee.org.br impreterivelmente até o dia 30/06/2026. O link de acesso a reunião será encaminhado 1 hora antes para todos os inscritos e credenciados.

SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 24 de junho de 2025. André Luis Saraiva - Vice-Presidente

SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam as empresas representadas pelo SINAEES - SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, cujos trabalhadores pertençam à base do Sindicato dos Metalúrgicos de MATÃO. Data: 01 de julho de 2025; Hora: 15h00, (2ª convocação) Local: SINAEES transmissão via web ferramenta ZOOM, nos termos do art. 9 do estatuto. Pauta: a) Exame da pauta de reivindicações apresentada pela FEM-CUT; b) Delegação de poderes para que o SINAEES, através de seus representantes legais e/ou da comissão especialmente designada, proceda a negociação em nome de suas empresas associadas e filiadas; c) Outros assuntos pertinentes; Participação: Em vista das deliberações que deverão ser tomadas, solicitamos que as empresas sejam representadas por pessoas em cargos de direção ou com poderes de decisão. Credenciamento: Somente serão admitidos na Assembleia os representantes previamente inscritos e credenciados pela empresa. A credencial deverá ser encaminhada para o e-mail: rosangela@abinee.org.br impreterivelmente até o dia 30/06/2026. O link de acesso a reunião será encaminhado 1 hora antes para todos os inscritos e credenciados.

SINAEES – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS, ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 24 de junho de 2025. André Luis Saraiva - Vice-Presidente

SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ/ME nº 43.614.803/0001-49 - NIRE 3530057733-7 - (Companhia)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada Em 16 de Maio de 2025

Data, Hora e Local: 16/05/2025, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Presença:** a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. **Radamés Andrade Casseb**; e Secretário: Sr. **André Pires de Oliveira Dias. Deliberações:** resolveram: (I) Aprovar a alteração da redação artigo 15 do estatuto social da Companhia para: (a) incluir no artigo 15, item (xvii), do estatuto social da Companhia, que também está sujeita a aprovação do Conselho de Administração da Companhia as operações previstas em tal artigo, nas condições lá previstas, cujo valor seja igual ou superior a 5% da receita líquida da Companhia, e não apenas de Controladas; (b) alterar o artigo 15, item (xii), do estatuto social da Companhia, para prever que as operações lá previstas estarão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração quando for em valor igual ou superior (1) em relação à CORSAN ou à Companhia, R$ 50.000.000,00 e (2) com relação às demais Controladas, o maior entre (x) R$ 5.000.000,00 e (y) 20% da dívida bruta da Companhia ou Subsidiária em questão, respectivamente, em ambos os casos, em uma única operação ou uma série de operações correlatas num mesmo exercício social, exceto no contexto de um refinanciamento que reflita uma estrutura de capital mais eficiente ou de um financiamento ou refinanciamento previsto no plano de negócios; (c) alterar o artigo 15, item (xv), do estatuto social da Companhia, para prever que as operações lá previstas estarão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração quando envolverem valor igual ou superior a (1) R$ 10.000.000,00, com relação à CORSAN e (2) o que for maior entre (x) R$ 1.000.000,00 e (y) o equivalente a 10% do valor dos imóveis não relacionados aos serviços de saneamento da Companhia ou da Controlada, respectivamente, em qualquer dos casos, excetuando-se as alienações e onerações necessárias de acordo com os contratos de financiamento celebrados para cumprimento dos contratos de concessão e outros contratos celebrados pela Companhia com Autoridades Governamentais, desde que não haja alternativa menos onerosa; e (d) incluir no artigo 15, item (xxv), do estatuto social da Companhia, que também estará sujeita a aprovação do Conselho de Administração a renúncia de direitos em face de Partes relacionadas com valor individual ou agregado (cumulado em relação aos contratos que tenham por objeto a contratação de produtos ou serviços semelhantes, com uma mesma Parte Relacionada, durante o mesmo exercício social), superior a R$ 1.000.000,00, exceto se o contrato e custo correspondentes já constarem do plano de negócios. (II) Aprovar a alteração e consolidação do estatuto social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas no item (I) acima, que passará a vigorar na forma do Anexo I à presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado. Acionistas Presentes: **Aegea Saneamento e Participações S.A., Mariner II Participações S.A., Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada.** Mesa: Presidente - Sr. **Radamés Andrade Casseb**; e Secretário - Sr. **André Pires de Oliveira Dias**. São Paulo/SP, 16 de maio de 2025. **Mesa: Radamés Andrade Casseb** - Presidente; **André Pires de Oliveira Dias** - Secretário. **Acionistas: Aegea Saneamento e Participações S.A. Mariner II Participações S.A.**, representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Camila Sisti. **Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, representada por suas gestoras, Kinea Investimentos Ltda. (por Aymar Ferreira de Almeida Junior e Marcio Verri Bigoni) e Kinea Private Equity Investimentos S.A. (por Cristiano Gioia Lauretti e Marcio Verri Bigoni); **Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada**, representada por suas gestoras, Kinea Investimentos Ltda. (por Aymar Ferreira de Almeida Junior e Marcio Verri Bigoni) e Kinea Private Equity Investimentos S.A. (por Cristiano Gioia Lauretti e Marcio Verri Bigoni). **JUCESP** nº 184.087/25-9 em 11/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Pregão Eletrônico 053/SGAF/2025 Objeto: Aquisição de conjuntos didáticos de educação financeira. Abertura: 07/07/2025 às 09h00. **Informações:** Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. **Valéria Aparecida Mendes de Oliveira** - Diretora do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

REGISTRO DE PREÇO:

FFM 0834/2025-00 "CATETER PARA PUNÇÃO ARTERIAL RADIAL RADIOPACO DE POLIURETANO 20GA E CATETER PARA PUNÇÃO ARTERIAL RADIAL RADIOPACO DE POLIURETANO 22GA"

FFM 0848/2025-00 "SERINGAS"

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS - FENACAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária

A **Federação Interestadual dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens - FENACAM**, por seu presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os sindicatos filiados à FENACAM, por meio dos membros do Conselho de Representantes, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em data de **27/06/2025, às 14:00h**, em primeira convocação com a maioria absoluta dos sindicatos filiados e às 14:30h, em segunda convocação, com qualquer número de sindicatos filiados presentes, no endereço sito na **Av. Comendador Aladino Selmi, no 2001, Bairro dos Amarais, Campinas-SP** (Sede SEST SENAT, Unidade Campinas-SP - A03E) para tratarem da seguinte ordem do dia: a) Relato de situação conjunta da FENACAM com a CNTA; b) RNTRC; c) Contratação direta; d) Assuntos gerais.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Diumar Deléo Cunha Bueno

Presidente FENACAM

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.050/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 235/2024 – SECRETARIA DE SERVIÇOS E OBRAS OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FLORES ARTIFICIAIS, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sitios: **https://www.gov.br/compras/pt-br** e **https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245** - Envio das Propostas de Preços pelo site **https://www.gov.br/compras/pt-br**, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **24/06/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **07/07/2025 às 10h00min**.

Osasco, 23 de junho de 2025.

Meire Regina Hernandes

Secretária Executiva de Compras e Licitações

SERASA S.A.

CNPJ/ME nº 62.173.620/0001-80 - NIRE 35.3.0006256-6

AVISO AOS ACIONISTAS

A **SERASA S.A.** ("**Companhia**"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30.7.2025, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14401 – Torre C-1 do Complexo Parque da Cidade - conjuntos 191, 192, 201, 202, 211, 212, 221, 222, 231, 232, 241 e 242, Bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000, bem como podem ser solicitados por e-mail através de juridicoma@br.experian.com. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia Jornal "O Estado de São Paulo", com divulgação simultânea nas versões impressa e digital (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/). São Paulo, 23 de junho de 2025. **Valdemir Bertolo** - Diretor Presidente e Vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia.

HEURIS ADMINISTRADORA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ/MF nº 24.234.053/0001-35 - NIRE 35.229.754.286

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 16/06/2025

1. Data, Hora e Local: Em 16/06/2025, às 10h, na sede da **Heuris Administradora e Consultoria Ltda.** ("Sociedade"), localizada em SP, SP, na Rua Amauri, 255, 17º andar, sala 5, Itaim Bibi, CEP 01448-000. **2. Composição da Mesa:** Presidente: **Antonio Luiz da Cunha Seabra**, Secretário: **Alexandre Shozo Nakamaru**. **3. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, face à presença de sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1072, §2º do Código Civil. **4. Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade: (i) **Antonio Luiz da Cunha Seabra**, brasileiro, casado, economista, RG 3.524.557-8 SSP/SP, CPF 332.927.288-00, com escritório na cidade e Estado de SP, na Rua Amauri, 255, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 01448-000, (ii) **Alexandre Shozo Nakamaru**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 19.983.707-7, CPF 263.789.338-98, residente e domiciliado na cidade e Estado de SP, com escritório na Rua Amauri, 255, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 01448-000; (iii) **Flávio Fantini Clemente**, brasileiro, casado, RG 12.332.368-5 SSP/RJ, CPF 124.030.687-30, residente e domiciliado em SP, SP, com escritório na mesma cidade, na Rua Amauri, 255, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 01448-000; (iv) **Nadja Cristina da Silva Brandão**, brasileira, em união estável, advogada, RG 22.489.4274 SSP/SP, CPF 154.197.078-02, residente e domiciliada na cidade de SP, SP, com escritório na mesma cidade na Rua Amauri, 255, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 01448-000; e (v) **Osmar Malavasi**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG 3.897.998 SSP/SP, CPF 649.337.688-20, residente e domiciliado na cidade de SP, SP, com escritório na Rua Amauri, 255, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 01448-000. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a saída de sócio e consequente redução do capital social da Sociedade em razão da retirada do sócio **Antonio Luiz da Cunha Seabra**, brasileiro, casado, economista, RG 3.524.557-8 SSP/SP, CPF 332.927.288-00, residente e domiciliado na cidade de SP, SP, com escritório na Rua Amauri, 255, 17º andar, Itaim Bibi, CEP 01448-000, com a consequente liquidação e extinção de suas quotas. **6. Deliberações:** Após discussão, os sócios deliberaram, por unanimidade, o seguinte: **6.1** O Sr. **Antonio Luiz da Cunha Seabra**, acima qualificado, titular de 4.607.166 quotas - Classe A representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, correspondente a 98,34% do capital social, manifesta sua vontade de retirar-se do quadro societário da Sociedade, tendo os Sócios, acordado, de comum acordo, a liquidação das quotas de sua titularidade. **6.2** Em razão da saída do sócio, os sócios remanescentes deliberam, por unanimidade, reduzir o capital social da sociedade de R$ 4.685.166,00 para R$ 78.000,00, sendo canceladas 4.607.166 quotas - Classe A no valor de R$ 1,00 cada uma, correspondentes à participação anteriormente detida pelo sócio retirante. **6.3** A redução de capital não implica alteração na proporção das quotas dos sócios remanescentes, que permanecem inalteradas, ou, se houver redistribuição, indicar os novos valores e percentuais de participação de cada sócio. **6.4** A presente ata será publicada na forma exigida pela legislação vigente, para fins de possibilitar a oposição de eventuais credores, nos termos do §1º do artigo 1.084 do Código Civil. Transcorrido o prazo legal de 90 dias sem manifestação de oposição, a redução de capital será considerada eficaz e formalizada por meio da correspondente alteração do contrato social. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião de Sócios e lavrada esta Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. SP, 16/06/2025. **Sócio Retirante: Antonio Luiz da Cunha Seabra** - Presidente. **Sócios Remanescentes: Alexandre Shozo Nakamaru** - Secretário / Sócio. **Flávio Fantini Clemente** - Sócio. **Nadja Cristina da Silva Brandão** - Sócia. **Osmar Malavasi** - Sócio.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FOB USP

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 90019/2025

Número do Processo 154.00004218/2025-64

Encontra-se aberto na Faculdade de Odontologia de Bauru - Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, 9-75 - Vila Nova Cidade Universitária - Bauru/SP - CEP 17012-901, e-mail: compras@fob.usp.br, Pregão Eletrônico nº 90019/2025, na modalidade Registro de Preços, destinado à aquisição de Materiais de Copa e Cozinha. A realização da sessão será em 08/07/25 às 09:00 horas no link https://www.gov.br/compras/pt-br

ESTADÃO 150

CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2442

estadaori.estadao.com.br

e|investidor ESTADÃO

Tudo sobre o Tesouro Direto

Um mergulho no investimento mais escolhido entre os brasileiros.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03 | NIRE 35.300.366.727 | Cód. CVM 25860

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2025

Data, Hora e Local: No dia 13/02/2025, às 7:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Jairo Eduardo Loureiro Filho; Secretária: Monica Futami Piccirillo. **Deliberação tomadas por unanimidade: 5.1.** Recomendar a realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária (AGO), cuja proposta de texto ficará à disposição dos acionistas a partir da data de convocação com a finalidade de: (a) alterar e consolidar o Estatuto Social, contemplando (i) a alteração da razão social da Companhia para BRBI BR Partners S.A.; e (ii) alteração da redação do artigo 22(x) do Estatuto Social para estabelecer um valor mínimo equivalente a 5% do Patrimônio Líquido da Companhia como requisito para deliberação do Conselho de Administração em transações que envolvam a (i) a aquisição (por subscrição ou outra forma), transferência (por alienação ou outra forma) de participações societárias; ou (ii) a constituição de ônus, por qualquer forma, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou de direitos decorrentes das referidas participações societárias; e (b) cancelar o plano de ações restritas da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 01/05/2020, pois nenhuma outorga foi realizada sob o Plano desde sua aprovação. **5.2.** Recomendar à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada as seguintes matérias: (a) aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, incluindo o relatório da administração, o parecer do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; e (b) destinar o lucro do exercício findo em 31.12.2024, no valor de R$ 193.669.836,22, na forma abaixo e com os objetivos detalhados a seguir: (i) R$ 9.683.491,81, correspondente a 5% do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$ 45.996.586,10, correspondente a 25,0% do Lucro Líquido ajustado após a destinação para a reserva legal("Lucro Líquido Ajustado"), ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 32 do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), os quais já foram antecipadamente distribuídos e pagos aos Srs. acionistas conforme declarações de dividendos intermediários com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 31/03/2024 no valor total de R$ 31.498.711,20, à conta de reserva de lucros constituída em exercício anterior, e nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30/06/2024 no valor total de R$ 31.498.711,20, à conta de lucros acumulados, deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 09/05/2024 e 08/08/2024, respectivamente; (iii) R$ 121.578.013,17 correspondente a 66,1% do Lucro Líquido Ajustado, ao pagamento dos dividendos adicionais aos Srs. acionistas, sendo que, deste montante, (a) R$ 18.899.226,72, ou R$ 0,06 por ação de emissão da Companhia ou R$ 0,18 por Unit de emissão da Companhia, serão pagos aos Srs. acionistas em até 30 dias a contar da data da AGOE; (b) R$ 17.000.836,30 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intermediários com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30/06/2024 (excluindo o valor imputado ao dividendo mínimo obrigatório descrito no item (b) acima), à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 08/08/2024; (c) R$47.248.066,80 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intercalares com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30/09/2024, à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 07/11/2024; e (d) R$ 38.429.883,35 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. Acionistas conforme declaração de dividendos adicionais com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro semestre findo em 30/06/2024, à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27/11/2024. (iv) R$ 16.411.745,14, correspondente a 8,9% do Lucro Líquido Ajustado, à Reserva de Investimentos prevista no Parágrafo 2º do artigo 32 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o Parágrafo 1º do artigo 32 do Estatuto Social. (c) Fixar em até R$25.000.000,00 o montante global anual para remuneração dos Administradores da Companhia, líquido de encargos sociais. **5.3.** Eleger o Senhor José Flávio Ferreira Ramos para o cargo de diretor financeiro em substituição ao Senhor Marcelo Costa. Dado o crescimento e relevância da área de Treasury, Sales & Structuring do BR Partners Banco de Investimento S.A. (o "Banco"), o Senhor Marcelo Costa passará a se dedicar integralmente a esta linha de negócios. O Senhor Marcelo Costa renunciou ao cargo de diretor financeiro, mas permanece como diretor da Companhia e do Banco. Por sua vez, o diretor eleito, Senhor José Flávio Ferreira Ramos, permanecerá como Diretor Presidente do Banco e membro do Conselho de Administração da Companhia. A presente eleição só se tornará efetiva mediante a assinatura do termo de posse pelo Senhor José Flávio Ferreira em seu respectivo cargo. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 13/02/2025. **7 Assinaturas: Mesa:** Monica Futami Piccirillo – Secretária; Jairo Eduardo Loureiro Filho – Presidente. **Conselho de Administração:** Jairo Eduardo Loureiro Filho – Presidente; José Flávio Ferreira Ramos – Conselheiro; Ricardo Fleury Cavalcanti de Albuquerque Lacerda – Conselheiro; Danilo Degieri Catanucci – Conselheiro; Eduardo Bunker Gentil – Conselheiro Independente; Carla Trematore – Conselheira Independente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 90.338/25-0 em 11/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03 | NIRE 35.300.366.727 | Cód. CVM 25860

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20/03/2025

Data, Hora e Local: 20/03/2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "O Estado de S. Paulo", em 20, 21 e 22/02/2025 (páginas B10, B13 e B5, respectivamente). **Publicações:** As demonstrações financeiras, o relatório da Administração, as notas explicativas, o relatório dos Auditores Independentes e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2024 foram publicados no jornal "O Estado de S. Paulo" (páginas B7 a B15), no dia 13/02/2025. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), foram disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia e na rede mundial de computadores nos websites da Companhia (https://ri.brpartners.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). **Presença:** Presentes representantes de aproximadamente 58,10% do capital social na presente Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia Ordinária**") e 58,07% do capital social na presente Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia Extraordinária**" e, em conjunto com a Assembleia Ordinária, a "**Assembleia**"), conforme (i) lista de acionistas que participaram da Assembleia presencialmente, e (ii) mapa sintético consolidado de voto à distância disponibilizado pela Companhia em 19/03/2025, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pela Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81 ("**Mapa Sintético Consolidado**"). Em atenção ao disposto no artigo 134, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, presentes também o Sr. Vinicius Carmona Cardoso, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, e o Sr. Marcos Portieri, representante legal da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2024 ("**Auditores Independentes**"). **Mesa:** Sr. Jairo Eduardo Loureiro Filho – Presidente; e Sra. Monica Futami Piccirillo – Secretária. **Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, uma vez que são do conhecimento dos acionistas e, ainda, (i) foram postos à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia; (ii) foram colocados à disposição dos senhores acionistas por meio do website da Companhia (https://ri.brpartners.com.br); (iii) foram encaminhados à B3 (www.b3.com.br), em atendimento ao disposto no artigo 124, § 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) foram colocados à disposição dos senhores acionistas no website da CVM (www.cvm.gov.br). Adicionalmente, foi dispensada a leitura do Mapa Sintético Consolidado, o qual ficou à disposição dos acionistas para consulta, nos termos do artigo 48, § 4º, da Resolução CVM 81, e que ficará arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas. **Deliberações da Ordem do Dia:** Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: **8.1 Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar, conforme votos registrados no Mapa Final, sem ressalvas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos Auditores Independentes, nos termos da proposta da administração para a Assembleia ("**Proposta da Administração**"); (ii) aprovar, conforme votos registrados no Mapa Final (definido no item 9 abaixo), sem ressalvas, a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31/12/2024, que compreende a destinação do lucro líquido no montante de R$ 193.669.836,22 ("**Lucro Líquido**"), conforme a seguir e nos termos da Proposta da Administração: (a) R$ 9.683.491,81, correspondente a 5% do Lucro Líquido, à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) R$ 45.996.586,10, correspondente a 25,0% do Lucro Líquido ajustado após a destinação para a reserva legal ("**Lucro Líquido Ajustado**"), ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 32 do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), os quais já foram antecipadamente distribuídos e pagos aos Srs. acionistas conforme declarações de dividendos intermediários com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 31/03/2024 no valor total de R$ 31.498.711,20, à conta de reserva de lucros constituída em exercício anterior, e nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30/06/2024 no valor total de R$ 31.498.711,20, à conta de lucros acumulados, deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 09/05/2024 e 08/08/2024, respectivamente; (c) R$ 121.578.013,17 correspondente a 66,1% do Lucro Líquido Ajustado, ao pagamento dos dividendos adicionais aos Srs. acionistas, sendo que, deste montante, (a) R$ 18.899.226,72, ou R$ 0,06 por ação de emissão da Companhia ou R$ 0,18 por Unit de emissão da Companhia, serão pagos aos Srs. acionistas em até 30 dias a contar da data da AGOE; (b) R$ 17.000.836,30 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intermediários com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30/06/2024 (excluindo o valor imputado ao dividendo mínimo obrigatório descrito no item (b) acima), à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 08/08/2024; (c) R$47.248.066,80 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. acionistas conforme declaração de dividendos intercalares com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao trimestre findo em 30/09/2024, à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 07/11/2024; e (d) R$ 38.429.883,35 foram antecipadamente declarados e pagos aos Srs. Acionistas conforme declaração de dividendos adicionais com base nas demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro semestre findo em 30/06/2024, à conta de lucros acumulados, deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27/11/2024. (d) R$ 16.411.745,14, correspondente a 8,9% do Lucro Líquido Ajustado, à Reserva de Investimentos prevista no § 2º do artigo 32 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e com o § 1º do artigo 32 do Estatuto Social. (iii) aprovar conforme votos registrados no Mapa Final (definido no item 9 abaixo), sem ressalvas, a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025, no montante de até R$25.000.000,00, sendo (i) R$14.150.000,00 referentes ao Conselho de Administração; e (ii) R$10.850.000,00 referentes à Diretoria, nos termos da Proposta da Administração. **8.2 Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovar conforme votos registrados no Mapa Final (definido no item 9 abaixo), sem ressalvas, a alteração e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), contemplando (a) a alteração da razão social da Companhia para BRBI BR Partners S.A.; e (b) a alteração do artigo 22(x) do Estatuto Social da Companhia para estabelecer um valor mínimo equivalente a 5% do Patrimônio Líquido da Companhia como requisito para deliberação do Conselho de Administração em transações que envolvam a aquisição, transferência ou constituição de ônus de participações societárias, bem como a assinatura de acordos de acionistas relativos a tais participações societárias. (ii) aprovar conforme votos registrados no Mapa Final (definido no item 9 abaixo), sem ressalvas, o cancelamento do Plano de Ações Restritas da Companhia. 8.2.1. Consignar que, com as alterações ora aprovadas, passa a vigorar o Estatuto Social conforme redação constante do **Anexo I**. **Mapa de Votação:** Em atendimento ao artigo 22, § 4º, da Resolução da CVM nº 80, de 29/03/2022, conforme alterada, bem como ao artigo 48, § 6º, da Resolução CVM 81, o mapa final de votação resumido ("**Mapa Final**") indica quantas aprovações, rejeições e abstenções cada deliberação recebeu, bem como o número de votos conferido a cada candidato na eleição para o Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 20/03/2025. **Mesa:** Presidente: Sr. Jairo Eduardo Loureiro Filho; Secretária: Sra. Monica Futami Piccirillo. São Paulo, 20/03/2025. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 137.796/25-0 em 25/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Liberty Mutual INSURANCE

Liberty Mutual Surety Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 58.138.452/0001-14 - NIRE 35265485443

2ª Alteração do Contrato Social e Instrumento de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado

Por este instrumento privado, as seguintes partes: **I. Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda.**, sociedade limitada constituída e existente sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 19º andar, Conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, Brasil, CEP 04711-130, inscrita no CNPJ/MF nº 57.970.166/0001-79, neste ato representada por seus administradores, Sr. **Wellington Rosa dos Santos**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.879.513-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 291.232.418-10, e Sr. **Maximilian Zanelato Bordin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.097-1 e inscrito no CPF/MF sob nº 297.001.718-91, ambos com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1240, 19º andar, conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, Brasil, CEP 04711-130 ("Liberty Holdings"), e **II. Liberty Mutual Latin Holdings LLC**, sociedade constituída e existente sob as leis do Estado de Massachusetts, Estados Unidos da América, com sede em Berkeley Street, nº 175, Boston, Massachusetts, 02116, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.753.597/0001-78, representada por seu procurador, Sr. **Wellington Rosa dos Santos**, acima qualificado, ("LMLH" e, juntamente com a Liberty Holdings, "Sócios"). Como Sócios representantes da totalidade das quotas da **Liberty Mutual Surety Brasil Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, 19º andar, conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, CEP 04711-130, cidade de São Paulo e estado de São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.138.452/0001-14 ("Sociedade") e com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, registrado sob o NIRE nº 35265485443 ("Contrato Social"). **Resolvem**, por acordo mútuo, alterar o Contrato Social da Sociedade para: (i) transformar o tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado; (ii) alterar o objeto social da Sociedade; (iii) alterar a razão social da Sociedade; (iv) aprovar a conversão de quotas em ações; (v) eleger os membros da Diretoria; (vi) aprovar o Estatuto Social da Companhia, e (vii) aprovar os locais onde as publicações da Sociedade serão feitas, de acordo com os seguintes termos e condições: **I. Transformação do Tipo Societário da Sociedade para Sociedade por Ações de Capital Fechado:** 1.1. Os Sócios, nos termos do art. 220 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos arts. 1.113 a 1.115 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), aprovam, por unanimidade e sem reservas, a transformação da Sociedade de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, sem dissolução de seus assuntos societários, modificação dos direitos dos potenciais credores, nem alteração de sua personalidade jurídica, mantendo-se inalterado o seu patrimônio ("Transformação"). Após a Transformação da Sociedade, esta será tratada como "Companhia" e os Sócios serão tratados como "Acionistas". **II. Alteração do Objeto Social da Companhia:** 2.1. Em decorrência da Transformação, os Acionistas aprovam a alteração do objeto social da Companhia, que passará a abranger as atividades de atuação no mercado de seguros de danos no Brasil; a realização de atividades suporte ao funcionamento de sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais; a prestação de serviços técnicos diretamente associados às operações de resseguro e retrocessão, e a participação em quaisquer outras sociedades no Brasil em geral. 2.2. Tendo em vista o acima, o Artigo 3º do Estatuto Social, conforme indicado no **Anexo II**, deverá ser lido da seguinte forma: "*Artigo 3º - O objeto social da Companhia consiste em (i) atuar no mercado de seguros de danos; (ii) realizar atividades de suporte ao funcionamento de sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais; (iii) prestar serviços técnicos diretamente associados às operações de resseguro e retrocessão; e (iv) deter participação no capital social de outras sociedades no Brasil, na qualidade de sócio ou acionista, conforme legislação aplicável*". **III. Alteração da Razão Social da Companhia:** 3.1. Em decorrência da Transformação, os Acionistas aprovam a mudança da razão social da Companhia de "*Liberty Mutual Surety Brasil Ltda.*" para "*Liberty Mutual Surety Brasil S.A.*" **IV. Conversão de Quotas em Ações:** 4.1. Em decorrência da Transformação, os Acionistas aprovam, por unanimidade e sem reservas, a conversão de 61.500.000 (sessenta e um milhões e quinhentas mil) quotas, integralmente subscritas e integralizadas, em 61.500.000 (sessenta e um milhões e quinhentas mil) ações nominativas, ordinárias e sem valor nominal, na proporção de 1:1, ou seja, cada quota atual é aqui convertida e representará uma ação ordinária de emissão da Companhia, que serão distribuídas entre os Acionistas da seguinte forma:

Acionista	Nº de Ações	Proporção (%)
Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda.	61.499.999	99,999999%
Liberty Mutual Latin Holdings LLC	1	0,000001%
Total	61.500.000	100%

V. Composição da Diretoria: 5.1. Em razão da Transformação da Companhia, os Acionistas deliberam, por unanimidade e sem reservas, que a Companhia será administrada por uma Diretoria. 5.2. A Diretoria deverá ser composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida reeleição, eleitos pela Assembleia Geral e por esta destituíveis a qualquer tempo, os quais poderão residir e ser domiciliados no país ou no exterior, conforme permitido pela legislação e regulamentação aplicáveis. 5.3. Os Acionistas aprovam, por unanimidade e sem ressalvas, a eleição dos seguintes indivíduos como Diretores da Companhia, para o mandato de 3 (três) anos, contados desta data, bem como a designação de suas respectivas funções regulatórias: (i) Sr. **Wellington Rosa dos Santos**, brasileiro, casado, Securitário, portador do RG de nº 30.879.513-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 291.232.418-10, residente e domiciliado na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, 19º andar, conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, CEP 04711-130, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, como Diretor Presidente, que acumulará as funções regulatórias do diretor responsável pelas relações com a SUSEP (Circular SUSEP nº 700/2024), diretor responsável técnico (Resolução CNSP nº 432/2021), diretor responsável pela política institucional de conduta (Resolução CNSP nº 382/2020), e diretor responsável pelo registro de operações de seguros (Resolução CNSP nº 383/2020); (ii) Sr. **Maximilian Zanelato Bordin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG de nº 25.465.097-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.001.718-91, residente e domiciliado na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, 19º andar, conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, CEP 04711-130, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, como Diretor Financeiro, que acumulará as funções regulatórias de diretor responsável administrativo-financeiro (Circular SUSEP nº 700/2024), diretor de contabilidade (Resolução CNSP nº 432/2021), e diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros (Resolução CNSP nº 431/2021); e (iii) Sra. **Vanessa Toma Maeda**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG de nº 27.331.873-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 272.793.538-27, residente e domiciliada na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, 19º andar, conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, CEP 04711-130, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, como Diretora de Compliance e Controles Internos, que acumulará as funções regulatórias de diretora de controles internos (Resolução CNSP nº 416/2021), diretora responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e Circular SUSEP nº 612/2020). 5.4. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em razão de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as regras de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou em razão de pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou à atividade comercial, não podendo, portanto, estarem envolvidos em qualquer crime previsto em lei que os impeçam de exercer atividade comercial, estando cientes dos requisitos previstos nos arts. 44 e 45 da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e no art. 147 da Lei das S.A. 5.5. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes nos **Anexo I.1 a I.3**, os quais ficarão arquivados nos livros societários da Companhia. **VI. Estatuto Social:** 6.1. Em decorrência das deliberações acima, os Acionistas aprovam o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no **Anexo II** ("Estatuto Social"), que regerá a Companhia a partir desta data. 6.2. Os Acionistas outorgam aos Diretores da Companhia todos os poderes necessários para formalizar a Transformação junto às autoridades governamentais competentes, confiando-lhes também quaisquer outras providências necessárias, para fins do processo do processo de homologação da SUSEP. **VII. Publicações:** 7.1. Os Acionistas decidem, por unanimidade e sem reservas, que o jornal de grande circulação a ser utilizado para publicações, quando necessário, será o jornal Valor Econômico, nos termos do §3º do art. 289 da Lei das S.A. Portanto, as partes assinam o presente termo eletronicamente, que, após arquivamento na Junta Comercial, produzirá seus efeitos jurídicos. São Paulo, 6 de janeiro 2025. **Acionistas: Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda.:** Por: **Wellington Rosa dos Santos** - Cargo: Diretor - CPF/MF: 291.232.418-10; Por: **Maximilian Zanelato Bordin** - Cargo: Diretor - CPF/MF: 297.001.718-91. **Liberty Mutual Latin Holdings LLC.:** Por: **Wellington Rosa dos Santos** - Cargo: Procurador - CPF/MF: 291.232.418-10. **Advogada: Camila Leal Calais** - OAB/SP: 171.673. **JUCESP/NIRE S/A** nº 3530066802-0 em 29/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **JUCESP** nº 175.635/25-0 em 29/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Anexo II - Da 2ª Alteração do Contrato Social e Instrumento de Transformação de Sociedade Limitada em Sociedade por Ações de Capital Fechado da Liberty Mutual Surety Brasil Ltda., de 6 de Janeiro de 2025 - Liberty Mutual Surety Brasil S.A.** - CNPJ/MF nº 58.138.452/0001-14 - NIRE [em obtenção] **- Estatuto Social da Liberty Mutual Surety Brasil S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração - Artigo 1º** - A Liberty Mutual Surety Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede, foro e domicílio na Avenida Doutor Chucri Zaidan, nº 1.240, 19º andar, conjuntos 1901 e 1903, Vila Cordeiro, CEP 04711-130, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pode abrir e encerrar filiais em qualquer localidade, observada a legislação aplicável. **Artigo 3º** - O objeto social da Companhia consiste em: (i) atuar no mercado de seguros de danos; (ii) realizar atividades de suporte ao funcionamento de sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais; (iii) prestar serviços técnicos diretamente associados a operações de resseguro e retrocessão; e (iv) deter participação no capital social de outras sociedades no Brasil, na qualidade de sócia ou acionista, conforme legislação aplicável. **Artigo 4º** - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R$ 61.500.000,00 (sessenta e um milhões e quinhentos mil reais), integralmente subscrito e integralizado, dividido em 61.500.000 (sessenta e um milhões e quinhentas mil) ações, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º** - O titular de cada ação terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo 7º** - As ações serão registradas no livro de registros de ações da Companhia. **Capítulo III - Assembleias Gerais - Artigo 8º** - As Assembleias Gerais Ordinárias serão realizadas no prazo exigido na legislação em vigor e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim as exigirem. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral será convocada por iniciativa de qualquer dos Diretores, do Conselho Fiscal, se instalado, ou dos acionistas, de acordo com o que dispõe a legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro** - Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social, considerar-se-á validamente instalada a Assembleia Geral em que estejam presentes todos os acionistas. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com acionista(s) que represente(m), no mínimo, ¼ (um quarto) do capital votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 10** - As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer diretor, que convidará qualquer um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Único** - O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto, sob pena de responsabilidade pessoal. **Artigo 11** - As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas pela maioria absoluta dos acionistas detentores do capital votante, salvo quando um quórum superior for exigido pela lei aplicável ou por este Estatuto Social. **Artigo 12** - Além das matérias previstas na Lei das S.A., as seguintes matérias deverão ser objeto de aprovação prévia pela Assembleia Geral: (a) qualquer mudança no objeto social da Companhia; (b) alteração da denominação social da Companhia; (c) a nomeação, destituição e substituição dos diretores; (d) qualquer alteração na estrutura e/ou funções dos diretores; (e) aquisição ou alienação de ativos imobiliários para a Companhia ou de propriedade dela, ou a criação de qualquer ônus sobre tais ativos; (f) o aumento ou redução do capital social da Companhia, assim como: (i) a outorga de quaisquer opções sobre o capital social da Companhia (com relação às ações emitidas ou a serem emitidas); (ii) alocação ou emissão de novas ações ou quaisquer direitos de subscrição de ações ou títulos conversíveis; (iii) a alteração ou variação de qualquer dos direitos, preferências ou vantagens inerentes a qualquer uma das ações, assim como a criação de uma nova classe de ações; ou (iv) o resgate, amortização ou recompra de quaisquer ações, ou qualquer recapitalização, reclassificação, desdobramento de ações, dividendo em ações, agrupamento, combinação ou mudança semelhante à capitalização da Companhia; ou (v) o registro da Companhia como companhia aberta e a realização de qualquer oferta pública inicial de ações ou títulos, em qualquer caso; (g) criação de reservas estatutárias ou outros tipos de reservas da Companhia que não sejam legalmente obrigatórias; e (h) adoção de política de participação nos lucros, opção de compra de ações ou política similar. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Artigo 13** - A administração da Companhia compete à Diretoria, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria: Artigo 14** - A Diretoria será composta de, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, eleitos pela Assembleia Geral e por esta destituíveis a qualquer tempo, os quais poderão residir e ser domiciliados no país ou no exterior, conforme permitido pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral nomeará 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Compliance e Controles Internos e os demais diretores. **Artigo 15** - O prazo de mandato da Diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos diretores. **Artigo 16** - A investidura no cargo de diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de atas de reuniões da Diretoria, independentemente de caução. **Artigo 17** - Nos impedimentos ou ausências temporárias do Diretor Presidente, este designará dentre os demais diretores (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos) o seu substituto. Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer outro diretor, competirá à Diretoria indicar, entre os diretores (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos), um substituto que acumulará interinamente as funções do diretor ausente ou impedido. **Parágrafo Primeiro** - Ocorrendo vacância de algum membro da Diretoria, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste Artigo 17, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo pela primeira Assembleia Geral que se realizar. **Parágrafo Segundo** - Caso o número de diretores se torne inferior a três, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para provimento do cargo vago. **Parágrafo Terceiro** - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **Artigo 18** - Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, observadas as regras de representação previstas neste Estatuto Social, os diretores ficam investidos de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste Estatuto. **Artigo 19** - Compete à Diretoria: (a) apresentar à Assembleia Geral o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao Conselho Fiscal, se instalado; (b) agir em conformidade com a orientação geral dos negócios sociais da Companhia; (c) aprovar e/ou acompanhar, conforme exigido pela regulamentação vigente, operações entre a Companhia e quaisquer partes relacionadas; e (d) respeitar e fazer cumprir o Estatuto Social. **Artigo 20** - Compete ao Diretor de Compliance e Controles Internos ser responsável pelos controles internos da Companhia, nos termos da regulamentação vigente emitida pelo CNSP e pela SUSEP. **Parágrafo Primeiro** - O Diretor de Compliance e Controles Internos poderá reunir-se, sempre que considerar necessário, com o Diretor Presidente da Companhia, sem a presença dos demais diretores. **Parágrafo Segundo** - O Diretor de Compliance e Controles Internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança da Companhia, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio. **Artigo 21** - A Companhia será representada da seguinte forma: (a) conjuntamente por dois diretores, exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos; (b) conjuntamente por um diretor (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos) e por um procurador, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato; (c) conjuntamente por dois procuradores, de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; ou (d) isoladamente, por qualquer dos diretores (exceto o Diretor de Compliance e Controles Internos) ou por um procurador, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato, em qualquer dos casos, apenas para a realização dos seguintes atos: (i) para firmar contratos de bens e serviços ligados ao objeto social da Companhia, correspondências, apólices, endossos e aditivos, e atos necessários ao seu funcionamento regular e de rotina, dentro das funções que lhe foram atribuídas ou outorgada; (ii) para representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, e arbitrais; e (iii) para representação da Companhia em concorrências públicas. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia deverá ser representada na forma prevista no item "a" supra, no caso de nomeação de procuradores. **Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá ser representada perante instituições bancárias nas formas previstas nos itens "a", "b", ou "c" supra. **Parágrafo Terceiro** - Os instrumentos de procuração deverão ser firmados de acordo com o Artigo 21 ou na forma distinta aprovada pelos acionistas que representem a maioria do capital social, deverão conter poderes específicos, e deverão conter prazo de validade fixo, exceto as procurações outorgadas para representar a Companhia perante instituições bancárias, e em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ter prazo indeterminado e ser substabelecidas com reserva de poderes. **Artigo 22** - A Diretoria poderá reunir-se sempre que necessário no interesse da Companhia, conforme requerimento de qualquer diretor da Companhia. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente ou, em sua ausência, por qualquer outro diretor indicado por maioria de votos. O presidente das reuniões da Diretoria designará o secretário da reunião. **Parágrafo Segundo** - As reuniões da Diretoria serão validamente instaladas, com a presença de diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria. **Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio. **Seção II - Conselho Fiscal - Artigo 23** - A Companhia poderá, mas não necessita, ter um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos, residentes no país, com as qualificações exigidas pela lei. **Artigo 24** - O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, a pedido de acionistas, feito na forma da lei, ocasião em que serão eleitos seus membros para o período compreendido entre sua instalação e a primeira Assembleia Geral que se realizar, observando-se, na sua constituição, as prescrições legais relativas aos direitos dos titulares de ações ordinárias. **Artigo 25** - O funcionamento, a competência, os deveres e as responsabilidades dos conselheiros fiscais observarão o disposto na legislação vigente. **Artigo 26** - Os membros do Conselho Fiscal, quando no exercício de suas funções, perceberão a remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros - Artigo 27** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Companhia, na forma da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo** - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos relativos aos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto na Lei das S.A. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá, ainda, declarar dividendos intermediários de lucros acumulados ou reservas de lucros apurados no último balanço patrimonial anual ou semestral. **Parágrafo Quarto** - Observados os limites legais, a Diretoria, se aprovada em Assembleia Geral, poderá declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, com base na legislação aplicável. **Parágrafo Quinto** - Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados serão sempre considerados em razão do dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 28 abaixo. **Artigo 28** - Dos resultados apurados, antes de qualquer distribuição, serão deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. O lucro remanescente será repartido do seguinte modo: (a) 5% (cinco por cento) para constituir reserva legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, a título de distribuição aos acionistas do dividendo obrigatório; e (c) o saldo remanescente, se houver, será alocado conforme deliberado em Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Poderá ser distribuído dividendo inferior ao obrigatório ou retido todo o lucro líquido, se assim a Assembleia Geral determinar, em conformidade com a legislação aplicável. **Capítulo VI - Liquidação - Artigo 29** - A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos contemplados pela lei aplicável. A Assembleia Geral poderá estabelecer a forma de liquidação, nomear o liquidante ou liquidantes e aprovar sua remuneração e, a pedido dos acionistas, de acordo com a Lei das S.A., solicitar a instalação do Conselho Fiscal durante o período de liquidação, observadas as formalidades legais. **Capítulo VII - Disposições Gerais - Artigo 30** - Quaisquer omissões neste Estatuto Social serão resolvidas em Assembleia Geral e regidas de acordo com a Lei das S.A. **Capítulo VIII - Lei Aplicável e Resolução de Disputas - Artigo 31** - Este Estatuto será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil, independentemente de conflitos de disposições legais. **Artigo 32** - Os acionistas elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir toda e qualquer questão, disputa ou controvérsia oriunda deste Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. São Paulo, 6 de janeiro de 2025. **Acionistas: Liberty Mutual Brasil Holdings Ltda.**: Por: **Wellington Rosa dos Santos** - Cargo: Diretor - CPF/MF: 291.232.418-10; Por: **Maximilian Zanelato Bordin** - Cargo: Diretor - CPF/MF: 297.001.718-91. **Liberty Mutual Latin Holdings LLC**: Por: **Wellington Rosa dos Santos** - Cargo: Procurador - CPF/MF: 291.232.418-10. **Advogada: Camila Leal Calais** - OAB/SP: 171.673.

Bebidas **Mercado de cervejas**

Skol vende menos e impacta ganho trimestral da Ambev

Reverter desempenho fraco de marca que já foi líder de mercado vira prioridade de nova gestão, que deve investir em mais publicidade

JULIA PESTANA

O início de 2025 "desceu quadrado" para a Skol. Depois de um 2024 de desempenho fraco, uma das marcas de cerveja mais emblemáticas da Ambev voltou a perder fôlego e foi citada pela companhia como um dos entraves no desempenho do segmento "core", a categoria que mais reverte vendas para a empresa. Agora, a recuperação da Skol, que já liderou o mercado nacional de cervejas com folga, virou uma das prioridades da nova gestão.

Recém-chegado ao comando da Ambev, o presidente Carlos Lisboa disse que a Skol teve desempenho abaixo do esperado no primeiro trimestre e foi o principal fator por trás da queda de volume no segmento de cerveja, mesmo com o bom desempenho de Brahma, Antarctica e Bohemia. A empresa não divulgou os resultados por marcas ou do segmento como um todo.

A Skol cresceu entre 2019 e 2023, mas começou a perder fôlego no ano passado diante de um mercado dividido entre preço baixo e busca por produtos premium. "Reconhecemos que 2024 não foi um ótimo ano para a Skol e vamos tratar isso como uma prioridade daqui para frente", disse Lisboa.

Para ele, embora diversas ações comerciais tenham funcionado bem para Brahma e Antarctica, não surtiram o mesmo efeito para a Skol. Agora, a empresa busca reconectar a marca com os consumidores, especialmente nas faixas mais populares do mercado, com novas campanhas de publicidade. "Não haverá, porém, uma reversão completa do desempenho da Skol de um trimestre para o outro."

A perda de fôlego da Skol ocorre num momento em que o setor de cervejas passa por uma transformação. O antigo poder de precificação da Ambev, que por anos garantiu à empresa margens robustas, tem perdido força por mudanças nos hábitos de consumo e por uma concorrência cada vez mais agressiva.

'CORAÇÃO' DO NEGÓCIO. Nos últimos anos, a Ambev apostou na diversificação do portfólio, com prioridade especial ao segmento premium. A estratégia mostrou resultados: marcas como Budweiser, Spaten, Stella Artois e Corona ganharam espaço, com formatos que vão além da tradicional garrafa de 600 ml no bar. Agora, sob o comando de Lisboa, a companhia quer também revigorar o "coração" do negócio, e isso inclui necessariamente a Skol. O segmento core representa cerca de 70% dos volumes totais de cerveja da empresa.

TASSO MARCELO/ESTADÃO- 18/10/2011



Trabalhador em fábrica da Ambev em Piraí (RJ): maior concorrência

Fôlego

R$ 4,2 bilhões

foi o resultado operacional (Ebtida) ajustado da Ambev no primeiro trimestre deste ano, o que representou um aumento de 10,5% em relação ao primeiro trimestre de 2024, com uma margem de 34,8% alcançada no período

Apesar do tropeço da Skol, a operação brasileira como um todo teve desempenho sólido no primeiro trimestre. O volume total de cerveja vendido teve alta anual de 1,4%, a receita líquida avançou 4,6% e o Ebitda (resultado operacional) ajustado cresceu 10,5%, atingindo R$ 4,26 bilhões, com margem de 34,8%. Os resultados foram impulsionados, em parte, pelas vendas no carnaval, um dos períodos comerciais mais importantes da companhia.

O analista do BTG Pactual, Thiago Duarte, diz que a expansão do portfólio da Ambev foi bem-sucedida, mas que há pouco espaço para novas extensões. No caso da Skol, a questão não está na fórmula ou no produto, e sim na comunicação. Lisboa já reconheceu que a marca não recebeu os investimentos e ferramentas de marketing necessários, e que isso está mudando.

A Ambev voltou a apostar na identidade histórica da Skol, destacando atributos como leveza e refrescância. Uma nova campanha na TV reforça a ideia de que a Skol é "redonda" e ideal para momentos descontraídos, como praia e festas, em contraste com as "cervejas quadradas", mais amargas – uma cutucada clara na rival Heineken, principal ameaça da Ambev no segmento de maior valor agregado.

A tentativa, contudo, não é simples. Duarte, do BTG, vê com bons olhos o esforço de recuperar o apelo da marca que já foi dominante, mas vê obstáculos, como a concorrência da dona da Itaipava, a Petrópolis, que chegou a pedir recuperação judicial e a reverteu para um plano de reestruturação extrajudicial. ●

Heineken tem novo ganho de participação

A Heineken voltou a avançar e ganhou participação no mercado de cervejas após resolver gargalos produtivos, crescendo em volume e receita mais rapidamente que a Ambev. Em paralelo, a Brahma, outro rótulo core da Ambev, conseguiu manter valor de marca mais estável, o que é atribuído a uma comunicação mais consistente e extensões de linha bem-sucedidas.

Thiago Duarte, analista do BTG se diz cético quanto à capacidade de a Ambev replicar na Skol o que fez com a Brahma. "Construir uma marca é um jogo de longo prazo, e só será vitorioso se o rótulo conseguir construir uma preferência maior do que sua participação de mercado. Acreditamos que foi o caso da Brahma, mas não achamos que seja o caso da Skol hoje."

Neste cenário, somado à pressão de custos com commodities e à volatilidade cambial, O presidente da Ambev, Carlos Lisboa diz que a estratégia de preços da companhia será um dos principais fatores para sustentar as margens ao longo de 2025. "Uma coisa não mudou: o Brasil continua sendo um mercado altamente competitivo. Mas, historicamente, a Ambev tem três das cinco marcas mais fortes do País."

O BTG mantém recomendação neutra para as ações da Ambev, citando desaceleração de volumes e possível inversão nos custos, com tendência de alta nas commodities e n câmbio. "Como o competidor dominante numa indústria madura, o potencial de longo prazo dos ganhos da Ambev depende essencialmente de manter um poder de precificação sustentável." ● JULIA PESTANA

COLUNA FIABCI-BRASIL



INFORME PUBLICITÁRIO

SÃO PAULO, 24/06/2025

Empreendimento brasileiro recebe prêmio internacional de excelência imobiliária

O EZ Parque da Cidade, da Eztec, foi agraciado com um importante reconhecimento internacional: o prêmio Silver Winner na edição 2025 do World Prix d'Excellence, considerado o mais prestigioso prêmio global do setor imobiliário. A conquista foi anunciada no último dia 12 de junho, durante o 75º Congresso Mundial da FIABCI Internacional, em Lagos, na Nigéria, e consagrou o projeto na categoria Residential High Rise, voltada a edifícios residenciais de grande porte.

Organizado pela FIABCI (Federação Internacional Imobiliária), o prêmio celebra empreendimentos de destaque no mundo todo, reconhecendo aqueles que demonstram excelência em planejamento urbano, inovação arquitetônica, sustentabilidade e impacto positivo no entorno. Em 2024, o EZ Parque da Cidade foi eleito o melhor residencial do Brasil no Prêmio Master Imobiliário, o que o credenciou para disputar o reconhecimento internacional.

O projeto é notável por diversos aspectos. Trata-se do primeiro empreendimento na América do Sul concebido em parceria com o renomado escritório holandês UNStudio, referência mundial em inovação arquitetônica. Um dos diferenciais do EZ Parque da Cidade é sua forte ênfase em sustentabilidade, o que lhe garantiu a certificação ACQUA-HQE (Alta Qualidade Ambiental). Entre as soluções estão sistemas de eficiência hídrica e energética, gestão de resíduos com coleta a vácuo, e contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.



EZ Parque da Cidade, da Eztec, foi premiado no World Prix d'Excellence – principal prêmio do setor em nível global, realizado anualmente pela FIABCI

Outro destaque do projeto é seu conceito arquitetônico exclusivo: o empreendimento conta com um núcleo giratório, inspirado em um cata-vento, que representa um marco em termos de engenharia e design. Essa solução permite que os apartamentos girem em torno do eixo central das torres, oferecendo vistas panorâmicas diferenciadas e distintas perspectivas do skyline paulistano — um diferencial que contribuiu para seu reconhecimento.

"Receber esse prêmio é uma validação internacional da nossa busca por qualidade e inovação. O EZ Parque da Cidade é uma joia da arquitetura e representa nosso compromisso com empreendimentos que transformam a vida das pessoas e o cenário urbano de São Paulo", afirma Marcelo Ernesto Zarzur, Diretor Vice-Presidente da Eztec.

Esta é a segunda vez que a Eztec é reconhecida pelo World Prix d'Excellence. A primeira foi em 2018, na categoria Comercial, com o EZ Towers.



Coluna publicada às terças-feiras sob responsabilidade da FIABCI-BRASIL (Federação Internacional Imobiliária); Tel (11) 5079-7778 - www.fiabci.com.br - Produção gráfica: Publicidade Archote

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária - Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes de Cargas em Geral e Urbano de Passageiros de Araçatuba (SINCOVER), pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o CNPJ 55.752.851/0001-82, com sede à Rua Cândido Portinari, nº 966, Jardim Nova York, Cep 16018-220, Araçatuba-SP, por seu presidente, nos termos do artigo 18º, I, "e", do Estatuto Social em vigência. Convoca a todos os associados do sindicato quites com os cofres da entidade para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de junho de 2025, em primeira chamada as 08:30 horas e segunda chamada as 09:00 horas, conforme quórum estatutário, na sede da entidade no endereço supra para a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e eventual aprovação da ata da assembleia anterior; b) Tomar e julgar as contas do exercício financeiro de 2024 apresentadas pela diretoria executiva, com o parecer do conselho fiscal do sindicato; c) Pronunciar sobre o relatório das atividades do exercício 2024 elaborado pela diretoria executiva. Este edital será fixado na sede da entidade e publicado em jornal de grande circulação na base territorial. Araçatuba-SP, 24 de junho de 2025. Bruno Arantes - Presidente

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 021.12/2023-CP – A Secretaria de Infraestrutura torna público o extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 021.12/2023-01, decorrente da Concorrência Pública Nº 021.12/2023-CP, que tem como **OBJETO** a Contratação de empresa de engenharia para a construção do Centro Civil Social do Município de Itapipoca – CE PRODESA. **CONTRATANTE:** Secretaria de Infraestrutura. **CONTRATADO(A): CONSTRUTORA IMPACTO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. ADITIVO VALOR: Valor Acrescido em R$ 941.341,33** (Novecentos e Quarenta e Um Mil Trezentos e Quarenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) - **Correspondente a 7% (sete por cento) do valor inicial contratado. FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. **ASSINA PELO(A) CONTRATADO(A):** CONSTRUTORA IMPACTO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Antônio Vitor Nobre de Lima.

SINDICATO RURAL DE TAMBAÚ

C.N.P.J. nº 46.669.941/0001-13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato Rural de Tambaú, na forma do seu Estatuto Social e das Portarias MTE 3.472 de 4 de outubro de 2023 e Portaria 1.342 de 8 de agosto de 2024, convoca a categoria econômica dos empresários, empregadores ou produtores rurais, pessoa física ou jurídica que empreende atividade econômica rural, proprietário ou não, mesmo em regime de economia familiar, nos termos do Decreto 1.166/71, dos municípios de Tambaú e Santa Cruz das Palmeiras, para a Assembleia Geral de ratificação de fundação do Sindicato Rural de Tambaú e extensão de base territorial para o município de Santa Cruz das Palmeiras, a ser realizada na sede social do Sindicato, sita na Rua João Godoy, 126, Tambaú-SP - CEP-13710-000, no **dia 22 de julho de 2025**, às 14h00, em primeira convocação. Não havendo número legal de associados presentes, ficam convocados para a segunda convocação, que se realizará às 15h00, com qualquer número de associados para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Ratificação de Fundação do Sindicato Rural de Tambaú; b) Deliberação e votação de extensão de base territorial com abrangência de representação para o município de Santa Cruz das Palmeiras; c) Alteração do Estatuto Social; d) Eleição e posse da diretoria, Conselho Fiscal e respectivos Suplentes; e) Ratificação da filiação à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo e à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Tambaú-SP, 23 de junho de 2025

OTAVIO CAMAROTE JUNIOR

Presidente do Sindicato

PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 46.559.987/0001-80 - NIRE 35300617321

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Abril de 2025

1. **Data, Horário e Local:** 24 de abril de 2025, às 09:00 horas, na sede social de Porto Assistência Participações S.A. ("Companhia"), no município de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar/parte, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), em virtude da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Sebastião da Silva; Secretário: Sr. Pedro Vitor Dias Trindade. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2023; e (ii) a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 09 de janeiro de 2024. **5. Deliberações:** Os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem ressalvas, decidiram: (i) Rerratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2023, arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 027.406/24-6, em sessão de 22 de janeiro de 2024, tão somente para retificar a equivocada indicação como acionista e signatária de Porto Seguro S.A. (CNPJ nº 02.149.205/0001-69) para a correta indicação de Porto Serviço S.A. (CNPJ nº 51.430.503/0001-38). As deliberações e demais determinações constantes da Ata de Assembleia Geral permanecem inalteradas e são, neste ato, ratificadas. (ii) Rerratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 09 de janeiro de 2024, arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 091.572/24-1, em sessão de 05 de março de 2024, tão somente para retificar a equivocada indicação como acionista e como signatária de Porto Seguro S.A. (CNPJ nº 02.149.205/0001-69) para a correta indicação Porto Serviço S.A. (CNPJ nº 51.430.503/0001-38). As deliberações e demais determinações constantes da Ata de Assembleia Geral permanecem inalteradas e são, neste ato, ratificadas. **6. Encerramento:** Encerradas as discussões, o Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada em livro próprio. São Paulo, 24 de abril de 2025. **Mesa: Marcelo Sebastião da Silva** - Presidente da Mesa; **Pedro Vitor Dias Trindade** - Secretário da Mesa. **Acionistas: Porto Serviço S.A.** p. Marcelo Sebastião da Silva e Pedro Vitor Dias Trindade. **BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** p. BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. p. Felipe Andreu e Felipe Giannatasio. **JUCESP** nº 175.281/25-7 em 29/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO CBAt -CNPJ: 29.983.798/0001-10

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL- EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Atletismo - CBAt, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelecem os Artigos 36 e 40 do Estatuto da CBAt em vigor, CONVOCA os Senhores Membros integrantes da Assembleia Geral da entidade, abaixo nominados, para participarem de REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada de forma virtual, no dia 22 de agosto de 2025, às 09h00 horas, através da plataforma Microsoft Teams. A Assembleia será instalada, em primeira convocação às 9h00 horas com a presença da maioria absoluta dos seus membros e, em segunda convocação às 10h00 horas, para deliberar com o quórum exigido estatutariamente para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: a) Eleições suplementares às eleições ocorridas em 23 de março de 2025, para preenchimentos dos cargos vacantes: 01 atleta ou ex-atleta medalhista olímpico para compor o Conselho de Administração 01 membro suplente para compor o Conselho Fiscal; 01 membro efetivo para compor o Conselho de Ética; 02 membros suplentes para compor o Conselho de Ética, devendo obrigatoriamente 01 membro ser do gênero feminino conforme prevê art. 58 §3º do estatuto CBAt. As eleições, mencionadas nas alíneas a) serão conduzidas pela Comissão Eleitoral abaixo nomeada, à qual caberá decidir todas as questões referentes ao pleito a ser realizado na Assembleia Geral Extraordinária acima descrita, em conformidade com o Inciso I do § 2º do Artigo 16 do Estatuto da CBAt e com o Artigo 22, Inciso VI, da Lei nº 9.615/98. Comissão Eleitoral: Guilherme Kurtz; Magnólia Figueiredo; Oswaldo Fernandes Neto. Em atenção ao que rege o Estatuto CBAt no art 16: Período de Registro das Candidaturas - (25 dias) De 24/06/2025 (terça-feira) a 18/07/2025 (sexta). Início do Registro de Candidaturas: Abertura do prazo de inscrições. As candidaturas devem ser formalizadas via e-mail eleicoes@cbat.org.br com toda a documentação exigida. Homologação das Candidaturas - (05 dias) De 19/07/2025 (sábado) a 23/07/2025 (quarta-feira). A Comissão Eleitoral analisará e homologará as candidaturas, divulgando a lista provisória dos candidatos aptos a concorrer. Período de Recursos - Art 16, IV - Estatuto CBAt (10 dias) De 24/07/2025 (quinta-feira) a 02/08/2025 (sábado). Prazo para a interposição de recursos contra a homologação ou não das candidaturas. Análise e Julgamento de Recursos - Art 16, V - Estatuto CBAt (03 dias) De 03/08/2025 (domingo) a 05/08/2025 (terça-feira) A Comissão Eleitoral julgará os recursos interpostos e divulgará os resultados. Publicação Final dos Candidatos Homologados 06/08/2025 (quarta-feira) Divulgação oficial da lista final dos candidatos homologados 22/08/2025 (sexta-feira) a votação em Assembleia Geral Extraordinária. Divulgação do Resultado 22/08/2025 (sexta-feira) – imediato. A inscrição de candidatos para a eleição de membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética e do Atleta ou ex- Atleta Medalhista Olímpico se dará individualmente nos termos do edital de convocação da Assembleia para eleição e posse e somente poderá se inscrever para o Conselho Fiscal candidatos que possuam nível superior, preferencialmente na área de contabilidade/economia e para Conselho de Ética candidatos com nível superior. Os Ofícios de candidaturas para todos os cargos devem conter, obrigatoriamente, as seguintes informações pessoais de cada candidato: Nome Completo; Filiação; Data de Nascimento; Estado Civil; Profissão; Cópia do RG e CPF; Comprovante de residência; Telefone(s) para contato; E-mail para contato; Currículo incluindo experiência profissional e/ou desportiva relevante; Certidões de distribuição cível, sendo certidão de falência e concordata e cível em geral, e criminal, nas esferas estadual e federal. Informa-se que integram a Assembleia Geral, os seguintes membros: Entidades Regionais de Administração do Atletismo (Federações Estaduais): 1) Federação Acreana de Atletismo; 2) Federação Alagoana de Atletismo; 3) Federação Desportiva de Atletismo do Estado do Amazonas; 4) Federação de Atletismo do Amapá; 5) Federação Bahiana de Atletismo; 6) Federação Cearense de Atletismo; 7) Federação de Atletismo do Distrito Federal; 8) Federação Capixaba de Atletismo; 9) Federação Goiana de Atletismo; 10) Federação de Atletismo de Mato Grosso; 11) Federação de Atletismo de Mato Grosso do Sul; 12) Federação Mineira de Atletismo; 13) Federação Paraibana de Atletismo; 14) Federação de Atletismo do Paraná; 15) Federação Pernambucana de Atletismo; 16) Federação Norte-Rio-Grandense de Atletismo; 17) Federação de Atletismo do Estado do Rio Grande do Sul; 18) Federação de Atletismo de Rondônia; 19) Federação Roraimense de Atletismo; 20) Federação Catarinense de Atletismo; 21) Federação Paulista de Atletismo; 22) Federação Sergipana de Atletismo; 23) Federação de Atletismo do Estado do Tocantins; 24) Federação Paraense de Atletismo; 25) Federação Estadual Rio de Atletismo e 26) Federação Atlética Maranhense. Representantes Eleitos dos Atletas: 27) Ailas da Silva Wolski; 28) Ana Claudia Lemos Silva; 29) Antônio Henrique Barreto Lima; 30) Clegnaldo Silva Gomes; 31) Cleiton Cezário Abrão; 32) Elianay Santana da Silva Pereira Barbosa; 33) Jaqueline Beatriz Weber; 34) Pedrina Silva Vieira; 35) Tatiane Raquel da Silva. Atletas Medalhistas em Jogos Olímpicos: 36) Alison Brendom Alves dos Santos; 37) André Domingos da Silva; 38) Arnaldo de Oliveira Silva; 39) Bruno Lins Tenório de Barros; 40) Caio Oliveira de Sena Bonfim; 41) Claudinei Quirino da Silva; 42) Cláudio Roberto Sousa; 43) Edson Luciano Ribeiro; 44) Joaquim Carvalho Cruz; 45) José Carlos Gomes Moreira; 46) Lucimar Aparecida de Moura; 47) Maurren Higa Maggi; 48) Robson Caetano da Silva; 49) Rosângela Cristina Oliveira Santos; 50) Rosemar Maria Coelho Neto Menezes; 51) Sandro Ricardo Rodrigues Viana; 52) Thaíssa Barbosa Presti de Lima; 53) Thiago Braz da Silva; 54) Vanderlei Cordeiro de Lima; 55) Vicente Lenílson de Lima. Representantes Eleitos dos Treinadores: 56) Gianetti Oliveira de Sena Bonfim e 57) Rodrigo Dario Diniz. Representantes Eleitos dos Árbitros: 58) Ana Celeste Trindade Lima e 59) [illegible] de Almeida. Representante Brasileiro no Conselho da WA: 60) Hélio Marinho Gesta de Melo. Representantes das Cinco Entidades de Prática do Atletismo (Clubes ou Associações) registradas no sistema da CBAt há pelo menos 2 (dois) anos, e melhor classificados no Troféu Brasil de Atletismo – edição de 2024: 61) Esporte Clube Pinheiros; 62) Praia Clube – Exército - FUTEL; 63) União Catarinense de Atletismo - UCA; 64) Organização Fumiense de Atletismo - Orcampi e 65) Associação Desportiva de ABCD. Representantes das Duas Entidades de Prática do Atletismo Melhor Classificadas nos Campeonatos Brasileiros de Atletismo Sub-20 na categoria masculino e feminino – Edição de 2024: 66) Ad. Centro Olímpico e 67) IPEC Londrina. Representantes das Duas Entidades de Prática do Atletismo Melhor Classificadas nos Campeonatos Brasileiros de Atletismo Sub-18 na categoria masculino e feminino – Edição de 2024: 68) Associação Comunidade do Atletismo - ACA e 69) Associação de Atletismo Russanas - Russan. Salienta-se, por oportuno, que em observância ao disposto nos artigos 35 e 38 do Estatuto da CBAt, as condições e requisitos para participação de cada integrante da Assembleia Geral serão analisados e comunicados no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Assembleia Geral. Recorda-se que os membros pessoas jurídicas devem ser representados por seus Presidentes ou representantes devidamente credenciados e que os membros pessoas físicas não podem ser representadas, em conformidade com o inciso I do Artigo 46 do estatuto da CBAt. Bragança Paulista, 23 de junho de 2025. WLAMIR LEANDRO MOTTA CAMPOS Presidente do Conselho de Administração

HDI GLOBAL SEGUROS S.A.

HDI SEGUROS

CNPJ/MF 18.096.627/0001-53 - NIRE 35.300.466.021

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Fevereiro de 2025

1. Data, hora e local: Realizada em 26 de fevereiro de 2025, às 10:00 horas, na sede da **HDI Global Seguros S.A.**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.096.627/0001-53, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas nº 14.261, Conjunto 21018, Ala B, Cond. WT Morumbi, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **2. Quórum:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de "Presença de Acionistas" da Companhia. **3. Convocação:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Guillermo Eduardo Leon** e secretariada pelo Sr. **Wilson Roberto Alves**. **5. Ordem do dia:** As matérias que compõem a ordem do dia são as seguintes: **5.1.** Discutir e aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia e consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; **5.2.** Discutir e aprovar o aumento do capital social da Companhia e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **5.3.** Discutir e aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, e sem restrições: **6.1.** Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, bem como de regras relativas a aberturas e encerramento de filiais, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 2º** - *A Companhia tem sede e foro jurídico em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, nº 110, 11º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-020.*" **6.2.** Aumentar o capital social da Companhia no valor de R$ 73.461.020,94 (setenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, 20 reais e noventa e quatro centavos), passando o mesmo de R$ 72.946.627,90 (setenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e noventa centavos) para R$ 146.407.648,84 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), mediante a capitalização dos lucros e reservas adiante especificados, e sem emissão de novas ações, nos termos do art. 169, § 1º, da Lei das S.A. O aumento de capital social ora aprovado será integralizado pelos acionistas da Companhia, nesta data, por meio da capitalização de: (i) do saldo da conta de Reserva Legal, no montante de R$ 9.250.109,79 (nove milhões, duzentos e cinquenta mil, cento e nove reais e setenta e nove centavos) e (ii) de parcela de Reserva de Lucros da Companhia (conforme registrados em suas demonstrações financeiras com data-base em 31 de dezembro de 2024), no montante de R$ 64.210.911,15 (sessenta e quatro milhões, duzentos e dez mil, novecentos e onze reais e quinze centavos). Considerando que não foram emitidas novas ações em decorrência do aumento do capital social ora aprovado, ficam mantidas as proporções das participações de cada acionista no capital social. **6.3.** Em decorrência do aumento de capital ora aprovado no item 0 acima, é alterado o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a ter a seguinte nova redação: "**Artigo 5º** - *O capital social da Companhia, expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 146.407.648,84 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 101.247.289 (cento e uma milhões, duzentos e quarenta e sete mil e duzentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.*" **6.4.** Em decorrência das alterações ora aprovadas no item 6.1 e 6.2 acima, é consolidado o Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar nos termos do **Anexo I** desta ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia geral pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. **Guillermo Eduardo Leon** - Presidente da Mesa; **Wilson Roberto Alves** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 184.109/25-5 em 11/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. **Anexo I - Estatuto Social. "Estatuto Social da HDI Global Seguros S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração - Artigo 1º** - A Companhia opera sob a denominação de **HDI Global Seguros S.A.** e se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro jurídico em São Paulo, Estado de São Paulo, na *Rua Doutor Geraldo Campos Moreira, nº 110, 11º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-020*. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir e/ou encerrar filiais em qualquer parte do território nacional, obedecidas a legislação e as normas aplicáveis, fixando, para os fins legais, o capital de cada uma delas a ser destacado do capital social. **Artigo 3º** - A companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Artigo 4º** - A Companhia tem por objeto: (a) a realização das operações de seguros de danos e de pessoas, tais como definidos na legislação em vigor, em todo o território nacional; (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima; e (c) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista, observada a legislação em vigor. **Capítulo III - Capital Social - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, expresso em moeda corrente nacional, é de R$ 146.407.648,84 (cento e quarenta e seis milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), dividido em 101.247.289 (cento e uma milhões, duzentos e quarenta e sete mil e duzentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação confere ao seu detentor o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º** - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento de capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos, da Lei 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da ata da respectiva assembleia, sob pena de decadência. **Capítulo IV - Administração - Artigo 8º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Único** - Além das atribuições e sem perda das demais responsabilidades descritas na Lei das S.A., a Diretoria e o Conselho de Administração são responsáveis pela estratégia de risco da Companhia, a qual expressa as decisões de longo prazo relacionadas com a aceitação de riscos e pela sua sugestão de controle de riscos. Controlada através do desenvolvimento de um sistema de monitoramento que possa garantir a identificação de eventos que venham a constituir-se numa ameaça à perenidade da Companhia, definidos pelos Manuais de Risco do Grupo Talanx. **Seção 1 - Conselho de Administração - Artigo 9º** - O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três), e, no máximo, 6 (seis) membros, todos eleitos pela Assembleia Geral, que também elegerá o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho, para mandatos de 2 (dois) anos, sendo permitida sua reeleição ou destituição antes do término do mandato. **Parágrafo 1º** - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, no mínimo, 2 (duas) vezes por ano, dentro de 30 (trinta) dias após a conclusão das Demonstrações Financeiras semestrais. **Parágrafo 2º** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria dos membros eleitos. **Parágrafo 3º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelos votos favoráveis da maioria dos eleitos. **Parágrafo 4º** - Fica facultada a participação dos Conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião, devendo ser referendado por escrito pelo Conselheiro ausente no prazo máximo de 30 (trinta) dias e anexado na ata da reunião. **Artigo 10º** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são atribuídas por Lei: (a) aprovar a estrutura de organização; (b) estabelecer a política geral dos negócios e os objetivos principais; (c) aprovar os orçamentos operacionais e de investimentos e verificar o cumprimento dos mesmos; (d) aprovar projetos especiais, inclusive novas linhas de seguros; (e) aprovar a cessação de operação em linhas de seguros deficitárias; (f) eleger e destituir os membros da Diretoria e estabelecer seus poderes, funções e remuneração; e (g) estabelecer os limites globais para as operações previstas no regulamento de competência da Diretoria. **Seção 2 - Diretoria - Artigo 11º** - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo, 4 (quatro), membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 3 (três) Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º** - A cada eleição ou reeleição, os membros da Diretoria serão alocados nas funções e responsabilidades requeridas pelas normas e regulamentações da SUSEP. **Parágrafo 2º** - Compete ao Diretor responsável pelos Controles Internos as funções de: (a) orientar e supervisionar (i) a implementação e operacionalização do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, promovendo a integração prevista no artigo 14, inciso I, da Resolução CNSP nº 416/2021, e (ii) as atividades da Unidade de Conformidade e da Unidade de Gestão de Riscos; (b) prover a Unidade de Conformidade e a Unidade de Gestão de Riscos com os recursos necessários ao adequado desempenho de suas respectivas atividades, em especial quanto ao disposto no artigo 10, § 6º, inciso I, da Resolução CNSP nº 416/2021; (c) informar periodicamente, e sempre que considerar necessário, a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria (na qualidade de Comitê de Riscos) da Companhia acerca de quaisquer assuntos materiais relativos a controles internos, conformidade e gestão de riscos, incluindo, mas não se limitando a riscos novos ou emergentes, níveis de exposição a riscos, bem como eventuais limitações e incertezas relacionados a sua mensuração, ações relativas à gestão de riscos e deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e ao Sistema de Controles Internos e seu respectivo saneamento; e (d) aprovar os relatórios elaborados anualmente pela Unidade de Conformidade e pela Unidade de Gestão de Riscos e encaminhá-los à Diretoria, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria (na qualidade de Comitê de Riscos) da Companhia para ciência e eventuais providências cabíveis. **Parágrafo 3º** - O Diretor responsável pelos Controles Internos poderá se reunir, sempre que considerar necessário, com o Comitê de Auditoria (na qualidade de Comitê de Riscos), ou com o Conselho de Administração ou com o Diretor Presidente da Companhia, sem a presença dos demais Diretores, e poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança da Companhia, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio da Companhia. **Parágrafo 4º** - Além das atribuições e sem perda das demais responsabilidades descritas na Lei das S.A. os membros da Diretoria são responsáveis pela estratégia de risco da Companhia, a qual expressa as decisões de longo prazo relacionadas com a aceitação de riscos e pela sua sugestão de controle de riscos, controlada através do desenvolvimento de um sistema de monitoramento que possa garantir a identificação de eventos que venham a constituir-se numa ameaça à perenidade da Companhia, definidos pelos Manuais de Risco do Grupo Talanx. **Parágrafo 5º** - Os Diretores permanecerão em seus cargos por um mandato de 2 (dois) anos, permitindo-se a reeleição, e poderão ser substituídos a qualquer momento por deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 12** - Os Diretores serão investidos em seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, independentemente de caução, como permitido por lei, e cada diretor se sujeitará aos deveres e responsabilidades impostos por lei e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - Ao final de seus mandatos, os diretores permanecerão em seus cargos até que os novos diretores tomem posse. **Parágrafo 2º** - O valor global destinado à remuneração dos membros da Diretoria será fixado anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Diretor Presidente estabelecer o critério de sua distribuição. **Artigo 13** - No caso de vacância ou de impedimento temporário no cargo de diretor, a Diretoria designará um substituto. **Parágrafo 1º** - No caso de impedimento temporário, o substituto substituirá o licenciado pelo prazo do afastamento. **Parágrafo 2º** - No caso de vacância, o substituto completará o mandato do substituído. **Artigo 14** - Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer diretor, a Assembleia Geral elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor permanentemente ausente ou impedido. **Artigo 15** - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. **Parágrafo 1º** - As reuniões de Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, através de carta registrada, fax, telegrama ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião a que comparecer a totalidade dos diretores. **Parágrafo 2º** - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de pelo menos 2 (dois) Diretores. **Parágrafo 3º** - Um Diretor poderá fazer-se representar nas reuniões podendo votar por carta, telegrama, fax ou procuração. O Diretor que enviar seu voto ou se fizer representar, na forma supra, será considerado presente à reunião. **Parágrafo 4º** - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes. **Artigo 16** - A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessárias à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social nem sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral. **Seção 3 - Comitê de Auditoria - Artigo 17** - A Companhia terá um Comitê de Auditoria, que, conforme expressamente permitido pela regulamentação aplicável, funcionará também como seu Comitê de Riscos para os fins da Resolução CNSP nº 416/2021, e será composto de 3 (três) membros, que serão eleitos pelo Conselho de Administração. O mandato será de 5 (cinco) anos, sendo vedada a reeleição, somente podendo voltar a integrar este Comitê após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do seu mandato anterior. Os membros integrantes do Comitê de Auditoria devem possuir comprovados conhecimentos e experiência em gestão de riscos que os qualifiquem para a função de assessoria ao Conselho de Administração da Companhia, na sua qualidade de Comitê de Riscos. Adicionalmente, pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deverá possuir conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil do mercado de seguros. Os membros do Comitê de Auditoria que pertencerem concomitantemente ao Conselho de Administração receberão exclusivamente sua remuneração através do Conselho; caso não pertença ao Conselho, sua remuneração será definida quando de sua eleição. **Parágrafo Único** - O Comitê de Auditoria funcionará também como Comitê de Riscos da Companhia e terá como atribuições: (a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; (b) recomendar, à administração da Companhia, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição desses serviços, caso considere necessário; (c) revisar, previamente à publicação, as Demonstrações Financeiras referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes; (d) avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; (e) avaliar o cumprimento ou a justificativa para o descumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos Auditores Independentes ou pelos Auditores Internos; (f) estabelecer e divulgar os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (g) recomendar ao Diretor Presidente da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (h) reunir-se, no mínimo semestralmente com o Diretor Presidente da Companhia e com os responsáveis, tanto pela Auditoria Independente, como pela Auditoria Interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive aquelas dirigidas à Diretoria da Companhia, e também ao que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando em atas os assuntos tratados nestas reuniões; (i) verificar, por ocasião das reuniões semestrais, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da Companhia; (j) reunir-se com o Conselho de Administração da Companhia, tanto por solicitação do Conselho, como por iniciativa do Comitê, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (k) elaborar, ao final dos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria, contendo no mínimo as informações exigidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujo resumo evidenciando as principais informações contidas naquele documento, deverá ser publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia; (l) auxiliar o Conselho de Administração da Companhia na sua atribuição de zelar pela adequação da Estrutura de Gestão de Riscos, inclusive avaliando, periodicamente, a efetividade da Estrutura de Gestão de Riscos, em especial quanto (i) à observância do apetite por risco e da Política de Gestão de Riscos, (ii) o desempenho do Diretor responsável pelos Controles Internos, (iii) o desempenho da Unidade de Gestão de Riscos e (iv) a efetividade de ações adotadas para o saneamento de deficiências; (m) reunir-se trimestralmente com o Responsável pela Unidade de Gestão de Riscos da Companhia para discussão do reporte de riscos esclarecendo e apontando os assuntos de relevância que devem ser levados ao conhecimento do Conselho de Administração; (n) auxiliar o Conselho de Administração da Companhia na sua atribuição de avaliar o plano de negócios da Companhia sob o enfoque de riscos e auxiliar na definição do correspondente apetite a riscos; (o) auxiliar o Conselho de Administração na sua atribuição de avaliar, aprovar e revisar a Política de Gestão de Riscos, bem como quaisquer políticas adicionais que tratem especificadamente da gestão de riscos nos termos da Resolução CNSP nº 416/2021 ou de riscos relevantes da Companhia; e (p) auxiliar o Conselho de Administração da Companhia na sua atribuição de auxiliar nos processos de tomada de decisões estratégicas relacionadas à Gestão de Riscos. **Capítulo V - Representação da Companhia - Artigo 18** - Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigar-se-á: (a) pela assinatura conjunta de 2 (dois) diretores; (b) pela assinatura de 1 (um) diretor em conjunto com a assinatura de 1 (um) procurador devidamente constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão de poderes nele contidos; (c) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores constituídos para representar a Companhia, desde que assim previsto nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes neles contidos; ou (d) pela assinatura isolada de qualquer um dos diretores, ou de um procurador constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos, ficando porém, ressalvado que tal representação individual da Companhia será limitada à prática de atos de rotina perante repartições públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive a Secretaria da Receita Federal, suas delegacias, inspetorias, postos e agências, o Banco Central do Brasil e outras autarquias; assinatura de recibos por pagamentos feitos à Companhia, através de cheques em favor desta e endosso de cheques para depósito em conta bancária da Companhia. **Parágrafo Único** - As procurações "ad negotia" outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) diretores, terão prazo de validade determinado, não superior a 1 (um) ano, e vedarão o substabelecimento, sob pena de nulidade. As procurações outorgadas a advogados, para representação da Companhia em processos administrativos e/ou judiciais, poderão ser assinadas individualmente por qualquer um dos diretores, ter prazo de validade indeterminado e permitir o substabelecimento. **Artigo 19** - A prática de atos ou a celebração de acordos e outros documentos que impliquem em obrigações para a Companhia e/ou isentem terceiros de responsabilidades em relação à mesma e que não façam parte do curso normal dos negócios da Companhia dependerão sempre, para sua validade, de prévia e expressa autorização dos acionistas reunidos em Assembleia Geral. **Artigo 20** - São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por diretores, por procuradores ou por empregados da Companhia, que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pela Assembleia Geral. **Capítulo VI - Assembleia Geral - Artigo 21** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano e, extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral, convocada e instalada com observância das formalidades legais, será presidida pelo Diretor Presidente, que convidará um dos presentes para servir como Secretário. **Artigo 22** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes. **Capítulo VII - Conselho Fiscal - Artigo 23** - O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por até 3 (três) membros e igual número de suplentes, e será instalado apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for solicitado pelos acionistas, na forma e condições previstas em lei. **Parágrafo Único** - Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, competência, deveres, prazo de mandato estabelecido em lei, bem como a remuneração anual e global mínima legal, a ser distribuída entre os seus membros. **Capítulo VIII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro - Artigo 24** - O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 25** - Em 31 de dezembro de cada ano, a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras exigidas por lei. **Parágrafo 1º** - O lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, a não ser que os Acionistas decidam de modo contrário; e (c) a parcela remanescente do lucro líquido será destinada para a constituição de reserva estatutária a fim de expandir seus negócios sociais. Esta reserva não poderá ultrapassar o montante do capital social, conforme o disposto no artigo 199 da Lei 6404/76 e terá por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) manter níveis adequados de solvência da Companhia. **Parágrafo 2º** - A Companhia levantará, obrigatoriamente, Demonstrações Financeiras semestrais com o objetivo de demonstrar os lucros do período, e tais lucros poderão ser distribuídos ou capitalizados, por deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo IX - Liquidação - Artigo 26** - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, sendo que a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e a condução da Companhia durante o período de liquidação seguirão as normas legais e regulatórias em vigor. **Capítulo X - Alterações - Artigo 27** - Este Estatuto poderá ser alterado a qualquer tempo, em qualquer um dos seus artigos, através de deliberação tomada pela Assembleia Geral por maioria dos votos dos Acionistas, observadas as demais disposições legais."

ESTADÃO

VEM PENSAR COM A GENTE

INSTITUTO ABIHPEC - CNPJ/MF nº 15.498.192/0001-36 - **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**. Conforme determinação contida no artigo 13 do Estatuto Social do Instituto ABIHPEC e tendo em vista o disposto no Capítulo IV do Estatuto, convocamos os associados para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 03 de julho de 2025, às 14hs, em primeira convocação e, em segunda convocação, às 14h30. A Assembleia será realizada em formato híbrido, sendo realizada de forma presencial na sede da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABIHPEC, na Avenida Paulista 1313, Conjunto 1080, 10º andar, CEP 01311-923, nesta capital do Estado de São Paulo, em razão do espaço físico necessário para acomodar a presença dos representantes das empresas associadas. **ORDEM DO DIA:** • Eleição e Posse dos novos membros do Conselho Deliberativo. Na sequência, às 15 horas em primeira convocação e, em segunda convocação, às 15h30, será realizada a primeira Reunião do Conselho Deliberativo eleito e empossado para indicar e eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o próximo mandato. Informações adicionais: Ressaltamos a importância da participação dos associados na Assembleia Geral, principalmente no formato presencial. REUNIÃO PRESENCIAL: Sede da ABIHPEC - Avenida Paulista, 1313 - conj. 1080 - 10º andar - São Paulo/SP LINK DA REUNIÃO VIRTUAL - solicite o link de acesso no email angelina@abihpec.org.br Os associados podem se fazer representar por procurador, com procuração específica, conforme modelo também anexado ao presente. Favor enviar as procurações e/ou confirmar a presença na Assembleia Geral Extraordinária para angelina@abihpec.org.br até o dia 30 de junho de 2025. Desde já agradecemos a atenção que possa ser dada ao assunto, contando com sua participação. Atenciosamente, **Claudio Vaggiani** - Diretor Presidente - Instituto ABIHPEC.

ALTAMIRO SILVA JUNIOR E MATHEUS PIOVESANA
GABRIEL BALDOCCHI (edição)

X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Em apenas um dia, incerteza sobre o IOF adia três captações de empresas

A expectativa de que o Congresso possa não aprovar medidas do governo que aumentam o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) fez algumas empresas adotarem o modo "esperar para ver". Ao menos três captações em curso foram adiadas só na quarta-feira passada, à espera de um cenário mais claro para o que vai acontecer com as propostas para aumentar a arrecadação, que têm ainda uma Medida Provisória que vai taxar em 5% títulos de renda fixa antes isentos e também precisa de aval do Parlamento. "As medidas do governo geraram uma insegurança fiscal sobre os investimentos de renda fixa", diz José Alexandre Freitas, presidente da Oliveira Trust, que presta serviços para fundos e emissores de títulos de renda fixa, com R$ 1,5 trilhão em operações ativas.

Gestores revisaram cronogramas

Ele conta que operações de debêntures de infraestrutura, fundos de recebíveis e duas letras de crédito do agronegócio, que estavam para sair, estão com cronogramas sendo redesenhados, à espera de definição no Congresso. Isso porque a Câmara aprovou regime de urgência para o projeto que suspende o decreto do IOF.

Pausa no Congresso ampliou o tempo

Na sequência, o Congresso saiu em recesso informal por causa das festas de São João. "Aguardar umas semanas para fazer a captação é o mais razoável", diz Freitas. Assim, mesmo empresas que estavam antecipando operações por causa da tributação a partir de 2026 resolveram interromper temporariamente as transações.

● **ISENTOS.** No caso da tributação dos títulos isentos, a avaliação é de que se os parlamentares não aprovarem a alta do IOF, a medida provisória acabará também não passando e as medidas serão rediscutidas. Taxar os produtos isentos, como quer o governo, na avaliação de Freitas, acaba tendo o lado positivo de equiparar as tributações nos diversos produtos do mercado de capitais. A isenção em vários casos foi dada no início para estimular que produtos novos decolassem.

● **PLANEJAMENTO.** Para colocar fim à isenção, porém, é preciso um planejamento, com alíquotas, por exemplo, que comecem menores e subam de forma gradativa, para não machucar nem as empresas nem o investidor, e que também possam ser reduzidas em outros produtos, ressalta o presidente da Oliveira Trust. "A equidade é importante. Mas não é só para cima."

● **IMPASSE.** No decreto do governo, a cobrança do IOF de 0,38% na aquisição de cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) passou a sensação ao mercado da volta da CPMF e também tem gerado incertezas, comenta o executivo da Oliveira Trust. Um fundo já captado, de quase R$ 1 bilhão, e que seria fechado, está no momento discutindo quem paga essa alíquota, se a empresa que está captando e planejando a carteira há alguns meses, ou o investidor, que aplicou sem a expectativa deste imposto.

● **RENTABILIDADE.** No caso dos fundos, a carteira já sai de cara com rentabilidade reduzida em 0,38%. A conta é que só essa alíquota nesses fundos de recebíveis poderia levar a uma arrecadação adicional por ano entre R$ 300 milhões e R$ 400 milhões. Uma das possibilidades que reduziriam o impacto é que essa cobrança fosse diferida ao longo do período de duração do FIDC, diz Freitas.

GUIADO POR IA



ERIC GAY/AP

A ação da Tesla saltou 8,23% ontem, após o lançamento do serviço de carros autônomos da empresa, ou robotáxis, em Austin, Texas, nos EUA

● **AGORA VAI.** O mercado espera para o início de 2027 o começo do destravamento de um volume de crédito equivalente a R$ 10 trilhões, quase do tamanho da economia brasileira, para empresas de todos os portes. Os valores referem-se à chamada duplicata escritural, uma versão registrada de recebíveis que surgem quando uma companhia fornece um produto ou serviço a outra. A novidade é uma aposta do Banco Central para derrubar os custos do crédito para as companhias, em especial as de menor porte.

● **POR QUÊ?** O BC quer a duplicata escritural para destravar o desconto de duplicatas, porque com a garantia, o custo para as empresas deve ser menor que o de linhas de capital de giro. Essas operações acontecem, mas são muito pequenas diante do potencial porque hoje as duplicatas não são registradas. Logo, há um risco grande de fraudes, o que afasta os bancos do produto.

● **ETAPAS.** Todas as empresas terão de registrar suas duplicatas, mas para que isso aconteça, será necessário que pelo menos duas empresas que farão o registro estejam prontas. Cumprida essa etapa, virá uma fase de testes, e depois, o registro das duplicatas será obrigatório, primeiro para as grandes companhias. O mercado estima que isso acontecerá em um ano e meio.

SOBE

Arrecadação do setor de seguros cresce 5,9% no 1º tri

LEANDRO LACERDA/CNSEG



O setor de seguros arrecadou R$ 188,8 bilhões no primeiro trimestre, alta de 5,9% sobre o mesmo período de 2024, diz a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). A expansão foi limitada pelo desempenho da previdência privada. As indenizações e resgates subiram 11,4%, para R$ 131,7 bilhões. "O cenário de incertezas econômicas acabou afetando os planos de previdência aberta", afirma Dyogo Oliveira (foto), presidente da CNseg,.

DESCE

Petrolíferas recuam na B3 junto com queda do petróleo

FABIO MOTTA/ESTADÃO - 16/12/2018



A retaliação do Irã aquém das expectativas, após os ataques dos Estados Unidos na noite de sábado, derrubaram em quase 7% os preços do petróleo ontem, o que pressionou as ações de empresas petrolíferas. Petrobras perdeu 2,81% (ON) e 2,50% (PN). PetroReconcavo cedeu 2,34% e Brava, 2,31%. Prio, que vinha com desempenho melhor até o início da tarde, sob perspectiva de uma apreciação forte da commodity, caiu 0,71%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 136.550,50 PTS. | Dia -0,41% | Mês -0,35% | Ano 13,52%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BRF SA ON NM	21,78	4,78	20.527
MARFRIG ON NM	24,29	4,16	17.838
[illegible]	4,56	4,00	17.257

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
COSAN ON NM	6,94	-4,87	32.750
AZZAS 2154 ON NM	30,38	-4,85	10.598
RAIZEN PN N2	1,65	-4,67	27.390

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

18/6 a 18/7	0,1719	1,0743	0,6728	0,5000
19/6 a 19/7	0,172	1,0780	0,6130	0,5000
20/6 a 20/7	0,172	1,0780	0,6130	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	42.581,78	0,89	0,74	0,09
FRANKFURT - DAX	23.269,80	-0,35	-3,04	16,88
LONDRES - FTSE	8.758,04	-0,19	-0,16	7,16
TÓQUIO - NIKKEI	38.354,09	-0,13	1,02	-3,86

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,58	3.409,37
	15/8/2040	6,91	1.852,29
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,25	4.176,38
PREFIXADO	1/1/2028	13,48	727,73
	1/1/2032	13,62	436,49
SELIC	1/3/2028	0,04	16.778,04

(*) [illegible]

INFLAÇÃO (%)

Índice	Abril	Maio	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,35	2,65	5,20
IGP-M (FGV)	0,24	-0,49	0,14	7,02
IGP-DI (FGV)	0,30	-0,85	0,05	4,27
IPC (FIPE)	0,46	0,37	2,18	5,38
IPCA (IBGE)	0,43	0,26	2,75	5,32
CUB (Sind. [illegible])	0,21	0,88	3,8	5,18
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,37	1,57	5,14

Índices de reajuste de aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0702	IPCA (IBGE)	1,0532
IGP-DI (FGV)	1,0827	INPC (IBGE)	1,0520
IPC-FIPE	1,0520	ICV-DIEESE	-

[illegible]

INSS - COMPETÊNCIA (JUNHO)
Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (30/D)	14,11	0,00	1,43	30,13
CDI	14,90	0,00	1,17	22,61

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Atu.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR Nº 11*	JUL/25	16,04	16,08	15,55	16,20	-0,37
CAFÉ Nº*	SET/25	328,15	720,00	[illegible]	[illegible]	3,85
SOJA CBOT**	JUL/25	10,55	13,48	10,58	10,72	-0,67
MILHO CBOT**	SET/25	4,18	528,40	4,18	4,28	-3,88

[illegible]

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	(R$)	Var. (%)	Var. 1 ano (%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	130,47	-0,28	-2,57
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	314,40	0,00	40,61
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	68,43	0,12	17,88
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.976,21	6,84	43,83

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,5022	-0,38	-3,78	-10,95
DÓLAR TURISMO	5,6850	0,05	-5,23	-1,76
EURO	6,3770	0,14	-0,90	-0,84
OURO US$/ONÇA-TROY	3.377,50	0,40	2,68	25,57
WTI US$/BARRIL	67,1900	-8,13	1,38	4,25
BRENT US$/BARRIL	70,2900	-7,28	1,35	4,27

	US$ NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1578	1,3536	0,1820
EURO	0,864	1,0000	1,1692	0,1572
FRANCO SUÍÇO	0,812	0,9405	1,0997	0,1478
LIBRA ESTERLINA	0,739	0,8540	1,0000	0,1344
IENE	146,330	169,1100	197,8440	26,5950

AS MOEDAS NA VERTICAL VALEM DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: BC

Eufrázio

ESTADÃO 150 ANOS SECOVI SP A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

apresentam



SUMMIT IMOBILIÁRIO



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E AS NOVAS TENDÊNCIAS DE NEGÓCIOS

30 DE JUNHO Das 9h às 17h

9h | Boas-vindas Estadão e Secovi-SP



EURÍPEDES ALCÂNTARA
Diretor de Jornalismo do Grupo Estado



RODRIGO LUNA
Presidente do Secovi-SP

9h10 - Gov Speech
O papel do Estado como indutor da economia e da habitação

9h50 - Palestra | Perspectivas para a economia pós-reforma tributária



FERNANDO HONORATO
Economista-chefe do Bradesco

10h20 - Painel 1 | As perspectivas para o mercado imobiliário na visão dos líderes



CLÁUDIO CARVALHO
CEO e sócio da AW Realty Incorporadora



ELY FLAVIO WERTHEIM
Presidente executivo do Secovi-SP



LUIZ FRANÇA
Presidente da Abrainc



SANDRO GAMBA
Presidente da Abecip



MEDIAÇÃO
LUCAS AGRELA
Repórter de Economia e Negócios do Estadão

11h - Painel 2 | Habitação popular no Brasil. O passado e o futuro



HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA
Secretário nacional de Habitação do Ministério das Cidades

MEDIAÇÃO



CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

11h40 | Estadão Entrevista



MARCELO CARDINALE BRANCO
Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo



CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

12h – 13h30 | Almoço livre

13h30 - Painel 3 | Oportunidades para o retrofit no Centro de São Paulo



ELISABETE FRANÇA
Secretária municipal de Urbanismo e Licenciamento



GUIL BLANCHE
Fundador e CEO da Planta.Inc.



MARCELO FALCÃO
Diretor de Novos Negócios e Comunicação da Somauma



MAXIME BARKATZ
Sócio-fundador da Ilion Partners



MEDIAÇÃO
CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

14h10 - Painel 4 | A onda dos apartamentos compactos



BIANCA SETIN
Vice-presidente na Setin Incorporadora



CYRO NAUFEL
Diretor de Relações com Investidores da Lopes



RENÉE SILVEIRA
Diretora de Incorporação da Plano&Plano

MEDIAÇÃO



LUCAS AGRELA
Repórter de Economia e Negócios do Estadão

14h50 - Palestra Inteligência artificial no mundo das empresas

15h20 - Painel 5 | Potencial da IA no mercado imobiliário



FÁBIO GARCEZ
CEO do CV CRM



IGOR GUSHIKEN
Diretor de Dados e IA no QuintoAndar



RAFAEL YOSHIOKA
Fundador da Hypnobox

MEDIAÇÃO



LUCAS AGRELA
Repórter de Economia e Negócios do Estadão

16h - Painel 6 | Short Stay - esse mercado não está só de passagem



ALEXANDRE LAFER FRANKEL
CEO da Housi e presidente do Conselho da Vitacon



ALLAN SZTOKFISZ
CEO e cofundador do Charlie



RAFAEL ROSSI
Fundador e CEO da Conviva Stay

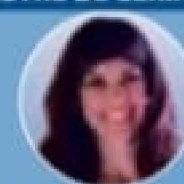
MEDIAÇÃO



CIRCE BONATELLI
Repórter especial do Broadcast

16h40 | Encerramento

MESTRE DE CERIMÔNIAS



CARLA FIORITO

TRANSMISSÃO AO VIVO.
INSCREVA-SE:



Parceria: broadcast ESTADÃO ACESSOS ESTADÃO BLUE STUDIO ELDORADO FM 107,3 paladar 20

Apoio: CDHU Integra

Patrocínio: aw realty INCORPORADORA QuintoAndar

Eufrázio

Avicultura Reabertura de mercados

Com a gripe aviária, País exporta 123 mil toneladas a menos de frango

Mesmo com o reconhecimento oficial do fim do surto no Brasil, mercados como a China e a UE continuam fechados

LEANDRO SILVEIRA

A confirmação de um foco de gripe aviária em uma granja comercial no Rio Grande do Sul, em 15 de maio, causou forte impacto nas exportações brasileiras de carne de aves. Cálculos do *Estadão/Broadcast* com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) indicam que o Brasil deixou de embarcar cerca de 123 mil toneladas do produto entre a confirmação do caso em maio e os primeiros 14 dias úteis de junho, na comparação com a média de igual período de 2024.

Nos dez dias úteis imediatamente após a detecção do caso, os embarques despencaram para uma média diária de 14.025 toneladas, ante 20.210 toneladas registradas ao longo de maio. Foram exportadas 140.249 toneladas, mas, mantido o ritmo anterior, o volume poderia ter alcançado 202.100 toneladas, uma diferença de 61.851 toneladas.

O impacto se prolongou nas semanas seguintes: nos 14 primeiros dias úteis de junho, o Brasil embarcou 224.040 toneladas, com média de 16.003 toneladas por dia, abaixo das 20.400 toneladas de junho de 2024 — uma perda adicional estimada em 61.560 toneladas. Com isso, o prejuízo acumulado nos embarques supera 123 mil toneladas.

ASSESSORIA SEAPI/DIVULGAÇÃO



Fiscal observa criação de galinhas em granja no Rio Grande do Sul

NOVO CENÁRIO. O quadro, no entanto, começou a mudar. A Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) reconheceu oficialmente o fim do surto de gripe aviária de alta patogenicidade (H5N1) no plantel comercial brasileiro na última sexta-feira, e o Ministério da Agricultura informou que vários países já começaram a retirar as restrições impostas às importações de carne de frango do Brasil.

Segundo o secretário de Comércio e Relações Internacionais da pasta, Luis Rua, Coreia do Sul, Iraque, Marrocos e Bolívia já comunicaram a liberação das compras de frango brasileiro.

"Desde a autodeclaração o Brasil já restabeleceu vários mercados: Bolívia, Marrocos e hoje (ontem), o Iraque", afirmou ele ao *Estadão/Broadcast*. "A Coreia do Sul também reabriu e há uma boa notícia. O governo sul-coreano aceitou adotar a regionalização sanitária de forma permanente. Se houver outro episódio, eles não vão mais fechar o Brasil inteiro, mas apenas o estado afetado", complementou.

A Coreia do Sul, inclusive, aceitou a regionalização dos protocolos sanitários, concordando em restringir futuras suspensões apenas ao Estado que venha a ser eventualmente afetado por novos focos.

Porém, ainda há obstáculos para a normalização dos embarques: 17 mercados continuam com embargos totais à carne de frango brasileira, incluindo China, União Europeia, Chile e Filipinas, enquanto outros mantêm restrições parciais, principalmente aos produtos originários do Rio Grande do Sul ou de áreas próximas ao foco.

> ***"Desde a declaração (da OMSA), o Brasil já restabeleceu vários mercados"***
> **Luis Rua**
> Ministério da Agricultura

Há também casos de suspensão mais localizada, como no município de Montenegro (RS), onde foi identificado o foco de gripe aviária em maio, ou em raio de até 10 quilômetros do ponto de detecção.●

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

OPORTUNIDADES

LEILÕES

LEILÃO DE ARTE
O Leiloeiro Oficial Aloisio Cravo, JUCESP 387, comunica que realizará Leilão de Arte dia 30/06/25, às 20h00, Rua Groenlândia, 1897 São Paulo ☎(11)3064-8833.

MIGUEL SALLES ESCRITÓRIO DE ARTES
Visitação a partir 24/06/2025, das 10h às 19h. Al.Gabriel Monteiro da Silva 1935; Jd Paulistano, S Paulo-SP Leilão online: 30 de junho e 01 de julho de 2025, a partir das 20h. www.miguelsalles.com.br (11)2579-6076/96637-8576 Leiloeiro: Rafael Zafalar - JUCESP nº1150; Leilão nº 51183

COMUNICADOS

COMUNICADO
LUIZ CLAUDIO DOS SANTOS, CPTS DIGITAL 3855198 SÉRIE 9855, comparecer no escritório da empresa Florestana Construções e Serviços LTDA, Rua Ester Samara, 227 - Jardim Cláudia - São Paulo SP para tratar de assuntos de seu interesse no prazo de 48 horas. CNPJ 53.591.103/0001-30

PUBLICAÇÃO À SEMASA
"SÃO CAMILO MASSAS ALIMENTÍCIAS LTDA torna público que requereu ao SEMASA a Renovação de sua LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO nº R 000055/2021 para fabricação de massas alimentícias na Av. João Pessoa, 565, Jardim Utinga, conforme Processo Ambiental nº 137295/2025. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA."

Classificados ESTADÃO (11) 3855-2001

COMUNICADOS

PUBLICAÇÃO AO SEMASA
"RENAN DE SOUZA COUTINHO, torna público que recebeu ao SEMASA a AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO - AASV para a Rua das Goiabeiras, 619, Bairro Jardim, conforme Processo Ambiental Nº 140431 2025. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA"

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

VENDO EMPRESA (FÁBRICA)
R$7.000.000,00 Reg S.J.R Preto SP Em ascensão.17 99129-5007

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$425.000 Sacada, 42Úteis, 1ds, arm, gar, lazer, 11 99936-0304

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$650.000 S.novo, 70Úteis, sacada, 2cts, gar. Lazer. 99936-0304

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$980.000 Sacada, 110Úteis, 3dts, 1ste. 2vgs.lazer 99936-0304

VL MARIANA
R$750.000 Urgente. S.novo, 110Úteis, 3dts, 1suíte, 2vgs + depósito, lazer ☎11 99936-0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

BROOKLIN
R$1.800.000 Varanda.220, 4cs (1sts).3gs.lazer 11 99936-0304

MOEMA
R$2.000.000 265Úteis, varanda c/churrasq., 3 salas, 4suítes, 4 vagas. Lazer total 11 99936-0304

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA OESTE

VL JAGUARA
Galpão novo, completo, próprio p/ logística, c/850m² A.C. Ao lado do Ceboão. ☎(11)99981-3186

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

ITAPECERICA DA SERRA



Galpão 1100m² AC, 9000m² AT, Vest./Refeit./Port./Escrit./Tel./compl. Tratar ☎(11)98304-9826

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001

CASA VENDE-SE
CONDOMÍNIO FECHADO
em Itapecerica da Serra
Terreno 2.087 (m²) Casa 584 (m²)
R$ 1.400.000,00
Tratar com Elaine (11) 99976-0704

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
ESTADÃO



PODCAST

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza



Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast **'Estadão Analisa'**.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h.**

Assista **AO VIVO** pelo **canal** do **Estadão** no **Youtube.**

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
DE SEGUNDA A SEXTA
7h DA MANHÃ



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

ESTADÃO

C6 E C7 A fundo



Thomas Friedman: ataque ao Irã é parte de luta global mais ampla



Literatura Jornalismo

Livro completa manuscrito de Dom Phillips sobre Amazônia

Morto na floresta ao lado do indigenista Bruno Pereira, jornalista britânico deixou texto inacabado, retomado por amigos e colegas

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO – 18/6/2022



Mobilização por justiça por Bruno Pereira e Dom Phillips reuniu representantes de povos indígenas no vão-livre do Masp em 2022

FLÁVIA MILHORANCE
THE NEW YORK TIMES

Em 2018, o jornalista britânico Dom Phillips juntou-se a uma expedição de 17 dias pelo Vale do Javari, vasta terra indígena quase inacessível na borda oeste da Amazônia brasileira, rastreando sinais de um grupo isolado cada vez mais ameaçado por atividades ilegais.

Foi uma jornada árdua: 650 milhas de barco e a pé, cruzando pontes de troncos precárias, desviando de cobras e atravessando florestas sufocantes. O rio, quando reaparecia, oferecia tanto alívio quanto o que Phillips mais tarde chamaria de momentos de "beleza encantadora".

Ele ficou impressionado com o conhecimento dos guias indígenas sobre os "segredos da floresta", mas ainda mais com o líder da expedição e experiente oficial da Funai, Bruno Pereira. Phillips o via como um servidor público profundamente comprometido em proteger os povos indígenas e capaz de navegar pelo Javari com uma facilidade incomparável. Quando retornou à região para trabalhar em um livro, propôs-se a documentar como uma patrulha indígena estava protegendo o território amplamente desgovernado, um esforço então liderado por Pereira. Os dois entraram em conflito com uma gangue de pesca ilegal e foram mortos em junho de 2022. Mas a história não morreu com eles.

Amigos jornalistas e familiares deram nova vida ao trabalho de Phillips com o lançamento de *Como Salvar a Amazônia: Uma Busca Mortal por Respostas*. Ao longo de três anos, eles completaram o manuscrito inacabado graças a financiamento coletivo, bolsas e, finalmente, um editor receptivo.

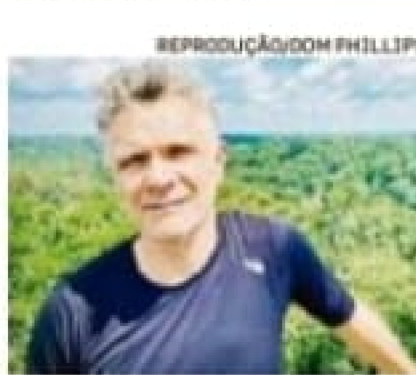
PONTO DE PARTIDA. A expedição ao Javari apareceu pela primeira vez em um artigo de 2018, escrito por Phillips para o jornal britânico *The Guardian*, e novamente nas páginas iniciais do livro inacabado. A viagem foi "um incrível momento na vida de Dom", diz Jonathan Watts, coautor do prefácio e de um capítulo do livro, chamando-o de "um ponto de partida natural, e talvez também destino".

Para lembrar

MPF denunciou mandante no último dia 5 de junho

- **Bruno Pereira e Dom Phillips (foto) percorriam o Vale do Javari quando desapareceram, em 5 de junho de 2022.**
- **No dia 14 de junho, o pescador Amarildo Oliveira confessou o assassinato. No dia seguinte, os dois corpos foram encontrados. Outros dois pescadores foram presos pelo crime.**
- **Rubén Dario da Silva Villar, o Colômbia, foi preso em dezembro de 2022. No dia 5 de junho, o Ministério Público Federal (MPF) o denunciou como mandante dos assassinatos.**

REPRODUÇÃO/DOM PHILLIPS



Em 2022, Watts esteve entre os primeiros a saber que os dois homens haviam desaparecido após cruzarem o Rio Itaquaí. Mas houve um erro: ele acreditou que era Tom Phillips – outro jornalista do *Guardian* – quem havia desaparecido. Watts ligou para o jornal, que corrigiu a confusão, enquanto Tom Phillips rapidamente publicou a primeira de uma longa série de reportagens sobre o caso. Ele então se juntou às buscas, percorrendo os remotos rios da região, o único caminho, à medida que a esperança desvanecia a cada dia que passava. Lá, ele conheceu o fotógrafo João Laet, colaborador de longa data de Dom Phillips e os olhos por trás de algumas das imagens amplamente compartilhadas dele.

Laet definiu essas buscas como profundamente traumáticas. Tudo parecia caótico – internet lenta, colegas adoecendo de covid, o ritmo incansável das reportagens –e ao lado disso uma questão o assombrava: "Onde está meu amigo?". Ele segurava as lágrimas até o fim do expediente e desabava no sono, cada dia se fundindo ao próximo com exaustão e luto. "Parecia um transe", recorda.

Para Tom, ver a credencial de imprensa e os cadernos de um colega recuperados na selva tornou tudo dolorosamente real: "Poderia ter sido qualquer um de nós". Mas, com a notícia, veio um "profundo senso de responsabilidade". "De certa forma, é terapêutico continuar fazendo o trabalho, ter uma missão clara – terminar esse livro e continuar reportando sobre a Amazônia."

A equipe por trás do manuscrito agiu rapidamente para garantir a segurança dos arquivos de Dom Phillips, compartilhando backups e seus cadernos entre os colaboradores.

RIQUEZAS. Dom Phillips e Tom Phillips são coautores em um capítulo sobre a corrida pelas riquezas da Amazônia e destacam um projeto de cacau que apoia as comunidades na criação de uma renda sustentável. A maioria dos capítulos segue caminho semelhante, enraizado em conflitos, mas buscando soluções.

Quando Dom voltou ao Vale do Javari em 2022, para sua pesquisa, a região tornara-se ponto de pressão para tráfico de drogas, grilagem de terras, caça ilegal, criação de gado descontrolada e desmatamento.

Sua viúva, Alessandra Sampaio, disse que ele frequentemente falava de um livro não apenas para explorar caminhos mas para despertar uma conexão emocional com a floresta. Antes do crime, Sampaio diz que conhecia a Amazônia "pelos olhos de Dom".

Ela finalmente esteve lá em 2023, juntando-se a uma delegação governamental em visita ao Vale do Javari. Foi um retorno simbólico da presença do Estado, embora os líderes indígenas continuem a pedir ação estrutural contra a crescente atividade ilegal.

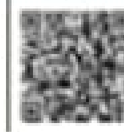
Um momento ficou com Alessandra: um indígena a abraçou, chamando-a de família, e lembrando-a de que as famílias cuida m uma da outra. Como muitas famílias marcadas pela perda, ela foi atraída a uma causa pela tragédia. Além de ajudar no livro, ela agora lidera o Instituto Dom Phillips, apoiando jovens contadores de histórias indígenas. "Uma coisa que Dom sempre me disse foi: 'Continue, Ale'. Toda vez que me pergunto se posso continuar, ouço sua voz. E continuo." ●



Como Salvar a Amazônia
De Dom Phillips
Tradução de Berilo Vargas
Editora Companhia das Letras
384 págs. R$ 89,90



Alice
Ferraz
colunaaliceferraz@estadao.com



NA WEB
Acompanhe atualizações diárias
da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

Bendita Geni

Anna Muylaert acaba de rodar *Geni e o Zepelim*, seu novo longa estrelado por Seu Jorge e Ayla Gabriela. Inspirado na famosa canção de Chico Buarque, o filme não é adaptação da *Ópera do Malandro* – mas traz uma Geni de carne, osso e esperança. "Desta vez, ela tem final feliz", adianta a diretora. O set foi na Amazônia, mas a trama promete ecoar bem além. Geni, apesar de tudo, segue em frente com dignidade – e escapa da velha sina.

COLAGEM DE THAIS BARROCO SOBRE FOTOS DE DAN BEHR E ANNA MUYLAERT



1. Anna Muylaert
2. Marcio Fraccaroli
3. Iafa Britz 4. Seu Jorge
5. Ayla Gabriela

● **BENDITA GENI 2.** Anna também comemora a boa maré do cinema brasileiro – e cita *Ainda Estou Aqui* e *O Agente Secreto* como sinais do vigor criativo nacional. Mas joga luz num ponto sensível: "Muitos filmes nem chegam ao público. E agora, com a onda dos streamings americanos, o cinema independente virou um emaranhado de protocolos cheios de palavras em inglês".

JOSÉ MANUEL BALLESTER E JOSÉ AYMÁ





'Lugar para un Nacimiento' (2012), de José Manuel Ballester

● **DE OLHO NO BRASIL.** Comemorando os 250 anos de independência em 2026, os EUA querem reforçar os laços com o Brasil. Quem garante é Gabriel Escobar, encarregado de negócios da Embaixada americana, que comanda a missão diplomática enquanto Trump não escolhe um novo embaixador.

● **DE OLHO NO BRASIL 2.** Escobar não se abala com o tom crítico de Lula aos EUA – nem com o isolacionismo do novo governo Trump. "A relação Brasil-EUA é robusta e queremos fortalecê-la ainda mais. Somos, de longe, o maior investidor aqui, com mais de US$ 350 bilhões", disse à coluna. E completou: "Temos uma ótima cooperação no combate à imigração ilegal e ao crime transnacional". Desde fevereiro, quase 900 brasileiros foram repatriados.

● **CÂNONES DA PINTURA.** Já imaginou *A Última Ceia*, de Leonardo da Vinci, ou *O Nascimento de Vênus*, de Botticelli, sem seus personagens centrais? É justamente esse o ponto de partida da exposição Sobre Aquilo Que Permanece Invisível, do artista espanhol José Manuel Ballester, em cartaz até 14 de agosto, na Dan Galeria Contemporânea, em São Paulo. "Pode parecer provocação eliminar toda presença humana nas obras de grandes mestres da pintura, mas minha intenção partiu do desejo de compreender a arte a partir de outros pontos de vista", revelou Ballester à coluna.

● **CÂNONES DA PINTURA 2.** Sob curadoria de Luiz Armando Bagolin, a mostra retira o fio narrativo clássico das pinturas e revela apenas os cenários – a mesa posta, os bosques, as arquiteturas silenciosas –, como se nos convidasse a olhar para o que sempre esteve ali, mas raramente notamos. A exibição se apresenta como um jogo de presença e ausência, em que a reação do espectador – seja de estranhamento ou contemplação – é parte essencial da obra. "Espero provocar contestação ou descoberta de uma nova dimensão entre as muitas que a arte oferece", resume Ballester.

● **TEMPO PERDIDO.** Dois anos depois dos ataques que abalaram escolas paulistanas – e deixaram em luto as famílias de Elisabeth Tenreiro e Giovanna Bezerra da Silva –, a Câmara Municipal finalmente tirou da gaveta um projeto de lei que busca prevenir tragédias semelhantes.

● **TEMPO PERDIDO 2.** A proposta, apresentada por Cris Monteiro (Novo) logo após os episódios, prevê campanhas educativas, reforço no patrulhamento, videomonitoramento, capacitação de profissionais e ampliação do atendimento psicossocial. Tudo isso somado a treinamentos e simulações de emergência.

● **TEMPO PERDIDO 3.** Aprovado em 1.º turno, o texto ainda precisa passar por nova votação antes de seguir para sanção. Enquanto isso, a cidade segue amparada só por um decreto de 2023 – o Gabinete Integrado de Proteção Escolar –, sem garantias de continuidade a longo prazo.



Sergio Martins

É tudo nosso e nada deles?

Numa das minhas andanças pelo Largo da Batata, em Pinheiros, me deparei com uma versão de *(Everything I Do) I Do it for You*, tema do filme *Robin Hood – O Príncipe dos Ladrões*, adaptada para o estilo "forró de plástico" das bandas daquele período. Traduzindo: uma voz estridente, mais teclados do que o necessário e uma letra que não condizia com a original – que já não era grande coisa. Pouco depois, descobri que as releituras faziam parte do modus operandi da indústria do forró, sendo que muitas vezes não se pedia autorização para a editora e o grupo assumia a autoria, prejudicando o verdadeiro autor.

Lembrei desse momento ao me deparar com o queixume de Matheus Aleixo, da dupla Matheus & Kauan, sobre a gravação não autorizada de *Nossa Praia É Amar* (uma composição dele com Matheus Marcolino e César Zocante) por Heitor Costa e Henry Freitas, ídolos do arrocha – tipo de seresta acrescido de teclados e saxofone estridente. O problema foi resolvido. Mas acendeu a discussão sobre esse tipo de releitura.

Raul Seixas e o rock dos anos 1980 são provas de que essa "informalidade" é comum no showbiz – canções de Beatles e todo pós-punk inglês foram devidamente adaptados ao universo brasileiro. Nos grupos atuais, no entanto, a situação fugiu do controle – falta uma regularização nesse método.

Durante a ascensão dos grupos de forró dos anos 1990, o modus operandi era gravar CDRs e distribuir para rádios e promotores de show. O pedido de autorização seria então um "luxo desnecessário". Com o streaming, a informalidade fugiu do controle. Estima-se que os casos de canções lançadas sem autorização cheguem aos 40% (já foram 60%). Pense num mercado em que são lançadas 100 mil músicas por dia no mundo inteiro: o estrago está feito.

O autor é quem mais perde nessa equação. Se recebia de 8,4% a 9,16% do valor médio do CD a título de remuneração, hoje ele recebe centavos por execução de sua criação. A fim de proteger o compositor, as editoras pedem um adiantamento de R$ 1.000 a R$ 3.000 para liberar uma música. O processo de liberação dura no mínimo de um a três meses, considerado normal para uma editora, mas moroso demais para carreiras que duram semanas ou meses. Cansadas da espera e do jogo de gato e rato (a editora processa, o escritório do artista corre para regularizar a situação), algumas plataformas pensam em criar suas próprias editoras para não perder mais tempo.

Para o artista, ser regravado por um astro popular – seja sertanejo, forró, piseiro ou arrocha – é sinal de popularidade. Uma vez comentei com Carlinhos Brown sobre a versão de seu *Tantinho*, vertida para o arrocha pelo cantor Silvanno Salles. "Deixa, estou tocando em lugares onde jamais toquei", disse Brown. Tudo bem em "arrochar" ou "piseirar" músicas de outros. Mas um pouco de responsabilidade seria muito bem-vinda. ●

SERGIO MARTINS É JORNALISTA E CRÍTICO MUSICAL

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Alice Ferraz, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Luisa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Borelli ● **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Cinema ***Em cartaz***

'Elio' comove ao falar de solidão e pertencimento

Com uma história envolvente, animação da Disney-Pixar fala de garoto órfão que é criado pela tia e conhece alienígenas

MATHEUS MANS



PIXAR

Elio é abduzido e ainda faz amizade com uma adorável criatura sem olhos chamada Glordon

A história de *Elio*, nova animação da Disney-Pixar que acaba de chegar aos cinemas, começou como um projeto muito pessoal do cineasta Adrian Molina, de *Viva: A Vida É uma Festa*. Ele queria falar sobre a solidão que sentia na infância, quando vivia em uma base militar. E resolveu contar a história de um garotinho abduzido por alienígenas. Mas, por conflitos de agenda, ele acabou se afastando do projeto – e Disney resolveu contratar as diretoras Domee Shi (*Red: Crescer É uma Fera*) e Madeline Sharafian e mudou o tom da história. O que era para ser uma ficção científica sombria se transformou em um filme repleto de luz.

Sem Molina, não havia mais espaço também para falar sobre todos os temas que ele imaginara. Ainda se trata de uma história sobre solidão e pertencimento, mas sem pitadas de terror. *Elio*, agora, fala de um garotinho que é confundido com o líder da Terra e é abduzido por alienígenas. Com toques de *E.T.: O Extraterrestre*, o garotinho, órfão criado pela tia, conhece aliens e ainda faz amizade com uma jovem criatura sem olhos chamada Glordon – a melhor coisa do filme.

Essa mudança de direção, que resultou em alterações drásticas de roteiro, claro afetou a história do longa, com um resultado todo desengonçado. Temos a sensação, em alguns momentos, de que houve uma colagem para encaixar novas ideias e desejos do estúdio.

A tia, no original de Molina, era a mãe. E, seja como for, o que faz com que o garotinho, agora órfão, fascinado por alienígenas, seja tão distante da tia se ela trabalha como uma militar especializada em espaço?

! Divirta-se

O roteiro também não dá tempo e espaço para que o público compreenda e se envolva com o encantamento de Elio com os extraterrestres, assim como com sua amizade com Glordon e a urgência de fugir do pai do alienígena, um militar que quer acabar com o universo. Isso dificulta o mergulho na história. Algo parecido com o que aconteceu com *Moana 2*, que era para ser uma série destinada à plataforma Disney+ e mudou de proposta no meio do caminho. Dá para ver que a história mudou. As rachaduras estão ali, visíveis.

Mas *Elio* não é um desastre da Disney-Pixar. Mesmo com tantos problemas, há coração e alma no que está sendo contado. Visualmente, há um bom trabalho de iluminação e o mundo habitado por alienígenas é mágico. A principal qualidade, porém, é o modo como se aborda a solidão e o pertencimento. O espaço, com toda imensidão e mistério, é um local ideal para fazer seu protagonista questionar onde está o seu lugar no mundo. É bonita a forma como essa proposta é conduzida, com verdade e sentimento. Você sente as emoções de Elio. Seus medos, seus desejos, sua solidão. E isso compensa todo o caos.

Enfim, aos trancos e barrancos, a Pixar está testando ideias novas e originais. Não há o mesmo brilho de títulos como *Monstros S.A.*, *Procurando Nemo*, *Os Incríveis* e por aí vai. *Elio*, ao menos, tenta quebrar a falta de criatividade com novas ideias de personagens. Bastidores menos conturbados, ou talvez a fidelidade às ideias de Molina, poderiam ter rendido um dos melhores filmes da Disney-Pixar em muito tempo. Por enquanto, dá para ficarmos felizes com um caminho um pouco mais original. ●

Disney e Universal abrem ação contra uso de personagens por IA

Os estúdios Disney e a Universal Pictures abriram uma ação conjunta contra a Midjourney, empresa de inteligência artificial, por infração de direitos autorais. Eles afirmam que a companhia de IA tem "distribuído imagens que incorporam e copiam seus personagens. De acordo com os estúdios, a Midjourney "vende inscrições para consumidores para que eles possam visualizar e baixar imagens dos personagens valiosos dos requerentes".

Os estúdios citam Darth Vader, da franquia *Guerra nas Estrelas*, e os Minions como exemplos dos personagens usados para treinar a inteligência artificial. A Midjourney não se posicionou publicamente sobre o processo. ● NICO GARÓFALO

Eufrázio



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Os aspectos maiores

Data estelar: Sol e Júpiter em conjunção, Lua segue Vazia

Nós, que existimos no mundo sublunar, não temos alternativa senão a de sermos obrigados a formalizar nossas ideias e planos através de nosso satélite lunar, o qual, apesar de ser um cadáver, porque seu ciclo de vida já se extinguiu há muito tempo, ainda assim, tudo que chega a nós do Infinito precisa passar pelo seu corpo.

Por isso, os períodos de Lua Vazia, como esse que experimentamos desde a madrugada de ontem e até após a meia-noite de hoje, não propiciam que formalizemos nossas intenções do jeito que seria normal.

Porém, havendo outros aspectos maiores, como o de hoje, de Sol em conjunção com Júpiter, quem agir sem se apegar aos resultados, mas com a boa intenção de cumprir seu papel, encontrará um atalho e não se frustrará com os efeitos da Lua Vazia. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Essas conversas que se desenvolvem por aí e que são de seu interesse, ainda precisam amadurecer bastante para sua alma se sentir segura e confiante de ter encontrado algo que sirva de ponto de apoio. Aguarde.

TOURO 21-4 a 20-5

A ambiguidade das pessoas não há de irritar você, porque pelo menos essa postura é sincera, a maioria das pessoas não consegue decidir nada por enquanto. Melhor você também adotar uma boa dose de ambiguidade. Melhor.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Bom seria que cada dia fosse uma novidade criativa, mas as coisas se repetem, e não porque seja um transtorno neurótico, mas porque a repetição de certas rotinas é imprescindível para confortar a alma humana.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Melhor mesmo é sair pela tangente e não enfrentar absolutamente nada por enquanto, se poupando de conflitos e discussões estéreis, produto da desinformação mascarada de conhecimento que as pessoas apresentam.

LEÃO 22-7 a 22-8

O desconcerto corre à solta nos relacionamentos humanos, mas as pessoas, como sempre, acham que esse estado de coisas é dos "outros", nunca se responsabilizam por nada. Cuide para não se irritar demais com isso.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Procure se orientar pelas sensações e não pela razão, porque enquanto a razão tenta ajustar tudo dentro das responsabilidades e compromissos, a sensação manda descansar, tomar distância e jogar a toalha.

LIBRA 23-9 a 22-10

As decisões que as pessoas requerem de você são resultado de insegurança, porque elas não aguentam o peso das dúvidas. Melhor aguentar esse peso por mais um tempo do que se precipitar a decisões mal resolvidas.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Agir é importante, mas nem sempre, há momentos, como agora, em que o melhor seria dar um tempo e continuar refletindo sobre qual seria a melhor ação. Nesse meio tempo, você descobrirá que não há nada a fazer.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Se todas as pessoas concordassem, mesmo que temporariamente, seria uma maravilha, porém, parece que as pessoas têm prazer em discordar, sem nem mesmo ouvir a si mesmas, porque todas falam a mesma coisa.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Vai passar, esse estado alterado de coisas vai passar, mas se você o tratar com irritação e criar conflito, vai demorar mais do que o necessário. Aceite a realidade como ela é, em vez de forçar como ela deveria ser.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Você pode se sentir bem e com boa disposição, mas seria bom ter um pouco de atenção ao que dependa de outras pessoas, porque neste momento há uma loucura muito especial, mas não muito positiva, circulando por aí.

PEIXES 20-2 a 20-3

Afinal, todos os dias são mais comuns e ordinários do que nossa humanidade gostaria, que sonha constantemente com maravilhas, as quais, de fato, não têm cabimento na rotina. Sonhar não custa nada, desde que não iluda.

Música

Maria Bethânia anuncia turnê para celebrar 60 anos de carreira

Cantora já confirmou nove apresentações a partir de setembro, no Rio, em São Paulo e em Salvador

A cantora Maria Bethânia anunciou na segunda-feira, 23, que vai realizar uma turnê pelo Brasil a partir de setembro para comemorar os 60 anos de carreira.

A cantora já tem nove apresentações confirmadas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador.

A venda de ingressos terá início no dia 3 de julho no site da Ticketmaster, às 10h. Haverá ainda uma pré-venda para clientes do cartão Elo, entre os dias 30 de junho e 1.º de julho, no mesmo canal.

Maria Bethânia comemora 60 anos de carreira em 2025, já que o primeiro disco, que leva o seu nome, foi lançado em 1965. Foi no mesmo ano que Bethânia se mudou para o Rio, cidade onde começou sua carreira musical, substituindo a cantora Nara Leão no espetáculo *Opinião*.

A mais recente turnê de Maria Bethânia havia sido ao lado de seu irmão, Caetano Veloso. A turnê *Caetano & Bethânia* percorreu o Brasil entre agosto de 2024 e março de 2025.

PALCOS. Os shows de Maria Bethânia no Rio serão realizados no Vivo Rio, nos dias 6, 7, 13 e 14 de setembro. O preço dos ingressos vai de R$ 540 (inteira, setor 3) a R$ 980 (inteira, setor vip). Em São Paulo, os shows ocorrem no Tokio Marine Hall nos dias 4, 5, 11 e 12 de outubro; os valores dos ingressos vão de R$ 440 (inteira, cadeira alta) a R$ 980 (inteira, setor diamante).

Já em Salvador, na Bahia, Bethânia sobe ao palco da Concha Acústica Salvador no dia 15 de novembro. O ingresso mais barato, na plateia, custa R$ 480; o mais caro tem o valor de R$ 560 (Plateia – L2). ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"O homem morre a 1.ª vez quando perde o entusiasmo"* **Balzac**



Prato do dia

Patrícia Ferraz E-mail: patriciacferraz@gmail.com; instagram: @patriciacferraz

Espinafre com passas e pinole

RENATA CARLINI



Pouca gente sabe preparar bem o espinafre – ele costuma ser excessivamente cozido ou refogado, o que o faz perder a cor, a textura firme, o sabor e a graça. Deixando em contato com o calor o mínimo necessário, apenas para amolecer um pouco, o espinafre vira belo protagonista. É o caso dessa receita surpreendente, que contrasta o amargor do vegetal com a doçura da uva passa e ainda leva um toque ácido do vinho branco, finalizado com cebola roxa levemente refogada. Se você gostar da ideia e quiser variar, aqui vão algumas dicas: espinafre vai bem com amêndoas, anchovas, bacon, queijos maturados e cogumelos...

Ingredientes

4 porções

_ 1 maço de espinafre fresco
_ 2 colheres (sopa) de manteiga
_ 1 colher (sopa) de óleo de oliva extravirgem
_ 1 cebola roxa pequena cortada em fatias
_ ¼ de xícara de uvas passas brancas
_ ¼ de xícara de vinho branco
_ 2 colheres (sopa) de pinole levemente tostado na frigideira sem óleo
_ Sal a gosto

Preparo

Fácil. 15 minutos

1. Derreta a manteiga em uma frigideira com uma colher de azeite e refogue a cebola por uns 5 minutos, até murchar. Adicione as uvas passas e o vinho branco. Espere evaporar o álcool.
2. Ponha as folhas de espinafre na frigideira, mexa delicadamente e refogue rapidamente, só para murchar um pouco as folhas.
3. Tempere com sal
4. Toste os pinoles em uma frigideira bem quente sem gordura até pegar cor. Espere esfriar.
5. Ponha o espinafre no prato de servir e espalhe por cima os pinoles tostados. Sirva quente. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins (quinzenal) ● QUA. Roberto DaMatta ● QUI. Alice Ferraz, Luciana Gorban (quinzenal), Patrícia Ferraz ● SEX. Luisa Silvestre (quinzenal) e Maria Fernanda Rodrigues (quinzenal) ● SAB. Alice Ferraz, Suzana Barelli ● DOM. Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4n4ogzT

Jogo infantil de casas riscadas no chão
Diagrama interpretado por astrólogos
Vedar
Arbusto da Rainha das Flores
Confraternização
(?) Batista, locutor
Iniciar (canto)
Ser como a mosca
A placa de cruzamentos
Existe
Parar de trabalhar após certa idade
O doce de leite, por sua consistência
O rock ou a MPB
Anexo de cozinhas
Ouvido, em inglês — E A R
Pomo de (?): gogó
Mamífero listrado das savanas africanas
O corpo moldado com a prática de ginástica (pop.)
Camareiras (bras.)
Artista como Taís Araujo
Divisão de uma pizza
A ti (Gram.)
Esforçado; zeloso
Pequena embarcação a remo
Ambulatório (abrev.)
Sessão vespertina
O som emitido em gargalhadas
Criar música
Sílaba de "fugir"
"(?) – Altas Aventuras", filme da Disney
Língua dos nomes científicos das plantas
Parte em pedaços (o papel)
Sem nenhum valor; imprestável
Dona Ivone (?), sambista carioca
Animal com carapaça que vive em tocas
Clima predominante no Brasil
Por um (?): por pouco
Lenda (pop.)
Orlando Rangel, químico
Gordura do leite
Consoantes de "mais"
Determinar o tamanho
Naipe cujo símbolo é um losango
Significa "inchaço", em "hematoma"

BANCO 2/up. 5/tafia. 6/embar — matinê. 8/aplicado

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Quem são os marranos?



Os marranos são os **JUDEUS** espanhóis forçados à **CONVERSÃO** religiosa para o **CRISTIANISMO** durante o século XV, processo que culminou com a expulsão dos judeus não convertidos da **ESPANHA** em 1492. Muitos entre os convertidos se tornaram cristãos fervorosos, ocupando lugar de destaque na liderança **RELIGIOSA** em cargos elevados. Por outro lado, um número expressivo de convertidos, os então chamados cristãos-novos ou, na forma corriqueira, os ~~**MARRANOS**~~, manteve secretamente a **PRÁTICA** do Judaísmo. Os cristãos-novos eram **ESPIONADOS** e acusados das práticas judaicas, fossem elas verdadeiras ou falsas. Um severo **TRIBUNAL** impunha duras penalidades aos "**HEREGES**", durante um período histórico conhecido como **INQUISIÇÃO**. Os descendentes dos cristãos-novos que desejam **RETORNAR** ao Judaísmo são chamados de B'nei Anussim, que, em hebraico, significa "os **FILHOS** dos forçados". Seu retorno à religião **ANCESTRAL** deve passar por processo religioso de conversão, conforme as **NORMAS** ditadas por **RABINOS** específicos.

G	O	Â	S	R	E	V	N	O	C	N
M	Y	B	N	Y	H	D	F	F	E	R
T	N	N	T	G	A	R	F	F	N	B
T	C	S	C	R	A	B	I	N	O	S
R	D	O	D	T	A	T	F	M	F	U
I	G	H	E	H	A	R	L	O	N	E
B	T	L	D	C	F	G	H	D	L	D
U	Y	I	M	T	N	F	E	R	N	U
N	N	F	L	E	M	N	R	S	R	J
A	N	T	D	G	G	M	E	E	D	S
L	D	Y	M	T	L	M	G	D	E	S
G	N	F	C	F	T	H	E	T	D	O
R	E	L	I	G	I	O	S	A	F	D
N	E	T	T	R	C	F	N	B	D	A
G	O	O	N	B	C	B	F	M	N	N
E	S	O	N	A	R	R	A	M	N	O
F	N	E	T	F	B	C	H	D	F	I
L	N	P	R	A	T	I	C	A	F	P
A	C	A	T	F	T	D	T	N	Y	S
R	R	D	C	E	T	F	N	B	E	E
T	I	C	C	G	F	F	O	N	L	F
S	S	C	O	F	R	N	R	N	T	R
E	T	N	Ã	C	A	R	M	C	A	R
C	I	T	Ç	D	N	Y	A	C	H	H
N	A	Y	I	C	R	T	S	L	N	D
A	N	T	S	N	O	H	D	L	A	A
G	I	R	I	F	T	Y	S	N	P	G
F	S	R	U	R	E	L	S	G	S	S
L	M	F	Q	R	R	T	D	N	E	L
N	O	G	N	N	F	R	A	N	N	D
T	B	M	I	D	A	N	A	L	R	D

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/45pRfap

Nível Fácil

	7			9		1		
		5			3			9
2			8	4	7		5	
	6	4				8		
3		7				5		1
		1				2	3	
	4		6	3	1			5
9			5			6		
		6		2			7	

SOLUÇÕES

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel
ASSINE AGORA! www.coquetel.com.br

Eufrázio

— O drama do bombardeio dos Estados Unidos ao país não se limita ao Oriente Médio

Ataque ao Irã é parte de luta global mais ampla



Imagem de satélite da base de Fordow, no Irã, após o bombardeio dos Estados Unidos

ANÁLISE

Thomas Friedman
The New York Times
É colunista e ganhador de três prêmios Pulitzer

Há tantas coisas a dizer após o bombardeio dos Estados Unidos a três importantes instalações nucleares iranianas que é fácil se perder nos detalhes emocionantes. Portanto, por enquanto, vou tentar dar um passo atrás e explorar as forças globais, regionais e locais que estão moldando essa história. O que realmente está acontecendo aqui? É um drama muito, muito grande, e não se limita ao Oriente Médio.

Na minha opinião, a invasão da Ucrânia por Vladimir Putin em 2022, com o único objetivo de varrer sua democracia do mapa e absorvê-la pela Rússia, e os ataques a Israel em 2023 pelo Hamas e pelos representantes do Irã no Líbano, Iêmen e Iraque foram manifestações de uma luta global entre forças de inclusão e forças de resistência.

Essa é uma luta entre países e líderes que veem o mundo e suas nações se beneficiando de mais comércio, mais cooperação contra ameaças globais e uma governança mais decente, se não democrática, versus regimes cujos líderes prosperam resistindo a essas tendências porque o conflito permite que eles mantenham seu povo humilhado, seus exércitos fortes e o roubo de seus tesouros fácil.

As forças da inclusão estavam se fortalecendo constantemente. Em 2022, a Ucrânia estava se aproximando da adesão à União Europeia. Essa teria sido a maior expansão de uma Europa inteira e livre desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, porque teria acrescentado ao Ocidente uma enorme potência agrícola, tecnológica e militar e deixado a Rússia mais isolada – e parecendo mais defasada do que nunca para seu próprio povo.

Ao mesmo tempo, o governo Biden estava avançando rapidamente em um acordo para que os EUA forjassem uma aliança de segurança com a Arábia Saudita. Em troca, a Arábia Saudita normalizaria as relações com Israel, e Israel iniciaria conversações com os palestinos sobre a possibilidade de um Estado. Essa teria sido a maior expansão de um Oriente Médio integrado desde o tratado de paz de Camp David entre o Egito e Israel, em 1979.

Em suma, a Ucrânia parecia estar pronta para se juntar ao Ocidente, e Israel parecia estar pronto para se juntar ao Oriente. E o que aconteceu? Putin invadiu a Ucrânia para impedir o primeiro movimento, e o Hamas e outros representantes do Irã atacaram Israel para impedir o segundo.

APOIO. Sendo assim, minha primeira pergunta após o ataque da manhã de domingo é: o presidente Trump entende de que lado dessa luta global Putin está? O Irã e a Rússia são aliados próximos por um motivo. O Irã tem fornecido à Rússia os drones que ela tem usado para matar soldados e civis ucranianos de forma mais eficaz.



WHITE HOUSE/AFP

Dúvida
A primeira pergunta após o bombardeio deve ser: o presidente Donald Trump entende de que lado dessa disputa Vladimir Putin está?

Não peço que Trump jogue uma bomba na Rússia, mas peço que ele forneça à Ucrânia o apoio militar, econômico e diplomático necessário para resistir à Rússia – tanto quanto os EUA estão fazendo para que Israel derrote o Hamas e o Irã.

É a mesma guerra. Putin e os aiatolás querem exatamente o mesmo tipo de mundo. Esse é um mundo seguro para a autocracia, seguro para a teocracia, seguro para a corrupção deles; um mundo livre dos ventos das liberdades pessoais, do Estado de Direito, de uma imprensa livre; e um mundo seguro para o imperialismo russo e iraniano contra vizinhos independentes.

A China sempre teve um pé em cada campo. Sua economia depende de um mundo saudável e crescente de inclusão, mas sua liderança política também manteve fortes laços com o mundo da resistência. Portanto, Pequim joga em ambas as ligas – comprando petróleo do Irã, mas sempre preocupado com a possibilidade de que, se o Irã obtivesse uma bomba nuclear, poderia um dia dar uma cópia aos separatistas muçulmanos de Xinjiang.

Dito isso, as compras de petróleo feitas pela China no Irã são uma parte crucial dessa história. Essas compras são a maior fonte de renda externa de Teerã, o que lhe permitiu financiar o Hamas, o Hezbollah e (até recentemente) a Síria. Como meu colega Keith Bradsher informou de Xangai, as vendas de petróleo para a China representam hoje 6% da economia do Irã e equivalem a cerca de metade dos gastos do governo.

HISTÓRIAS. Agora vamos analisar essa luta de um ângulo puramente do Oriente Médio. Nesse ponto, tenho uma perspectiva muito pessoal. Por coincidência, comecei minha carreira como correspondente estrangeiro da agência de notícias UPI em Beirute, em 1979.

Aqui estão as quatro grandes histórias que cobri naquele primeiro ano, em minha máquina de escrever manual: a Revolução Islâmica no Irã derrubando o xá; a tomada da Grande Mesquita em Meca por jihadistas puritanos tentando derrubar a família governante saudita; a assinatura do tratado de paz de Camp David entre Israel e Egito; e, menos conhecida, mas não menos importante, a abertura do porto de Jebel Ali em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, que se tornaria um dos maiores do mundo.

Ele surgiria como o centro global que conectaria o mundo árabe oriental – por meio de comércio, turismo, serviços, transporte, investimentos e companhias aéreas de classe mundial – a quase todos os cantos do planeta. Isso abriu uma porta extremamente importante pela qual a globalização do mundo árabe decolou.

E assim começou uma luta regional titânica entre as forças de inclusão e resistência no Oriente Médio. De um lado, estavam os Estados que estavam prontos para aceitar Israel, desde que houvesse progresso com os palestinos, e que também buscavam integrar a região mais intimamente com o Ocidente e o Oriente.

Do outro lado, estavam as forças de resistência lideradas pelo Irã, pela Irmandade Muçulmana e por vários movimentos sunitas puritanos e jihadistas que originalmente se incubaram na Arábia Saudita pós-1979 e mais tarde espalharam sua influência pelas mesquitas da região. Todos eles buscavam expulsar as influências ocidentais da área, Israel da existência e os governos pró-americanos – como os da Jordânia, do Egito e ⊕

Eufrázio

MAXAR TECHNOLOGIES/AFP



⊕ da família governante saudita – do poder.

Os EUA e Israel travaram essa guerra com seus exércitos, enquanto grupos como Al Qaeda e Isis o fizeram com células terroristas, e o Irã o fez criando lentamente uma rede de exércitos por procuração no Líbano, na Síria, no Iêmen e no Iraque, o que permitiu que o Irã controlasse indiretamente os quatro países – e até mesmo conquistasse uma posição na Cisjordânia e em Gaza.

Teerã nunca precisou arriscar um único soldado; deixou sírios, libaneses, iraquianos, iemenitas e palestinos morrerem por seus interesses. Sim, os problemas no Oriente Médio foram produto não apenas da ocupação israelense, mas também do imperialismo iraniano – entre outras coisas.

EIXO. Há alguns anos, citei Nadim Koteich, um analista político libanês dos Emirados e gerente-geral da Sky News Arabia, que disse que a rede de resistência do Irã buscava "unir milícias, seitas religiosas e líderes sectários". O objetivo era criar um eixo anti-Israel, antiamericano e antiocidental que pudesse pressionar simultaneamente Israel em Gaza, na Cisjordânia e na fronteira com o Líbano – bem como os Estados Unidos no Mar Vermelho, na Síria, no Iraque e na Arábia Saudita de todas as direções.

Por outro lado, acrescentou Koteich, os EUA, seus aliados árabes e Israel procuraram entrelaçar e integrar mercados globais e regionais – em vez de frentes de batalha – que incluíam conferências de negócios, organizações de notícias, elites, fundos de investimento, incubadoras de tecnologia e as principais rotas comerciais. Essa rede de inclusão transcendeu as fronteiras tradicionais, "criando uma rede de interdependência econômica e tecnológica que tem o potencial de redefinir as estruturas de poder e criar novos paradigmas de estabilidade regional", disse ele.

Aqueles que alertam contra a mudança de regime em Teerã geralmente apontam para o Iraque como uma história de advertência. Mas essa analogia é errônea. O esforço de construção nacional dos Estados Unidos no Iraque fracassou durante anos em grande parte (mas não exclusivamente) por causa do Irã, e não apesar dele.

Teerã, com a ajuda de seu representante na Síria, fez tudo o que pôde para sabotar a mudança de regime no Iraque, sabendo que, se os EUA conseguissem criar um governo multissectário, razoavelmente democrático e secular em Bagdá, isso seria uma grande ameaça à teocracia do Irã, assim como uma democracia ucraniana pró-ocidental bem-sucedida seria uma grande ameaça à cleptocracia de Putin.

A propósito, ninguém sabe disso melhor do que o novo, frágil e democrático governo da Síria, que tem relutado em condenar o bombardeio de Israel contra o Irã. Isso é um sinal de que os sírios sabem quem manteve seu tirano, Bashar al-Assad, no poder durante todos esses anos: o Irã.

É uma boa aposta que muitos sunitas e xiitas no Líbano e no Iraque estejam torcendo discretamente por Trump e pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Acredito que a maioria nesses países não quer fazer parte da resistência.

Pela primeira vez em décadas, um Estado sírio e um Estado libanês estão sendo reconstruídos por líderes decentes – imperfeitamente, sim, mas com muito menos manipulação ideológica estrangeira. A ausência da influência maligna do Irã não é uma coincidência. É um pré-requisito para isso.

Lados
É boa aposta que muitos sunitas e xiitas no Líbano e no Iraque estejam torcendo discretamente por Trump e Netanyahu

O outro pré-requisito foi o surgimento do príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, nos últimos oito anos. Sua missão, embora nunca declarada em tantas palavras, tem sido reverter as tendências puritanas que dominaram a Arábia Saudita e foram exportadas, após a fracassada tomada de poder pelos jihadistas do país, quando a família governante saudita procurou se proteger de uma reprise, tornando a Arábia Saudita e a região mais religiosas.

A reformulação da Arábia Saudita por Mohammed como o maior motor do comércio regional, dos investimentos e da reforma do Islã foi um acréscimo vital para os integracionistas do mundo árabe. Ele é um líder imperfeito, que cometeu erros graves, entre os quais o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi pelo governo, mas está revertendo a virada fundamentalista saudita de 1979 – o que é muito importante.

DUALIDADES. Não faço previsões sobre o que aconteceria no Irã se o regime caísse. Poderia ser o caos em cima do caos. Também poderia ajudar a libertar o povo iraniano e seus vizinhos da instabilidade fabricada pelo Irã. Mas esse não é o único pré-requisito para qualquer tipo de final decente para esse drama atual. Agora vamos descer um nível mais profundo e nos concentrar apenas em Israel.

Acredito muito que duas (e às vezes três) coisas contraditórias podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. E uma dessas dualidades hoje é que Israel é uma democracia com muitas pessoas que querem fazer parte do mundo da inclusão. Mas tem um governo messiânico que é o mais extremista de sua história e aspira abertamente a anexar a Cisjordânia e possivelmente também Gaza.

Essa aspiração é uma ameaça fundamental aos interesses americanos, aos interesses de Israel e aos interesses dos judeus em todo o mundo.

Parafraseando algo que meu amigo Nahum Barnea, colunista israelense do *Yedioth Ahronoth*, me disse outro dia: resistirei sem remorso à agenda anexionista de Netanyahu, à sua recusa em sequer considerar um Estado palestino em condições seguras e à sua tentativa de derrubar a Suprema Corte de Israel, como se Israel não estivesse em guerra contra o Irã.

E elogiarei Netanyahu sem remorso por enfrentar esse terrível regime iraniano, como se Israel não estivesse nas garras de seus próprios supremacistas judeus liderados por Bibi, que ameaçam um Oriente Médio mais inclusivo à sua própria maneira.

Elogiarei Trump sem remorso pelos esforços para reduzir a capacidade de fabricação de bombas nucleares do Irã, como se ele não estivesse envolvido em um projeto autocrático perigoso em casa.

E resistirei com todas as minhas forças aos movimentos autocráticos de Trump em casa, como se ele não estivesse enfrentando a autocracia do Irã no exterior. Tudo isso é verdade e precisa ser dito.

Se quisermos ver as forças de integração triunfarem nesta região, o que Trump fez militarmente é necessário, mas não é suficiente.

O verdadeiro golpe de misericórdia contra o Irã e todos os resistentes – e a pedra fundamental que tornaria muito fácil para a Arábia Saudita, o Líbano, a Síria e o Iraque normalizarem as relações com Israel e consolidarem a vitória das forças da inclusão – é Trump dizer a Netanyahu: "Saia de Gaza em troca de um cessar-fogo do Hamas e da devolução de todos os reféns israelenses. Deixe que uma força árabe de manutenção da paz se desloque para lá, abençoada por uma Autoridade Palestina reformada, e então inicie o que terá de ser um longo processo de construção de uma estrutura governamental confiável pelos palestinos em troca da suspensão de toda a construção de assentamentos israelenses na Cisjordânia. Isso criaria as melhores condições para o nascimento de um Estado palestino no local".

Se Trump conseguir combinar a redução do poder do Irã com a construção de uma solução de dois estados – e ajudar a Ucrânia a resistir à Rússia tão descaradamente quanto está ajudando Israel a resistir ao Irã –, ele fará uma contribuição real para a paz, a segurança e a inclusão na Europa e no Oriente Médio que seria histórica. ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL

Eufrázio

Literatura Mercado

‘Livros de colorir não substituem leitura’

Para Pedro Pacífico, curador da Bienal do Rio, incluir essas obras em rankings de best-sellers deturpa o cenário de vendas

JOÃO ABEL
JÚLIA PEREIRA / RIO

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO



Jovens tomam conta no primeiro dia da Bienal; ‘Minha parte favorita foi ver as crianças vindo em excursão com as escolas’, diz curador

Pedro Pacífico se acostumou a fazer curadoria literária nas redes sociais. Mas, no final do ano passado, recebeu um desafio ainda maior: ser um dos curadores da Bienal do Livro do Rio, que encerrou sua edição 2025 no domingo, 22. “Foi uma honra participar sob uma nova perspectiva. Eu já estive aqui como leitor, como autor e agora como curador”, diz ao **Estadão** o influenciador, conhecido como Bookster em seus perfis digitais.

Não foi uma tarefa simples. A Bienal optou por uma quantidade menor de painéis neste ano. “A ideia era uma programação enxuta, mas com nomes de maior impacto”, diz Pacífico. Segundo ele, as agendas de autores internacionais foram as mais complicadas de conciliar. Nesta edição, a principal estrela estrangeira foi a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, entrevistada por Taís Araújo na abertura do evento.

Na lista das obras mais vendidas desta Bienal, os livros de colorir, como os da série *Bobbie Goods*, ganharam destaque no evento, mas o curador acredita que é um erro registrar essas publicações nos rankings dos best-sellers de literatura. “Eles não deveriam estar nessas listas, porque são atividades diferentes. Um livro de colorir não substitui um livro de fato. Eles só estão ali por uma questão burocrática de catalogação. E essa inclusão prejudica uma análise correta do mercado editorial, porque deturpa o cenário de vendas”, afirma Pacífico.

De acordo com Daniela Kfuri, diretora de marketing e vendas da HarperCollins Brasil, que tem os direitos de comercialização de *Bobbie Goods*, é considerada livro toda publicação que tenha um ISBN, sigla de International Standard Book Number (Número Internacional Padronizado para Livros, em português). “Como são muitos livros de colorir fazendo sucesso, eles acabam tomando quase a lista inteira. Mas isso é reflexo de uma decisão do consumidor. Não uma opção da editora”, diz ela.

Os best-sellers de autoajuda e negócios também chamam a atenção de Pacífico. “É uma tendência muito forte, que mostra como a gente sempre procura uma função na literatura. Algo útil. E não precisa ser assim”, explica. “A literatura não precisa ter função. É o aproveitar. É o curtir. Precisamos voltar a enxergar a literatura como entretenimento. Como fazemos ao escolher um filme ou série para assistir.”



“A literatura não precisa ter função. É o curtir. Precisamos voltar a ver a literatura como entretenimento. Como fazemos ao escolher um filme ou uma série” **Pedro Pacífico**

DISNEY. Sucesso de público, a Bienal teve ingressos esgotados e pontos intransitáveis no primeiro final de semana. Um hype que o curador credita em especial aos novos leitores.

“É uma invasão dos jovens. Uma espécie de Disney. Minha parte favorita foi ver as crianças vindo em excursão com as escolas, correndo por aí. Espero que esteja cada vez mais cheio nas próximas edições.”

As filas quilométricas de um evento literário contrastam com a realidade de um país que ainda lê pouco. A Pesquisa Retratos da Leitura 2024 mostrou que o Brasil perdeu 6,7 milhões de leitores nos últimos cinco anos. Segundo o levantamento, mais da metade dos brasileiros não lê livros.

“A Bienal é um recorte. Pessoas de diferentes cidades vêm para cá, mas o que são 600 mil pessoas num universo de 200 milhões de habitantes?”, avalia Pacífico. “Mas vejo os números do evento com esperança, imaginando que as novas gerações estão retomando o hábito de leitura. Tentando lutar contra as telas, que prejudicam não só os mais jovens. Pais e avós também deixaram os livros de lado por causa delas.” ●

Bienal do Rio atraiu 740 mil pessoas; foram vendidos 6,8 milhões de livros

A Bienal do Livro do Rio teve um público de 740 mil pessoas e, ao longo do evento, as editoras venderam 6,8 milhões de livros, superando números de edições anteriores. O interesse pelos livros de colorir foi grande: os quatro volumes da série *Bobbie Goods* ocuparam os primeiros lugares entre os mais vendidos pela Harper Collins, que considerou a edição “absolutamente histórica” e informou ter vendido o dobro com relação à última edição.

No Grupo Editorial Record, o aumento foi de 20%, o melhor resultado de todas as participações na Bienal. Os selos do grupo voltados para o público adulto, caso da Editora Record, registraram o maior faturamento, com um número 65% maior do que na última edição; o selo celebrou ainda a presença de calhamaços de mais de 700 páginas entre os mais vendidos, como *Uma Vida Pequena*, de Hanya Yanagihara, e *Um Defeito de Cor*, de Ana Maria Gonçalves.

A Globo Livros teve faturamento 70% maior, com destaque para os gêneros romantasia e romances hot. A Companhia das Letras afirmou que a participação na Bienal do Rio foi o maior evento da história da editora. Em relação à edição passada, o grupo teve um faturamento 63% maior e um crescimento de 38% em volume de exemplares vendidos. O maior destaque da Companhia das Letras foi o autor Raphael Montes.

Em 2023 e em 2025

100%
foi o aumento nas vendas da Harper Collins, puxado pelos livros para colorir

63%
foi o crescimento na Companhia das Letras

70%
foi o aumento na Editora Globo, puxado pelos livros de romantasia

20%
foi o aumento no Grupo Record, melhor resultado da companhia em bienais

A Intrínseca teve um crescimento de 45% no faturamento. Autores presentes no evento, como Lynn Painter e G. T. Karber, estão entre os mais vendidos. A Rocco também registrou bons resultados – um faturamento 59% maior em comparação com a última edição no Rio e 65% maior em relação à edição de 2024 em São Paulo. O preço médio dos livros vendidos pela editora foi de R$ 51, com destaque para J.K. Rowling, Clarice Lispector e Suzanne Collins.

A Editora Planeta registrou um aumento de 50% em comparação à edição anterior na capital fluminense. Dentre os mais vendidos, a editora teve *Capyvibes*, um livro de colorir.

● SABRINA LEGRAMANDI